

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO  
CONHECIMENTO

ANDERSON CLAYTON MELO CIPRIANO

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTO  
EM LIBRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Natal, RN

2023

ANDERSON CLAYTON MELO CIPRIANO

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTO  
EM LIBRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato

Natal, RN

2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas – CCSA

Cipriano, Anderson Clayton Melo.

Proposta de Diretrizes para a Sistematização de Conhecimento em Libras na Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Anderson Clayton Melo Cipriano. - Natal, 2023.  
179f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento. Natal, RN 2023.  
Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato.

1. Gestão da Informação e do Conhecimento - Dissertação. 2. Acessibilidade Informacional - Dissertação. 3. Mediação e Apropriação da Informação - Dissertação. 4. Língua Brasileira de Sinais - Dissertação. I. Vechiato, Fernando Luiz. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 005.94:376

ANDERSON CLAYTON MELO CIPRIANO

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTO  
EM LIBRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato

Aprovado em: 27/02/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Vechiato

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
(Presidente)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Marques Carvalho Gallotti  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
(Examinadora interna)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sueli Bortolin  
Universidade Estadual de Londrina  
(Examinadora externa)

Dedico este trabalho as pessoas mais importantes na minha vida:

Ivoneide Beserra de Melo Cipriano, minha mãe

Francisco Miranda Cipriano, meu pai

Maria das Graças Machado Cerqueira Cipriano, minha amada esposa.

Porque sem o apoio deles nada disso teria existido.

## AGRADECIMENTOS

É com grande felicidade que escrevo essa seção com os agradecimentos, foi uma jornada difícil, com muitos obstáculos. Foram muitas barreiras encontradas, problemas de saúde, pandemia, pressão de todos os lados. Sozinho nada conseguiria realizar, somente graças ao apoio incondicional, de pessoas muito importantes na minha vida, que consegui chegar ao final dessa emocionante jornada.

Posto isto, quero expressar a minha gratidão:

Aos meus queridos pais, Ivoneide Beserra de Melo Cipriano e Francisco Miranda Cipriano que sempre confiaram em mim, e me deram todo o suporte para conseguir cumprir com esse objetivo.

À minha amada esposa, Maria das Graças Machado Cerqueira Cipriano, que foi o meu porto seguro, me motivou a continuar e a continuar navegando em busca deste objetivo, sem o seu apoio não teria chegado tão longe, muito obrigado.

Ao meu professor e orientador, Fernando Luiz Vechiato, que foi sempre muito paciente comigo, demonstrou empatia em seus tratos quando passei por momentos difíceis e com sua maneira atenciosa e ponderada me conduziu até a conclusão deste trabalho.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação de Gestão da Informação e do Conhecimento, que participaram deste processo, nas salas de aula virtuais, nos encontros para orientar trabalhos e artigos, muito obrigado, as informações prestadas foram muito valiosas e ajudaram em todos os aspectos desta pesquisa.

Aos meus companheiros de jornada, muito obrigado pelas suas contribuições, escutar os seus apontamentos, dúvidas, pesquisas e considerações no decorrer do curso foi fundamental, serviu de subsídios para a construção desta pesquisa. E tê-los lado a lado passando pelas mesmas dificuldades nesses mares de incerteza, direcionaram-me na busca por novos conhecimentos, sou muito grato por tê-los conhecido.

Aos meus companheiros de trabalho, que me ajudaram direta ou indiretamente para que conseguisse concluir esse trabalho.

## RESUMO

Hodiernamente diversos conteúdos informacionais estão sendo criados e disseminados nos mais diversos ambientes informacionais. A maioria desses materiais não é acessível em Língua Brasileira de Sinais (Libras), fenômeno perceptível também na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contudo, com o ingresso de surdos no ensino superior na UFRN, vários documentos foram traduzidos e criados a fim de garantir a acessibilidade à comunidade surda. Com isso produziram-se inúmeros conteúdos acessíveis em Libras, os quais estão disponíveis em diferentes ambientes informacionais. No entanto, há ainda uma crescente necessidade na criação de sinais-termos em múltiplas áreas científicas. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo propor diretrizes para a sistematização e a preservação do conhecimento em Libras gerado na UFRN. A fim de atingir esse objetivo, foram delineados alguns objetivos específicos, a saber, a análise dos documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN; o mapeamento dos diversos ambientes informacionais digitais que agrupam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN; e ainda se analisou os parâmetros do processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na elaboração de diretrizes para um glossário. Quanto à natureza do estudo, trata-se de uma pesquisa aplicada. Para a consecução deste objetivo, os seguintes métodos foram utilizados: o método monográfico, o método funcionalista e o método estruturalista. E, ainda, as técnicas de pesquisa documental e de observação. Como resultados, apresentou-se três diretrizes, sendo elas: o atendimento às solicitações de acordo com as necessidades comunicacionais e informacionais da comunidade surda; otimizar a organização da logística referentes aos processos de tradução e interpretação; e implementar ações de preservação e disseminação de conhecimento em Libras. Desta maneira, foram definidas diretrizes para a sistematização de conhecimento em Libras na UFRN, com o intuito de permitir o acesso de maneira facilitada e ampliada a esses conteúdos, bem como garantir a acessibilidade informacional aos usuários surdos.

**Palavras-Chave:** Gestão da Informação e do Conhecimento; Acessibilidade Informacional; Mediação e Apropriação da Informação; Língua Brasileira de Sinais.

## ABSTRACT

Currently, numerous contents of information are being created and disseminated in the most diverse environments. Most of these materials are not accessible in Brazilian sign language (Libras), a phenomenon that is also noticeable at Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). However, with the increase of deaf people entering into higher education at UFRN, several documents were translated and created to guarantee accessibility to the deaf community. As a result, various contents accessible in Libras were produced, which are available in different informational environments. Nevertheless, there is still a growing need for the creation of signal-terms in multiple scientific areas. Therefore, this present work aims to propose guidelines for the systematization and preservation of knowledge in Libras generated at UFRN. To achieve this objective, several specific goals were outlined, namely: analysis of the documents that regulate the translation and interpretation services in Libras at UFRN, mapping the various digital information environments that gather knowledge produced about Libras at UFRN, and analyzing the parameters of the sign creation process for the validation and registration of sign terms in the development guidelines of a glossary. Regarding the nature of the study, it is an applied research. To achieve this objective, the following methods were used: the monographic method, the functionalist method and the structuralist method. Also included are the techniques of documentary research and observation. As a result, three guidelines were presented: responding to requests according to the communicational and informational needs of the deaf community; optimize the organization of logistics related to the translation and interpretation processes; and implement actions to preserve and disseminate knowledge in Libras. Thus, guidelines were defined for the systematization of knowledge in Libras at UFRN, with the aim of facilitating and expanding access to these contents, ensuring accessibility for deaf users.

**Keywords:** Information and Knowledge Management; Information Accessibility; Mediation and Appropriation of Information; Brazilian Sign Language.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espiral do Conhecimento.....	26
Figura 2 - O sinal de mãe em quatro Língua de Sinais diferentes.....	59
Figura 3 - Alfabeto manual em diferentes Línguas de Sinais.....	64
Figura 4 - Página de solicitação de serviços de interpretação na SIA (esquerda) e no Portal da UFRN (direita).....	77
Figura 5 - Página inicial do Canal UFRN no <i>Youtube</i> .....	82
Figura 6 - Página de <i>playlists</i> do Canal UFRN no <i>Youtube</i> .....	83
Figura 7 - Página da <i>playlist</i> tô no campus do Canal UFRN no <i>Youtube</i> .....	84
Figura 8 - Página inicial do Canal Letras - Libras - LPL2 UFRN no <i>Youtube</i> .....	84
Figura 9 - Página de <i>playlists</i> do Canal Letras - Libras - LPL2 UFRN no <i>Youtube</i> .....	85
Figura 10 - Página da <i>playlist</i> Glossário - Termos literários do Canal Letras - Libras - LPL2 UFRN no <i>Youtube</i> .....	86
Figura 11 - Página inicial do Canal Coordenação Tils da UFRN no <i>Youtube</i> .....	86
Figura 12 - Página de <i>playlists</i> do Canal Coordenação Tils da UFRN no <i>Youtube</i> .....	87
Figura 13 - Página inicial do Canal da SIA UFRN no <i>Youtube</i> .....	87
Figura 14 - Página de <i>Playlists</i> do Canal da SIA UFRN no <i>Youtube</i> .....	88
Figura 15 - Página inicial do Canal da SEDIS UFRN no <i>Youtube</i> .....	88
Figura 16 - Documentário acessível em Libras no Canal da SEDIS UFRN no <i>Youtube</i> .	89
Figura 17 - Página inicial do Canal da UFRN FACISA no <i>Youtube</i> .....	90
Figura 18 - Página de vídeos do Canal da UFRN FACISA no <i>Youtube</i> .....	90
Figura 19 - Vídeo microbiologia industrial em Libras no canal da UFRN FACISA no <i>Youtube</i> .....	91

Figura 20 - Sinalização das estantes do acervo da Biblioteca Setorial da FACISA, imagem retirada do <i>Instagram</i> tilsufrn.....	92
Figura 21- Atividades realizadas em Libras por alunos para disciplinas na UFRN.....	93
Figura 22 - Página do artigo O mundo na palma das mãos no <i>site</i> institucional da UFRN.....	94
Figura 23 - Página inicial do <i>site</i> institucional da SIA/UFRN.....	95
Figura 24 - Página inicial da pasta Sinalário no <i>Drive</i> no Google .....	96
Figura 25 - Página inicial da pasta Arquivo de sinais - Tils UFRN no <i>Drive</i> no Google	96
Figura 26 - Perfil @tilsufrn à esquerda e à direita vídeo traduzido no <i>Instagram</i> pelo Comitê de serviços de Tradução e Interpretação de Libras.....	97
Figura 27 - Página inicial à esquerda e à direita página de manuais para atendimento especial do <i>site</i> da Comperve/UFRN.....	98
Figura 28 - Página de processo seletivo para o curso Letras Libras a esquerda e à direita documento traduzido para a Libras no <i>site</i> da Comperve/UFRN .....	98
Figura 29: Configuração de mão em Libras.....	101
Figura 30: Exemplos de localização em Libras.....	102
Figura 31: Exemplo de traços não-manuais em Libras.....	103
Figura 32: Exemplo de traços distintivos em Libras.....	104
Figura 33: Condição de Simetria.....	105
Figura 34: Condição de Dominância.....	105
Figura 35: Exemplo de derivação em Libras.....	106
Figura 36: Exemplo do processo de composição em Libras.....	107
Figura 37: Incorporação de argumento.....	108
Figura 38: Incorporação numeral .....	108

Figura 39: Incorporação de negação .....	109
Figura 40: Incorporação de negação em Libras .....	110
Figura 41: Exemplo de tipos verbais em Libras .....	110
Figura 42: Exemplo de verbos direcionais em Libras .....	111
Figura 43: Exemplo de verbos espaciais .....	111
Figura 44: Exemplo de adjetivos de objetos em Libras .....	112
Figura 45: Pronome pessoal “nós” em Libras .....	113
Figura 46: Exemplo de pronomes possessivos em Libras .....	114
Figura 47: Exemplo de flexão nominal em Libras .....	115
Figura 48: Diferentes representações de escrita .....	120
Figura 49: Chocolate em escrita de Libras .....	121
Figura 50: Esquema de atividades do Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação.	127
Figura 51: Fluxograma de solicitações de tradução e interpretação.....	130
Figura 52: Esquema dos processos de tradução .....	132
Figura 53: Modelo de Nonaka e Takeuchi aplicado para conhecimentos em Libras.....	137
Figura 54: Modelo da Espiral do Conhecimento de Nonaka e Takeuchi aplicado ao processo de mediação e apropriação da informação para conhecimentos em Libras.....	140
Figura 55 - Portal da SIA com marcações das janelas de interpretação.....	143
Figura 56: Processo de registro de sinais .....	145

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios Norteadores do Desenho Universal.....	41
Quadro 2 - Categorias de identidades surdas.....	48
Quadro 3 - Síntese metodológica.....	72
Quadro 4 - Síntese dos instrumentos de regulação dos serviços de tradução e interpretação em Libras na UFRN em ordem cronológica.....	79
Quadro 5 - Relação das Diretrizes para sistematização do conhecimento em Libras e as ações pertinentes ao Comitê.....	124
Quadro 6 - Fatores a considerar no atendimento de solicitações ao Comitê dos TILSP.....	130
Quadro 7 - Aspectos linguísticos e técnicos.....	134
Quadro 8 - Síntese dos aspectos envolvidos na criação de um glossário.....	146
Quadro 9 - Síntese das diretrizes para a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN.....	147

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>19</b>
2.1 MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....	27
<b>3 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL: PRINCIPAIS CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....</b>	<b>37</b>
3.1 ACESSIBILIDADE: PERSPECTIVA LEGAL.....	37
3.2 ACESSIBILIDADE DIGITAL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	42
<b>4 SURDO E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....</b>	<b>46</b>
4.1 O SER SURDO.....	46
4.1.1 IDENTIDADES SURDAS.....	47
4.1.2 CULTURA SURDA.....	50
4.1.2.1 ARTEFATO CULTURAL: EXPERIÊNCIA VISUAL.....	52
4.1.2.2 ARTEFATO CULTURAL: LINGUÍSTICO.....	52
4.1.2.3 ARTEFATO CULTURAL: FAMILIAR.....	53
4.1.2.4 ARTEFATO CULTURAL: LITERATURA SURDA.....	54
4.1.2.5 ARTEFATO CULTURAL: VIDA SOCIAL E ESPORTIVA.....	54
4.1.2.6 ARTEFATO CULTURAL: ARTES VISUAIS.....	55
4.1.2.7 ARTEFATO CULTURAL: POLÍTICA.....	55
4.1.2.8 ARTEFATO CULTURAL: MATERIAIS.....	56
4.1.3 RESPEITO PELO SURDO: IDENTIDADE E CULTURA SURDA NO MUNDO.....	57
4.2 LIBRAS.....	58
4.2.1 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA LÍNGUA UNIVERSAL?.....	58
4.2.2 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA CONSTRUÇÃO ARTIFICIAL?.....	60
4.2.4 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA EXPRESSÃO MÍMICA?.....	62
4.2.4 A LÍNGUA DE SINAIS UTILIZA EXCLUSIVAMENTE EXPRESSÕES ICÔNICAS?.....	63
4.2.5 É A LÍNGUA DE SINAIS O ALFABETO MANUAL?.....	63
4.2.6 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA VERSÃO SINALIZADA DE UMA LÍNGUA ORAL?.....	65
4.2.7 A LÍNGUA DE SINAIS POSSUI A SUA ORIGEM HISTÓRICA NA LÍNGUA ORAL?.....	66
4.2.8 A LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL APRESENTA UMA UNIDADE?.....	67
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>68</b>
<b>6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>73</b>
6.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS QUE REGULAMENTAM O SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS NA UFRN.....	73
6.1.1 POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO.....	77

6.2 MAPEAMENTO DOS AMBIENTES INFORMACIONAIS QUE CONTEMPLAM OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS ACERCA DA LIBRAS NA UFRN.....	81
6.2.1 CANAIS DO YOUTUBE.....	82
6.2.1.1 CANAL UFRN.....	82
6.2.1.2 CANAL LETRAS - LIBRAS -LPL2 UFRN.....	84
6.2.1.3 CANAL COORDENAÇÃO TILS.....	86
6.2.1.4 CANAL SIA UFRN.....	87
6.2.1.5 CANAL SEDIS UFRN.....	88
6.2.1.6 UFRN FACISA.....	89
6.2.1.7 DEMAIS VÍDEOS.....	92
6.2.2 SITES DA UFRN.....	93
6.2.2.1 PORTAL DA UFRN.....	93
6.2.2.2 SITE DA SIA.....	94
6.2.3 DRIVE NO GOOGLE.....	95
6.2.4 OUTROS.....	97
6.2.4.1 INSTAGRAM.....	97
6.2.4.2 COMPERVE.....	97
6.3 ANÁLISE DOS PARÂMETROS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMOS, PARA VALIDAÇÃO E REGISTRO NA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA UM GLOSSÁRIO.....	99
6.3.1 ASPECTOS LINGÜÍSTICOS DA LIBRAS: PARÂMETROS NA CRIAÇÃO DE SINAIS.....	99
6.3.1.1 ASPECTOS FONOLÓGICOS.....	100
6.3.1.2 ASPECTOS MORFOLÓGICOS.....	106
6.3.1.3 CATEGORIAS GRAMÁTICAIS.....	110
6.3.1.4 FLEXÃO VERBAL E NOMINAL NA LIBRAS.....	114
6.3.1.5 ASPECTOS SINTÁTICOS.....	116
6.3.2 LIBRAS: PARÂMETROS NO REGISTRO DE SINAIS.....	117
6.3.2.1 ESCRITA DA LÍNGUA DE SINAIS.....	120
6.3.3 CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE AMBIENTES INFORMACIONAIS EM LIBRAS.....	122
<b>7 DIRETRIZES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM LIBRAS NA UFRN.....</b>	<b>124</b>
7.1 ATENDER ÀS SOLICITAÇÕES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES COMUNICACIONAIS E INFORMACIONAIS DA COMUNIDADE SURDA.....	125
7.2 OTIMIZAR A ORGANIZAÇÃO DA LOGÍSTICA REFERENTES AOS PROCESSOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO.....	130
7.3 IMPLEMENTAR AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO EM LIBRAS.....	134
7.4 SÍNTESE DAS DIRETRIZES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM LIBRAS NA UFRN.....	146
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154</b>

<b>ANEXOS.....</b>	<b>160</b>
Anexo 1.....	160
Anexo 2.....	166
Anexo 3.....	167
Anexo 4.....	173

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva teórica, é importante mencionar que a informação é um conjunto de dados permeados de significados, dados definidos para um propósito, que possuem relevância em determinado contexto. Por sua vez, “o conhecimento é a informação mais valiosa e, conseqüentemente, mais difícil de gerenciar. É valiosa precisamente porque alguém deu à informação um contexto, um significado, uma interpretação” (DAVENPORT, 2002. p.19).

Conseqüentemente, percebemos que a Gestão da Informação e do Conhecimento ocorrem também de maneiras diferentes, pois “o gerenciamento de informações é o gerenciamento dos processos e sistemas que criam, adquirem, organizam, armazenam, distribuem e usam informações.” São princípios ou diretrizes que objetivam ajudar as pessoas a acessarem e usarem essas informações, bem como organizar de uma maneira mais efetiva. (DETLOR, 2010. p. 1, *tradução nossa*). O gerenciamento do conhecimento é influenciado pela cultura organizacional, uma vez que esse conhecimento é tácito e está na mente dos indivíduos, sendo ativos intangíveis. Para que o seu compartilhamento se dê de maneira efetiva necessita ser descoberto e socializado e, para se transformar em informação e possa ser acessível, deve ser organizado e tratado para uso das pessoas na organização. (BARBOSA, 2008).

Na atualidade, estamos imersos em uma evolução tecnológica e informacional. Os avanços têm permitido que a informação seja disseminada de maneira extraordinariamente rápida. Contudo, essa velocidade não é transmitida em uma perspectiva isonômica, ou seja, um vasto número de pessoas continua excluído dessa transformação, e uma parte desse público, mesmo tendo acesso aos meios tecnológicos, continuam à margem da sociedade.

Uma das minorias linguísticas marginalizadas informacionalmente é a comunidade surda, isto é, os usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Estes cidadãos necessitam que as informações sejam acessíveis e que o conhecimento a ser gerado nessa língua possa ser encontrado por todos, inclusive para as pessoas que não conhecem a Libras, isso porque se trata de uma língua viva, dinâmica, em constante transformação e expansão. Como todas as línguas, ela contempla palavras, estas que são denominadas como sinais ou sinais-termo, segundo Mandelblatt e Favorito (2018), as quais devem ser organizadas em um escopo que possibilite o acesso por diversos públicos.

Assim temos que uma determinada palavra que não possua um sinal-termo equivalente na Libras é designada pela junção de letras, da mesma maneira que se soletra uma

palavra na língua Portuguesa, isto se dá por meio da datilologia. Como um exemplo, imagine que uma pessoa fale a seguinte frase: “as folhas produzem oxigênio através do processo de fotossíntese”, a tradução, produção e disseminação de conhecimento utilizando o termo fotossíntese sofreria alguns obstáculos, tais como: existe um termo equivalente na Libras? Onde efetuar essa pesquisa? Como comprovar que é um sinal-termo adequado e aceito pela comunidade surda? Caso não exista onde poderia se propor a criação desse sinal-termo? Quais critérios seriam necessários para a criação desse sinal-termo? Como validar e registrar o sinal-termo de maneira que seja adequado e aceito pela comunidade surda?

Esse embaraço citado acima sobre um simples termo faz parte da vida dos usuários da Língua de Sinais. Desde os termos mais simples até os mais complexos passam pela mesma dificuldade, uma vez que não temos uma forma de sistematizar a gestão desse conhecimento. Os sinais-terminos criados se perdem sem a divulgação e registro, sinais-terminos necessários não são criados, prejudicando a produção de novos conteúdos utilizando esse termo, assim se utiliza o método substitutivo da datilologia, expressando o termo do exemplo acima da seguinte forma, F-O-T-O-S-S-Í-N-T-E-S-E, sinalizando letra por letra, o que causa perdas quando o indivíduo não conhece a palavra, não tem auxílio de outra pessoa que explique o significado da palavra ou não a encontra em materiais na sua língua que abordem conteúdos com esse termo.

A partir do ingresso de alunos surdos, usuários da Libras, no ensino superior, diversos sinais-termo precisaram ser criados e registrados, contudo muitas palavras e conceitos ainda não estão definidos diretamente em Libras, e nesses casos são usados empréstimos linguísticos da Língua Portuguesa com termos expostos por datilologia. É importante esclarecer que o termo datilologia se refere ao uso de signos linguísticos expressos em determinadas configurações de mão que designam as letras do alfabeto da língua Portuguesa. Com a disseminação dessa língua em diversas áreas do conhecimento e nas universidades, várias palavras precisaram ser criadas e muitas outras ainda serão, porém a produção desse conhecimento pela comunidade surda não é sistematizada.

Nos últimos anos, a Libras tem se tornado mais conhecida pelo público e os surdos têm alcançado a efetivação de vários direitos e garantias constitucionais por meio da interpretação e tradução de vários materiais orais, escritos e digitais. No entanto, na realidade, há uma carência de um ambiente para gestão da criação e da validação dos sinais-terminos com esse objetivo no Brasil. Os que existem não possuem uma gestão sistemática desse conhecimento, e com isso continuam incompletos.

O fluxo de pesquisa científica da Libras está avançando em diversas áreas do conhecimento, no entanto muitas informações se perdem ou ficam inacessíveis, restando apenas alguns itens disponíveis em ambientes informacionais<sup>1</sup>, o que acaba gerando, por sua vez, o desconhecimento de conceitos e palavras utilizadas no meio acadêmico pela comunidade surda. Alguns registros estão sendo feitos em plataformas digitais, como o *YouTube*, no entanto alguns são imprecisos e passíveis de confiabilidade.

A Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002 dispõe a Língua Brasileira de Sinais e dá providências, a seguinte Lei reconhece a Libras como língua, como meio legal de comunicação e expressão. Também, pode-se destacar que é a língua das comunidades de pessoas surdas do Brasil. E ainda, salienta que o poder público deve garantir o uso e a promoção desse idioma. Dessa maneira, a acessibilidade informacional por meio da Libras está norteadada por dispositivos legais, estes garantem a acessibilidade comunicacional através do uso da Libras pela comunidade surda no Brasil.

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem-se o Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), este é um setor criado pela Portaria nº 1.157/17-R, de 12 de Junho de 2017, e está vinculado à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade, que é subordinada à Reitoria da UFRN. A atuação deste Comitê está regulamentada institucionalmente por meio da Portaria N.º 1.619/17-R da UFRN. Desta maneira, na esfera institucional há regulamentos internos que visam a promoção da acessibilidade informacional e comunicacional em Libras na UFRN.

Desta forma, diversos materiais estão sendo traduzidos, alguns são criados diretamente em Língua de Sinais com a participação de diversos departamentos desta universidade e também pelo Comitê anteriormente citado, contudo, alguns destes sinais não são disponibilizados, outros se perdem uma vez que não se possui uma plataforma que centralize e preserve essas informações, e ainda alguns conteúdos traduzidos não levam em consideração as necessidades e demandas da comunidade surda, que poderiam precisar da tradução de outros conteúdos prioritários, uma vez que o serviço de tradução tem um limite do que pode entregar, levando em consideração o prazo, quantidade de conteúdo e servidores disponíveis, dessa forma a gestão da informação no setor não é eficiente.

A partir dessas premissas, tem-se como questão norteadora desta pesquisa: Como possibilitar a sistematização e a preservação do conhecimento em Libras gerado no âmbito da UFRN?

---

<sup>1</sup> Os ambientes informacionais aqui descritos são as diversas plataformas informacionais digitais, que suportam vídeos e são disponibilizadas na internet.

Desse modo, tem-se como objetivo geral: Propor diretrizes para a sistematização e a preservação do conhecimento em Libras gerado na UFRN. Para atingir este objetivo, seguem os objetivos específicos:

- Analisar os documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN;
- Mapear os diversos ambientes informacionais digitais que agrupam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN;
- Analisar os parâmetros do processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário;

Conforme explicitado anteriormente, existe uma lacuna na gestão da produção e no registro e preservação de conhecimento para usuários de Libras, muitos sinais-termos ainda não foram criados, outros não foram validados e outros não possuem registro.

A comunidade surda, isto é, usuários de Libras, engloba surdos e ouvintes. É composta também por docentes, discentes e tradutores intérpretes de Libras, trata-se de uma ampla comunidade que necessita de ferramentas que apoiem o uso e difusão dessa Língua, democratizando assim o seu acesso. Na UFRN, hoje existem diversos docentes e discentes surdos na graduação e na pós-graduação, bem como uma equipe de tradutores intérpretes de Libras que auxiliam todas as mediações linguísticas desses usuários dentro da instituição, por meio da tradução de materiais da Língua Portuguesa para a Libras e vice-versa, ou interpretando em eventos e salas de aula.

A tendência é que o número de usuários de Libras aumente com o passar do tempo, assim como a produção acadêmica nessa língua. Com isso vemos a necessidade emergente de sistematizar a gestão desse conteúdo, a fim de registrar, validar e divulgar esse material, bem como servir de meio basilar para a produção acadêmica nas diversas áreas do conhecimento através da criação de sinais-termos de maneira compartilhada, evitando o uso de empréstimos linguísticos, isto é, a utilização de datilologia.

Diante do exposto, se torna necessário a proposição de estratégias visando a criação de diretrizes para sistematização do conhecimento em Libras. Este poderá ser inserido em um ambiente informacional sistematizado, com o objetivo de promover uma maior organização e registro destes, com vistas a tornar as informações produzidas neste âmbito compreensíveis. Desse modo, é possível que sinais-termos possam ser disseminados para usuários de Libras visando a apropriação desta informação em diversos contextos acadêmicos e, além disso,

propicia um ambiente mediado de informações, acessível, que possibilite a construção de conhecimentos em Libras. Durante os processos de tradução, sinais-termos, poderão ser registrados e integrar essa plataforma, além disso, os sinais-termos utilizados nos processos de interpretação nas diversas disciplinas da UFRN, poderão ser criados, validados e registrados e por fim serem incluídos neste glossário.

A mediação da informação linguística entre surdos e ouvintes, possibilitada através da atuação do tradutor intérprete de Libras, não se restringe apenas a uma decodificação, envolve processos linguísticos e cognitivos complexos, pois as línguas envolvidas são de modalidades distintas, uma de modalidade visual-espacial (Libras) e a outra de modalidade oral-auditiva (Língua Portuguesa). Em todos esses processos, o tradutor intérprete de Libras verifica os termos envolvidos na área e pesquisa os conceitos utilizados, a fim de manter a qualidade no trabalho desenvolvido, bem como garantir a fidedignidade das informações no processo interpretativo/tradutório.

Sem sombra de dúvida, a proposta de uma solução para a gestão do conhecimento em Libras seria um marco, um divisor de águas na instituição, garantindo e validando a busca pela disseminação, democratização, acessibilidade e apropriação da informação e do conhecimento, contribuindo para o aumento da visibilidade da produção em Libras, bem como preservando a memória desta língua. De fato, este é um produto inovador com contribuições sociais expressivas.

A motivação para esta pesquisa se deu devido ao pesquisador ser intérprete de Libras, lotado na Secretaria de Inclusão e Acessibilidade e integrante do Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais na UFRN. Uma vez imerso neste contexto, em um setor tão pertinente, responsável pela acessibilidade informacional em Libras na UFRN, viu-se que a pesquisa e o desenvolvimento são de suma importância no aperfeiçoamento do serviço ofertado pela instituição.

Na atividade de tradução e interpretação diversos sinais são utilizados, é um processo contínuo e muitas vezes simultâneo. Contudo, muitos sinais-termos ainda não foram criados, outros não estão acessíveis, e outros não foram plenamente divulgados, dificultando as atividades de tradução e interpretação. Ficou evidente diante do exposto que a sistematização facilitará o fluxo de trabalho, tornando acessível materiais traduzidos pela equipe, bem como tornando mais efetiva as atividades de interpretação, preservando e difundindo conhecimentos gerados em Libras.

A análise e sistematização da produção do conhecimento em Libras na UFRN por meio da Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), bem como da mediação e

apropriação da informação, se caracteriza como uma justificativa científica, pois esta auxiliaria na gestão da produção e disseminação dessas informações, propiciando um fluxo de informações ordenado e a validação da criação de sinais-termos em diversas áreas do conhecimento, promovendo a acessibilidade e o direito à informação para a comunidade usuária da Libras<sup>2</sup> na UFRN.

Esta pesquisa trouxe propostas de diretrizes para a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN à luz da Gestão da Informação e do Conhecimento. De fato, a partir da GIC se pode delinear estratégias para a consecução deste objetivo. Com base nos pressupostos teóricos, traçou-se uma análise que permitiu a instrumentalização das diretrizes apresentadas nesta dissertação.

Esta dissertação está organizada em sete seções, entre os quais abordam os eixos temáticos e aporte teórico metodológico que embasam esse projeto, bem como a pesquisa e seus resultados.

A seção um, destinada a introdução da pesquisa, contextualiza as temáticas centrais, bem como a problemática estudada, a questão norteadora da pesquisa, os objetivos necessários para a consecução da realização desse trabalho, bem como as justificativas que embasam a necessidade desta pesquisa.

As seções dois a quatro contemplam todo o referencial teórico da pesquisa. A seção dois aborda a gestão da informação e do conhecimento, e ainda, a mediação e apropriação da informação. A seção três trata sobre acessibilidade informacional, tanto em uma perspectiva legal quanto a acessibilidade em contextos digitais. A seção quatro discorre sobre o surdo e a Língua Brasileira de Sinais, trata sobre as identidades surdas, cultura surda e sobre a Língua da comunidade surda, a Libras.

A seção cinco explana a metodologia adotada para realização desta pesquisa, descrevendo a natureza da pesquisa e seus sujeitos, instrumentos, métodos e técnicas adotados, bem como procedimentos adotados para coleta de dados.

A seção seis apresenta os resultados dos objetivos específicos, desta maneira contém: a análise dos documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN; o mapeamento dos diversos ambientes informacionais digitais que agrupam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN; e análise dos parâmetros do processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário. Na apresentação do resultado do primeiro objetivo específico, se

---

<sup>2</sup> Os conceitos, ferramentas, parâmetros e análises dessa pesquisa não contemplam diretamente os usuários surdos cegos. Esta é uma lacuna que poderá ser sanada por uma outra pesquisa.

contextualizou institucionalmente o Comitê de serviço de tradução e interpretação de Libras da UFRN, analisou-se os instrumentos que o regulamentam e a política de atendimento para as solicitações dos serviços oferecidos por este Comitê. O resultado do segundo objetivo específico na resolução da questão norteadora, levando em consideração os objetivos gerais e específicos, apresenta os ambientes informacionais que contemplam os conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN. E ainda, na mesma seção, os resultados do terceiro objetivo específico foram delineados, apresentando aspectos linguísticos, parâmetros no registro e na validação de materiais em Libras.

A seção sete apresenta as diretrizes para a sistematização de conhecimentos em Libras, abordando todos os conhecimentos apresentados nas demais seções.

Na seção oito são apresentadas as considerações finais acerca da pesquisa.

## 2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A gestão da informação e do conhecimento (GIC) é essencial em qualquer instituição, uma vez que essa possibilita adequar, analisar e instrumentalizar suas práticas e ações, possibilitando que se utilize estratégias que contribuirão para atingir os objetivos de maneira eficaz.

A gestão da informação está intimamente ligada à documentação, à organização e à estruturação destes registros, os quais são de conhecimento explícito, isto é, são informações dos mais variados tipos, produzidas, armazenadas e utilizadas em um espaço organizacional. (BARBOSA, 2008).

No momento em que se deu relevância à informação contida nas organizações, instituições e empresas, como um recurso valioso, iniciam-se os estudos da Gestão da informação e do conhecimento, principalmente quando pensamos no uso eficaz e eficiente das informações. A partir do final da segunda grande guerra mundial, se deu ainda mais importância à informação como um recurso relevante, especialmente no âmbito da Ciência da Informação. Todavia, alguns problemas foram observados a partir da explosão informacional, tais como o armazenamento, tratamento e difusão de informação, sendo necessário, cada vez mais lugares maiores por causa do grande volume físico. Daí emerge outra dificuldade, o uso dessas informações, com o volume crescente da geração desses recursos, como garantir que essas informações sejam encontradas, e ainda, adjacente a essa problemática, temos a circulação dessas informações, isto é, como permitir que as informações cheguem a todos os setores que dela necessitam. (SARACEVIC, 1996).

Com isso a gestão da informação em um primeiro momento centrou-se em analisar como otimizar a circulação, o uso eficiente e eficaz dessas informações, bem como reduzir o excesso, isto é, analisar quais são úteis ou redundantes. Desse modo, com a intenção de definir os fluxos de informação de acordo com a sua importância e variações, iniciou-se estudos dos ambientes organizacionais internos e externos, baseando-se em alguns critérios e objetivos dessas organizações. (ARAÚJO, 2014).

As informações podem ajudar os indivíduos a reduzir incertezas, o auxiliam nas tomadas de decisões e ainda podem influenciar o seu comportamento. E ainda, também, auxiliar nos processos críticos das organizações e o seu desempenho, permite que através de uma análise informacional se adapte às necessidades que surjam, bem como antecipar movimentos a fim de garantir um desempenho mais efetivo, apreendendo novos conhecimentos e inovando em suas ações. (BARBOSA, 2008).

O valor identificado em cada informação está relacionado ao contexto em que se usa essa informação, o indivíduo a partir das suas necessidades e demandas define o quanto relevante essa informação é e como influenciará nas suas ações. (SILVA; NUNES, 2017)

Dessa forma entendermos um pouco mais sobre o que envolve o termo informação, apresentaremos dois entendimentos distintos, um se refere a Dervin e o outro a Le Coadic. Com esse enfoque, Dervin explicita que existem três tipos de informação, o primeiro tipo de informação é independente do homem, objetiva e externa, o segundo tipo seria subjetivo, interno, pertencente ao homem e, por último, o terceiro tipo de informação é uma mescla dos dois primeiros tipos de informação. Contudo, para Le Coadic a informação advém do registro do conhecimento, podendo vir a ser escrito, oral ou audiovisual, deste modo a informação, somente se tornaria objeto de pesquisa quando a produção do conhecimento é, de fato, registrada (*apud* COSTA; LEITE, 2016).

Algumas áreas de estudo basilares se interrelacionam diretamente com a gestão da informação, tais como: Ciência da Informação a qual faz parte, a metodologia de pesquisa, porque se preocupa com os métodos de investigação, coleta de dados, avaliação dos resultados entre outros pontos definindo a identificação de temas e propostas; a linguística, porque analisa a linguagem natural e formal, através da semântica, pragmática, análise dos discursos e outras; e as línguas estrangeiras, uma vez que propicia que os conteúdos possam ser traduzidos e resumidos para diversas pessoas conectadas ao redor do mundo, nas mais diferentes línguas. (MARCHIORI, 2002).

Sabia-se, todavia, que a informação material é um recurso importante das organizações, contudo, posteriormente, percebeu-se que a informação que ainda não foi materializada é um ativo ainda mais importante, ou seja, a informação que está na mente dos indivíduos que fazem parte dessa organização. Com isso percebe-se a importância dos conceitos de conhecimento tácito e explícito para o progresso da gestão da informação e do conhecimento.

Desse modo, além da informação, o conhecimento também se tornou um ativo importante. Ou seja, além de fazer a gestão da informação, era preciso também fazer a gestão do conhecimento, essa última tem como principal objetivo transformá-la em informação. Para tanto, foram desenvolvidos diversos modelos de gestão da informação e do conhecimento, tais como a adotada por Nonaka e Takeuchi, a espiral do conhecimento, com quatro fases definidas, quais sejam: externalização, combinação, internalização e socialização. Posteriormente falaremos um pouco mais sobre esse modelo e suas etapas.

Além disso, modelos de gestão foram idealizados para efetivar esses processos, modelos de serviços de informação, modelos de sistemas digitais de informação, entre outros. Podemos acrescentar ainda, com o foco na temática da questão da aprendizagem o autor Senge, mudando o enfoque para como se dá a gestão do conhecimento, os autores Davenport e Prusak, e ainda, em se tratando de capital intelectual os autores Stewart, Edvinsson e Malone. (ARAÚJO, 2014).

É interessante que a partir da década de 1990 começou-se a entender que não podemos estudar o indivíduo isoladamente, mas que esse estudo deve levar em consideração os indivíduos, isso porque o conhecimento tácito não está apenas na mente de um indivíduo isolado, mas ele faz parte de um conhecimento construído de forma coletiva, dentro das organizações, dessa maneira é possível perceber que a construção do conhecimento tácito se dá em um contexto de interações e intervenções dentro da organização. (ARAÚJO, 2014). Portanto, bens e serviços podem ser elaborados pelas empresas, por se tratarem de ambientes propícios onde os indivíduos com seus conhecimentos especializados são integrados, a interação desses conhecimentos em uma atmosfera de inovação, gera e transforma as informações em conhecimento, que podem se materializar em produtos e serviços diversos. (BARBOSA, 2008).

A inovação tecnológica e investimentos na área tão somente não são capazes de garantir uma efetiva gestão da informação e do conhecimento, dessa maneira é importante que os gestores a desenvolvam em uma “perspectiva holística e integrada da informação”. Esse é o modelo ecológico desenvolvido por Davenport, no qual discrimina do que se trata um ambiente informacional, possuindo elementos constitutivos, tais como: estratégia informacional, isto é, o que a empresa pretende fazer com as informações que detém; a política da informação; a cultura que adotará no uso da informação; o grupo destinado a gerenciar a informação; processos advindos do gerenciamento da informação e, por último, a arquitetura da informação que, do ponto de vista desse modelo, é apenas uma orientação de como a informação deve ser organizada e armazenada para que haja um efetivo acesso na organização. (BARBOSA, 2008, p.9).

A gestão da informação permite que a informação seja disseminada e utilizada através do processo de gestão de conteúdos e informações e da gestão da tecnologia e pessoas que estão vinculadas a essas práticas informacionais. Segundo Barbosa (2008), a gestão da informação e do conhecimento estão inter-relacionadas, e estão ligadas a dois processos organizacionais, um diz respeito ao conhecimento explícito, a informação que está registrada, e o outro ao conhecimento tácito, ao capital intelectual dos indivíduos de uma organização,

esse conhecimento está internalizado nos indivíduos e necessita ser descoberto e também disponibilizado aos demais indivíduos da organização para que possa ser utilizado de maneira efetiva. A ciência da informação é a base estruturante, focando no estudo das facetas envolvidas na informação, bem como os seus processos para disseminação efetiva, dedicando-se ao estudo dos fundamentos teóricos desse fenômeno e, além disso, ao fluxo e uso da informação. (SOUZA; DIAS; BORGES, 2011).

A produção científica e intelectual é um conhecimento explícito, visto que são informações que foram organizadas e estruturadas em registros documentais, que estão armazenados em ambientes digitais ou físicos. (PAIVA; BENCHIMOL; CHALHUB; FURTADO, 2019).

Para Nonaka e Takeuchi “a informação é um meio ou material necessário para extrair e construir o conhecimento”, de modo que a informação é de fato importante na confecção do conhecimento explícito, segundo os autores a informação semântica é responsável pelo significado, ou seja, os significados que damos ou percebemos nestas destacam a verdadeira importância e contribuem para a construção do conhecimento, o fluxo de informações alimentam um novo fluxo, o do conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 63).

Portanto, segundo Camargo e Vidotti (2008) é possível realizar adequadamente a gestão dessas informações em ambientes digitais, em que se pode armazenar e gerenciar informações, inclusive informações em vídeos, uma coleção de informações digitais acessíveis, registros de informações que podem ser efetivamente gerenciadas, de maneira que segundo Buckland sob o paradigma físico, a informação é tida como um coisa, através de uma perspectiva objetiva essa informação é registrada, possuindo uma existência física (SILVA; NUNES, 2017).

Ainda é relevante salientar que, para as instituições, é importante que as informações, as produções científicas, sejam devidamente armazenadas e preservadas, para facilitar o acesso para os mais diversos públicos, dando visibilidade a elas. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018). A gestão informacional se preocupa com as situações e problemas nos contextos organizacionais, focando nos indivíduos, grupos ou em toda a instituição para prover uma solução efetiva e com menor custo. Dessa maneira o gestor da informação tem como principal atividade dispor de um serviço que funcione, seja acessível e atrativo. Dessa maneira, demandando-se informação para determinado objetivo é que se inicia o processo de atendimento, que pode possuir diferentes etapas e momentos para sua consecução, através do cumprimento dessas etapas se garante que a resposta esperada seja

fornecida. Portanto, inicia-se com o estudo da informação e seu fluxo informacional e todas as etapas envolvidas e usos que essa informação teria. (MARCHIORI, 2002).

Para Barreto (1996) a informação é um meio, um instrumento que transforma e modifica a consciência do homem e do grupo social que participa, dessa forma a relação entre informação e conhecimento somente é possível quando o indivíduo a recebe, isto é, a aceita, assimila a informação. O conceito de assimilação da informação é o processo do indivíduo com a estrutura informacional que causa uma modificação cognitiva no sujeito, através da interação do sujeito com a informação, produzindo conhecimento baseado na informação que obteve contato. (BARRETO, 1996).

Segundo Nonaka e Takeuchi a espiral do conhecimento se dá através da interação entre o conhecimento tácito e conhecimento explícito em duas dimensões, uma ontológica e outra epistemológica. A dimensão ontológica está ligada ao nível de conhecimento organizacional, isto é, o conhecimento de indivíduos até o conhecimento intraorganizacional, e com relação a dimensão epistemológica, está diz respeito à transformação do conhecimento tácito em explícito (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Portanto, a comunicação está ligada à gestão do conhecimento, e esta é um elo fundamental nesse processo, uma vez que pode fazer com que o conhecimento possa ser transmitido, se for utilizada de maneira inteligível, no momento apropriado e à pessoa certa. Esse elo entre a gestão do conhecimento e a comunicação se dá de maneira colaborativa. O conhecimento estrutura, possibilita a sistematização dos processos comunicativos, e a comunicação permite a viabilização da gestão do conhecimento, através do compartilhamento do conhecimento nas interações entre os sujeitos (COSTA; LEITE, 2016), e o papel da Ciência da Informação é possibilitar a comunicação, bem como a apropriação, de maneira efetiva e facilitada entre os usuários. (SILVA; NUNES, 2017).

Sabendo da importância da comunicação, vejamos a perspectiva de informação segundo Belkin. Em seu conceito ele define a sua constituição em dois níveis, a comunicação e a gestão são parte integrante de um todo. O primeiro nível é o linguístico, em um processo comunicacional entre o receptor e o que envia ou gera as informações na comunicação, nesse nível leva-se em consideração todo o contexto, tais como a estrutura, o propósito, a intenção entre outros aspectos ligadas a mensagem. A informação está associada a um conjunto de signos linguísticos organizados de maneira inteligível em um sistema de comunicação, estando a informação vinculada a uma mensagem, e o que envia ou gera a mensagem pode alterá-la de acordo com o seu propósito, intenção ou a estrutura que utiliza para enviar a mensagem. O segundo nível é o cognitivo, cujo enfoque é na gestão do conhecimento,

contudo o autor também insere nesse nível a gestão da informação. E de acordo com o seu conceito a informação altera o conhecimento dos indivíduos, uma vez que relaciona a informação recebida com o conhecimento que possuem, preenchendo uma lacuna, falha ou necessidade cognitiva desse indivíduo, portanto permite ao indivíduo utilizar esse novo conhecimento. Consequentemente, a gestão do conhecimento depende dos processos comunicacionais, sendo ela crucial na criação de novos conhecimentos. (COSTA; LEITE, 2018).

A possibilidade de fazer propriamente a gestão do conhecimento é baixa, pois está relacionada com o conhecimento pessoal, esta depende da descoberta e da socialização para ser efetivamente utilizada, isto se dá porque a informação e os dados podem ser de fato gerenciados por diversos indivíduos, contudo, o mesmo não se ocorre com o conhecimento tácito, uma vez que não pode ser gerenciado por terceiros, apenas pelo próprio indivíduo que detém o conhecimento tácito. (BARBOSA, 2008). Assim, é importante que na geração e registro dessas informações seja analisado o contexto em que elas estão imersas, a produção e o seu acesso. (MOREIRA; SILVA 2020). No entanto, existem perspectivas divergentes em relação à gestão do conhecimento, podemos exemplificar três delas segundo Barbosa (2008).

A primeira, denominada pelo autor Barbosa (2008) como GC1, Gestão do Conhecimento 1, está relacionada à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, que trata a gestão do conhecimento como a gestão da informação, isto é, para os que defendem a gestão do conhecimento desse ponto de vista, houve apenas uma mudança no nome, não é propriamente uma nova perspectiva de estudo, continua a ser gestão da informação denominada de outra maneira. A segunda, intitulada GC2, Gestão do Conhecimento 2, está relacionada a sistemas, inteligência artificial e engenharia do conhecimento. Esta perspectiva pressupõe que a gestão do conhecimento se dá pela análise de dados e de informação, identificando o valor e o conhecimento presente em repositórios através de técnicas avançadas. Nesse âmbito, a gestão do conhecimento está relacionada com a gestão do know-how das atividades institucionais. Já a terceira, nomeada GC3, Gestão do Conhecimento 3, é baseada na teoria organizacional e relaciona informação, conhecimento explícito e conhecimento tácito, gerenciando o contexto no qual está inserida a instituição e a adaptação desta ao ambiente externo, fundamentada no conhecimento. Portanto, para esta perspectiva, a descoberta do conhecimento e de como compartilhá-lo é fundamental para que, de fato, a gestão do conhecimento se realize de maneira efetiva.

Sob a perspectiva da dimensão ontológica de Nonaka e Takeuchi entendemos a importância do indivíduo nessa espiral do conhecimento, através deste que o conhecimento é

gerado. As organizações não geram conhecimento, contudo o indivíduo sim, as organizações apenas apoiam ou contribuem para que esses conhecimentos sejam compartilhados (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

Dessa maneira, percebemos que a gestão do conhecimento e a gestão da informação estão relacionadas, segundo Costa e Leite (2016), enquanto a gestão da informação se relaciona com sistemas da informação e gestão eletrônica de documentos, a gestão do conhecimento se associa a gestão do capital intelectual e ativos intangíveis, sendo socialmente construída por meio da interação dos sujeitos, troca de experiências, valores e crenças. Portanto, a gestão do conhecimento é feita por meio de processos, ferramentas e metodologias que incentivem a confecção do conhecimento (DUARTE; SATUR; LIRA; SILVA; LIMA, 2015).

Em suma, a gestão da informação tem como foco principal a informação ou o conhecimento explícito, isto é, elas são tangíveis, documentos diversos que são elaborados e disponibilizados para uso dentro da organização. Contudo, a gestão do conhecimento se preocupa com o conhecimento intangível, que está permeado nos pensamentos dos indivíduos, em suas mentes, que a partir de suas experiências e estudos foram desenvolvidos, e que não integram nenhum ambiente de consulta colaborativo. Dessa maneira, a gestão do conhecimento e a gestão da informação lidam com processos complexos e de difícil aferição, uma vez que a informação e o comportamento dos indivíduos na demonstração do seu conhecimento podem ser vistos, entretanto, esses fenômenos, a informação e conhecimento, são de certa maneira imperceptíveis dentro de um contexto organizacional. (BARBOSA, 2008).

Outro conceito que impacta na gestão do conhecimento é o de cultura informacional, isto porque executar a mudança na cultura informacional da empresa não se difere de mudar o modelo de gestão do conhecimento na organização. A cultura informacional compreende que além dos dados e informações, presentes na cultura informática, as pessoas também integram esse ambiente, como sujeitos detentores de conhecimentos e experiências, que, se valorizados, influenciam positivamente no desenvolvimento da cultura organizacional, compartilhando o conhecimento (BARBOSA, 2008), uma vez que a interação entre os indivíduos, compartilhamento de conhecimento e experiências são tão significantes quanto aos “estoques de conhecimento”, como assevera Costa e Leite (2016), e essa pode ser incentivada, com situações que estimulem a construção, a utilização e compartilhamento desse conhecimento, e ainda também percebe-se que “o comportamento nasce de uma necessidade forte e persistente de informação para que o sujeito se motive a satisfazê-la” (MOREIRA; SILVA 2020, p. 352).

Nonaka e Takeuchi (1997) explicitam um modelo para a criação de novos conhecimentos, e esse se dá em um contexto de interação entre conhecimentos. Dessa maneira, as informações físicas, isto é, o conhecimento explícito, e nem tão pouco o conhecimento tácito dos indivíduos, é que devem ser gerenciados, mas, contudo, a cultura organizacional, somente através desse contexto interacional que os conhecimentos tácitos são criados, desenvolvidos e utilizados. (ARAÚJO, 2014).

Em relação aos modos de conversão, ou seja, através do motor da espiral do conhecimento que abordamos anteriormente neste texto, sob o modelo de Nonaka e Takeuchi (1997), o motor dessa espiral é formado por quatro fases: socialização, externalização, combinação e internalização, como pode se ver na Figura 1 a seguir:

**Figura 1: Espiral do Conhecimento**



Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997, p.80)

Então, temos a socialização, isto é, se trata da conversão do conhecimento tácito em tácito, ela se dá através da troca de experiências, da observação, imitação e prática, um conhecimento compartilhado.

A externalização, conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, se dá através da linguagem seja escrita ou não, é uma maneira de registrar esse conhecimento, também contribui para a criação de conceitos através da reflexão sobre a temática, gerando conhecimento conceitual.

A combinação, conversão do conhecimento explícito em conhecimento explícito, seria a sistematização, classificação, categorização desses conhecimentos, um conhecimento sistêmico, isto pode se dar como exemplo em um banco de dados, e além disso, essa sistematização pode se dar também na conjunção de conhecimentos de diversas áreas ou departamentos, cada um com uma função específica que se organizam para a confecção de algo em comum com perspectivas conjuntas.

A internalização, conversão do conhecimento explícito em conhecimento tácito, se dá quando o indivíduo incorpora esse conhecimento, um conhecimento operacional, adquire a habilidade ou o conhecimento de algo, transforma o conhecimento explícito em conhecimento tácito, internalizando-o e, dessa maneira, se tornem ativos valiosos em nível pessoal, como também organizacional. Esses são os quatro processos responsáveis pela espiral do conhecimento segundo Nonaka e Takeuchi (1997).

A seguir, a partir dos conceitos apresentados de informação e conhecimento, bem como da gestão da informação e do conhecimento, abordaremos uma exposição sobre os conceitos de mediação e apropriação da informação.

## **2.1 MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

No âmbito da temática e da problemática desta pesquisa, se torna relevante refletir acerca da mediação da informação e da apropriação da informação, conceitos que se associam às atividades desempenhadas pelo campo da Gestão da Informação e do Conhecimento, tanto de forma teórica quanto prática.

As relações sociais são estruturadas a partir dos movimentos de construção de sentidos. Essas interações humanas são baseadas na atribuição de significados ao vivido, experienciado, associado a nossa realidade, ao meio em que convivemos e conhecemos. Através da mediação linguística interagimos com o mundo ao nosso redor, experimentamos e compartilhamos a nossa realidade, a linguagem é um elemento basilar na relação humana (GOMES, 2010; ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2017).

Dado o exposto, Bakhtin (2006) discorre que há uma dependência do material semiótico no que tange a compreensão de determinado conteúdo, com isso através das relações de intersubjetividade dos sujeitos se define o mundo simbólico. A subjetividade, segundo esse autor, é apontada como uma conversa consigo mesmo, um monólogo interior. Dessa maneira a subjetividade é acessada, formada e mediada por meio da linguagem.

Portanto, sem a linguagem, o homem seria tão somente um ser biológico incapaz de desenvolver a subjetividade.

Dessa maneira, temos que por meio da interação do sujeito em um meio social, significados são criados e disseminados, por intermédio das relações intersubjetivas que a mediação se caracteriza como categoria. Em vista disso, na formação da subjetividade temos a participação de elementos sociais e culturais. (GOMES, 2010)

Portanto, a comunicação por meio da língua é tida como o começo da mediação. Isto se dá porque por meio da língua se pode representar simbolicamente a realidade do que se percebe, representando, nomeando as formas e objetos descobertos em suas perspectivas singulares. Através da língua estrutura-se as relações intersubjetivas entre os sujeitos. Dessa maneira, segundo Varela, Barbosa e Farias (2014), a comunicação é tida como uma modalidade de mediação. Em meio a esfera social, estruturada por regras de pertencimento, há regras de comunicação na interação entre os sujeitos no espaço social.

Orozco Gómez (1996) explicita que a área da comunicação e da cultura avançaram no conhecimento qualitativo por meio da mediação, relacionando os meios de comunicação sociais, como também a cultura no âmbito social. O processo de comunicação ganha sentido graças à mediação, sendo a cultura a grande mediadora no processo de produção comunicativa. Desse modo, a interação comunicacional se dá em uma esfera cultural, estando a produção de comunicação inscrita e mediada culturalmente, não se dando de maneira independente (ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2017). Isto posto, a mediação se manifesta em práticas concretas, sendo elas: sociais, rituais e técnicas.

A cultura é manifestada através das práticas descritas acima ainda que parcialmente, se não, veja: As práticas sociais estão relacionadas com atividades cotidianas, negociações entre sujeitos, tais como decidir que programa ver na televisão; as práticas rituais são as que se referem a atividades de rotina, repetições executadas pelo sujeito, até mesmo em como o sujeito decide passar o seu tempo livre, muitas vezes executando as mesmas atividades, dessa maneira, determina-se a produção de sentido e, por conseguinte, a produção cultural; as práticas tecnicistas dizem respeito a aspectos instrumentais, meios e tecnologia de comunicação. As tecnologias de comunicação além de servirem como instrumentos técnicos têm modificado a percepção dos sujeitos, influenciando perceptivamente mudanças na realidade (OROZCO GÓMEZ, 1996).

Ainda segundo Orozco Gómez (1996), a mediação pode ser categorizada como mediações múltiplas, individuais, institucionais, midiáticas, situacionais e de referência. A primeira se refere ao fato de que é necessário uma série de fontes de mediação para que a

relação entre o sujeito e os meios de comunicação seja compreendida; a segunda categoria está vinculada a individualidade do indivíduo e sua subjetividade, aos significados que os sujeitos atribuem em suas relações sociais; a mediação institucional ocorre na família, trabalho, igreja, escola e outras instituições. Nessas instituições se produzem sentidos e significados, como também cultura, um intercâmbio de informações; a mediação midiática pode ocorrer por meio de tecnologias visuais ou rádio tecnológicas, uma vez que se usam estratégias diferentes de comunicação, bem como de linguagens nos diversos meios, tais como na televisão, rádio ou impressa, a percepção e a interação de informações entre esses meios são influenciadas de maneiras distintas; a mediação situacional nos remete a recepção da informação pelo sujeito, a situação em que o sujeito se encontra no momento da recepção das informações, bem como seu estado de ânimo influenciam a maneira como se recebe as informações; e a mediação de referência se baseia em características e contexto do ambiente, fatores tais como gênero, idade, etnia e classe social tem impacto na interação com as informações.

Em uma primeira definição, Almeida Júnior (2009) discorre sobre o tema desta forma:

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Contudo, como o conhecimento é dinâmico, Almeida Júnior (2015), em suas pesquisas no decorrer dos anos, reestruturou o conceito, fazendo algumas adequações, desta forma vê-se:

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Dessa maneira, percebe-se que no conceito de mediação, manteve-se as ideias de interferência e apropriação. Por se tratar de um processo, o autor acrescentou ao conceito: ambiência de equipamentos informacionais, satisfação parcial e momentânea, e conflitos. Desta forma, o processo de mediação visa satisfazer a necessidade informacional, ainda que, de maneira momentânea e parcial, isto porque gera novas necessidades informacionais. Esse é

um ponto que merece destaque, segundo a nova concepção adotada pelo autor, a mediação da informação não satisfaz plenamente as necessidades informacionais dos usuários, como anteriormente defendia, e sim de maneira parcial e momentânea. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015)

Almeida Júnior (2015) explicita que a mediação possui duas dimensões: intrínseca e extrínseca. A primeira dimensão é intrínseca às atividades do profissional da informação, é inerente ao fazer, as atividades do profissional, atuando no atendimento direto às pessoas ou em serviços internos, também denominado de serviços meios. A segunda dimensão da mediação é extrínseca, está mais ligada à ideia de disseminação da informação, contudo, de maneira mais ampla, uma vez que se preocupa também com a apropriação da informação pelos usuários.

Almeida Júnior (2015) categoriza a mediação da informação realizada pelo profissional da informação como: implícita e explícita, isto é, indireta e direta. A mediação implícita (indireta) é realizada de maneira a suprir as necessidades informacionais dos usuários dos ambientes informacionais, e a mediação se dá tão somente com o profissional da informação, sem a presença física e imediata dos usuários (BOTELHO; CARVALHO, 2014). Então, nesse momento, o profissional da informação, irá selecionar, desenvolver e armazenar as coleções voltadas aos interesses e demandas dos usuários desse ambiente informacional. Assim, o objetivo da mediação implícita segundo o autor é atender as necessidades informacionais dos usuários. No entanto, para a mediação explícita (direta) a presença do usuário é obrigatória, ainda que seja virtual, esta se dá no contato, na interação e comunicação com os usuários. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009)

Asseveram Varela, Barbosa e Farias (2014, p.165) que a mediação é uma ação pertencente à área dos profissionais da informação, sendo uma “estratégia lógica e natural”. A mediação se materializa a partir da relação do sujeito com a informação, portanto, está alicerçada em suportes de informação. O sujeito nessa relação de mediação que se apropria da informação, que utiliza os suportes informacionais, é quem decide se, de fato, a informação existe ou não.

Portanto, os significados são produzidos na interação e experiência do sujeito com a realidade em que se encontra. Dessa maneira Gomes (2010) discorre que o sujeito ao interagir com o mundo ao seu redor produz entendimento, lidando com diferentes objetos de dimensão de percepção, tanto imediatos como mediatos.

Em seu contato com o mundo, lida tanto com objetos de dimensão imediata de percepção, quanto com outros objetos de dimensão mediata, a partir dos quais vai construindo e reconstruindo sua compreensão. Nesse processo, emergem as

contradições, que só podem ser elaboradas no debate, na dialogia, enfim, no processo dialético. Logo, os procedimentos sociais transcorrem em contextos de tensões e contradições, considerando-se a natureza dialógica, incompleta, aberta e heterogênea da vida social. Pode-se dizer que a consciência é, ao mesmo tempo, resultado dos processos cognitivo e social, que se desenvolvem na comunicação. A experiência humana se dá graças às práticas comunicativas e simbólicas que constituem o locus da mediação. (GOMES, 2010, p.88)

Posto isso, temos que a mediação se caracteriza como um processo de intersubjetividades e está relacionada com o processo comunicacional. Através da negociação e intercâmbio de sentidos, os sujeitos podem significar e ressignificar as informações. A mediação requer a dialética, a relação e a alteridade, dessa maneira está desvinculada do imediatismo, pertencendo a processos de elaboração de pensamento, de compreensão intersubjetiva. (GOMES, 2010)

Para Vygotsky (1991) a zona de desenvolvimento proximal relaciona desenvolvimento e aprendizagem. Dessa maneira, o aprendizado cria a zona de desenvolvimento proximal, e esta permite que os diversos processos subjetivos sejam desencadeados estimulando o desenvolvimento, sendo a interação entre os sujeitos e o ambiente basilares para a aquisição, apropriação da informação e internalização do conhecimento. Com isso, vê-se que o aprendizado não é desenvolvimento, e os processos de aprendizado e desenvolvimento são distintos, de modo que o processo de desenvolvimento ocorre de maneira mais lenta que o de aprendizagem, todavia o aprendizado é um fator necessário ao processo de desenvolvimento.

Segundo a teoria de Vygotsky, os mediadores são agentes de mudança, transformam a realidade, não apenas a imitam. Desse modo temos duas ferramentas, uma age materialmente sobre o estímulo, o alterando. A segunda produz uma ação de adaptação diferente, proporciona instrumentos, além disso por meio da cultura, um sistema de sinais que medeiam as atividades, sendo este último a linguagem falada em grande parte, que ao apropriar-se dos sinais desencadeiam uma série de transformações (VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2014).

A informação é materializada e imaterializada a partir da comunicação, com a linguagem atribuímos significados, sentidos as informações. No que tange a imaterialidade das informações, manifestados a partir da subjetividade de interlocução, temos que a sua armazenagem, registro e disseminação se dá por meio de dispositivos culturais. Como vimos no parágrafo anterior, a zona de desenvolvimento proximal proposta por Vygotsky permite que a partir de interações intersubjetivas, sujeitos adquiram conhecimentos, como também de certa forma complementam conhecimentos apropriados anteriormente. É um processo de trocas subjetivas entre os indivíduos, por meio do exercício dialógico, em que lacunas são

preenchidas, novas lacunas são criadas, sentidos são ressignificados, âmbito essencial que maximiza a apropriação de informação, o desenvolvimento subjetivo. (GOMES, 2010)

Almeida Júnior (2009) apresenta uma analogia pertinente sobre a temática, por exemplo, é comum que ao se referir a mediação da informação, venha a mente a imagem de uma ponte. Essa é uma ilustração que para alguns profissionais da informação faz sentido, contudo, para o autor, é uma analogia inadequada no que diz respeito à mediação informacional. Isso porque, ainda que remeta a ideia de que permite a ligação entre dois pontos ou uma relação entre dois sujeitos, isto é, um caminho livre de obstáculos, que permita a interação sem impedimentos. Também transmite a visão de algo estático, fixo, predeterminado, em que o trajeto não pode ser adaptado, sem poder interferir na maneira de caminhar, de chegar ao final do percurso, de modo que a mediação informacional não é estática, predeterminada e fixa no modo de interação.

Conforme Gomes (2010) a mediação permite a criação, difusão e apropriação da informação. Por isso, é possível deduzir que é realizada a partir de dispositivos, sendo eles de natureza técnica, semiológica e pragmática. Por conseguinte, esses dispositivos, sejam técnicas, instrumentos ou outro meio de suporte, configuram-se verdadeiros produtores de significados, não se tratam tão somente de meios para transferência de informações, mas são agentes, processos que contribuem para a construção de sentidos.

Valentim et al. (2010) afirmam que a mediação informacional é um segmento da Ciência da Informação, um objeto epistemológico da área. E a apropriação parte da ideia de entendimento, sendo o acesso a essas informações apenas o começo do processo de apropriação. Um outro aspecto apresentado pelos autores é que o conhecimento é uma construção individual, contudo, construído de forma coletiva, na relação com o ambiente ao seu redor. Logo, o conhecimento é individual e coletivo. Dessa maneira, os autores apresentam um entendimento sobre informação, que destoa da maioria na área. Afirma que a informação não se materializa, não existe de maneira antecipada. É efêmera e vem a existência apenas na interação, nas relações do sujeito com o suporte informacional e apropriação da informação. Veem a informação como causa de conflito, indagação, uma provocadora de dúvidas e não como elemento que propicia a eliminação das incertezas.

Em se tratando da atuação dos ambientes informacionais, pode-se concluir que existem três paradigmas envolvidos: paradigma da conservação cultural; paradigma da difusão cultural e paradigma da apropriação cultural. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007)

Os autores supracitados abordam as diferenças entre esses paradigmas. Para os autores o paradigma da conservação cultural possui características marcadamente vinculadas a

preservação das informações, possui um viés mais conservador, centra-se na organização e conservação da memória. A informação é o ponto central dessa abordagem, possui um ideal conservacionista. (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007)

O paradigma da difusão cultural, como se pode verificar em seu nome, preocupa-se com a difusão, disseminação, isto é, a circulação das informações. Direciona-se a nortear ações que permitam o acesso a essas informações. Dessa maneira vê-se nessa abordagem ações voltadas para o usuário a fim de que o acesso a essas informações seja, de fato, efetivo. Pauta-se no difusionismo. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007; ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007)

Agregando ao panorama abordado sobre conservadorismo e difusionismo do ponto de vista da mediação, temos que segundo os autores Almeida Júnior e Bortolin (2007), a preservação e a disseminação das informações são duas atividades que se interligam, isto é, não se pode discorrer de maneira isolada uma da outra. São atividades que se complementam, estão dialeticamente imbricadas. Dessa maneira, ao discutir a preservação devemos levar em consideração a perspectiva da disseminação, o mesmo ocorre quando se discute a disseminação, em que é preciso analisar também sob a perspectiva a preservação.

Retomando o apresentado por Perrotti e Pieruccini (2007), o paradigma da apropriação cultural, atribui novos sentidos à aquisição e disseminação das informações. Dessa maneira, a conservação e a difusão não são o fim em si, mas categorias meio, instrumentos no processo cultural, em que os protagonistas são a promoção de construção de significados nas relações sociais. Almeida Júnior (2009) esclarece que no processo de mediação informacional, o usuário não deve tão somente ser um receptor de informações, mas um sujeito ativo e participativo, um protagonista no processo de apropriação e transformação do conhecimento. Agindo como construtor e coprodutor da informação, conforme conceito:

A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento. Assim entendida, ela, informação, não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais. Estes são concretos, mas não podem prescindir dos referenciais, do acervo de experiências e do conhecimento de cada pessoa. Em última instância, quem determina a existência da informação é o usuário, aquele que faz uso dos conteúdos dos suportes informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.97).

Segundo Gomes (2010) os paradigmas abordados não suplantam um ao outro, mas pelo contrário, subsistem e articulam-se entre si. Isto se dá devido às complexas e aceleradas mudanças sociais, políticas, culturais, econômicas, comportamentais e tecnológicas que se experimentam hodiernamente. Portanto, percebe-se que atualmente há uma hibridização, momentos de interseção entre os diferentes paradigmas, logo, é difícil perceber a sobrepujança de um sobre os demais, inclusive das divergências ou influências de cada um dos paradigmas.

Almeida Júnior (2009) discorre sobre a neutralidade na mediação, este explicita que a mediação é um processo histórico social, de modo que não é possível que ocorra de maneira completamente neutra. Isto se dá porque as informações não são totalmente neutras, elas sofrem influências sociais, políticas, econômicas e culturais. A interação entre o profissional da informação no processo de mediação informacional não se dá de maneira indissociada a uma fração de tempo e espaço, mas envolve sujeitos, conhecimentos conscientes e inconscientes e as influências em que estão imersos. Dessa maneira a mediação informacional não é um recorte no tempo mas uma interação entre os sujeitos e o mundo ao seu redor.

Valentim et al (2010) afirmam que se fosse possível alcançar a total neutralidade, o profissional da informação seria um sujeito passivo, não seria um sujeito da história, pelo contrário, seria apenas um mero reproduzidor de informações e estaria sujeito aos discursos das classes dominantes, que determinam e impõem os seus interesses. Se atua como mero reproduzidor de informações, seria um agente de manutenção da realidade presente, que se mostraria favorável apenas para uma minoria. Portanto, nessa perspectiva a informação seria um mecanismo de exclusão social.

De fato, a mediação sofre interferência da realidade ao seu redor, a informação por si só está imersa em ideologias, repleta de interesses que podem ser políticos, econômicos, culturais etc. Com isso, a interferência deve ser explicitada no fazer da mediação informacional para que os sujeitos possam desenvolver de maneira consciente a criticidade, reduzindo possíveis riscos e consequências no processo de mediação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009; ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2017).

Conforme Varela, Barbosa e Farias (2014), a interferência é uma ação que transforma o sujeito em protagonista na construção do saber, um sujeito ativo no processo de mediação da informação. A interferência é um movimento que ocorre no processo de apropriação da informação em diversos ângulos na esfera social, seja pelo próprio usuário, profissional da informação, da produção da informação, da veiculação da informação etc.

Contudo, o profissional da informação precisa atentar para não influenciar a mediação com seus valores e ideologias, de modo que o processo de interferência citado a pouco não se transforme em um processo de manipulação. “Assim, os elementos que compõem a mediação são os que vão permitir a harmonia de objetivos entre o que busca o usuário e o que o profissional oferece.” (VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2014, p. 150)

Através das relações intersubjetivas, os sujeitos negociam, significam e ressignificam os sentidos, assim, nesse momento, apropriam-se da informação, internalizando-a. Desta forma, atuam como protagonistas no processo de mediação, transformando os saberes informacionais de maneira autônoma, atribuindo simbolismos, sentidos as informações apropriadas, e desta maneira produzem conhecimento (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007).

Todavia, segundo Varela, Barbosa e Farias (2014) o mediador possui um papel importante nesse processo, ele deve ser capaz de explorar as lacunas cognitivas dos sujeitos, a fim de auxiliar no preenchimento dessas brechas, permitindo ao sujeito complementar o seu conhecimento. Isto posto, a mediação se configura como uma atividade de suma importância na preservação, disseminação das informações e apropriação da informação e do conhecimento, bem como estimular a emancipação de sujeitos protagonistas no processo de mediação, uma vez que esses conhecimentos sejam internalizados, se articularam com outros, construindo e reconstruindo conhecimentos nas relações intersubjetivas.

A mediação não é tão somente um movimento, é uma estratégia, uma ação de estímulo que articula saberes a partir da dialética de sujeitos imersos em um meio social. Possui uma natureza antropológica, política e social, que estruturam as relações sociais. O processo de mediação nos remete a percepção de poder, não o poder de subjugar, intimidar, mas o poder da informação, da construção de conhecimento, credibilidade que dela advém, valores humanos e sociais. Permeia todas as ações, atividades e profissões de interação entre sujeitos com a sociedade. (VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2014)

Portanto, a mediação da informação é um processo importante que permite a apropriação da informação, desta forma, ela contribui para que os sujeitos possam ter as suas necessidades informacionais atendidas, através do processo de significação e ressignificação das informações, transformando o conhecimento. Isto posto, percebe-se a sua relevância no contexto da gestão da informação e do conhecimento, o profissional da informação quando procede na mediação indireta, procura elencar um acervo, fazer a gestão da informação, com itens que atendam as necessidades informacionais dos usuários de determinado ambiente informacional, procurando armazenar, preservar e tornar acessível as informações. Quando o profissional da informação atua por meio da mediação direta, ele socializa as informações,

transformando o conhecimento implícito em conhecimento explícito, com o intuito de auxiliar na apreensão da informação pelos os usuários, contribuindo com a gestão do conhecimento.

A seguir, a partir dos conceitos apresentados nesta seção, abordaremos a respeito da acessibilidade do ponto de vista legal e acessibilidade digital.

### **3 ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL: PRINCIPAIS CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS**

A ideia de acessibilidade está ligada a palavra acesso e disponibilidade, esse termo possui muitas possibilidades de significados, seja na Biblioteconomia, Tecnologia da Informação, Ciência da Informação, Arquivologia, para cada área em questão pode-se adotar um significado, e muito comumente acessibilidade é usada como sinônimo de acesso ou também para se referir ao fato que determinado objeto, seja documento, projeto entre outros, está disponível para uso do usuário. Mas existe um outro significado que se abordou nesta pesquisa, tratou-se a acessibilidade sob uma perspectiva de serviço, isto é, conteúdos digitais ou analógicos que podem ser acessados por todos, inclusive por pessoas com deficiência, como uma característica inerente ao serviço ou sistema. (BIBLIUFNRN, 2021)

#### **3.1 ACESSIBILIDADE: PERSPECTIVA LEGAL**

Ao longo das décadas, nota-se cada vez mais a luta em prol do respeito da dignidade humana, inerente a todos por nascimento. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, afirma em seu art. 1º que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos”. Tratando-se do Brasil, nota-se que a Constituição Federal, desde o princípio, deixa claro, em seu Art. 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. (BRASIL, 1988).

Para de fato assegurar os direitos de todos para todos, é preciso primeiro firmar a acessibilidade como um direito fundamental do cidadão, em especial dos cidadãos com deficiência. Por isso cada vez mais nota-se os movimentos de luta pela defesa dos direitos de cidadania das pessoas com necessidades especiais, para assegurar-lhe, de fato, o acesso à ação comunitária, participação nas tomadas de decisões; prestação de informações e assistência financeira; formação pessoal; informação e educação, promovendo, assim, a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência. (BRASIL, 2011; 2000).

Do ponto de vista legal, no território brasileiro o termo acessibilidade foi definido pela primeira vez no Decreto Lei nº 3.298/99 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Em seu artigo 51, definiu-se a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliário e

equipamentos urbanos das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação” (BRASIL, 1999).

Todavia, conforme previsto na Lei 10.098/2000, reportarmos algumas definições posteriores que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, senão vejamos:

Art 2[...]

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

[...]

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

[...]

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2000).

A partir dessas definições legais, de maneira objetiva, distinguimos o que está envolvido na acessibilidade. Dessa maneira percebemos que inclui acesso a informações, e esse acesso compreende informações analógicas e em sistemas e tecnologias da informação e das comunicações, no entanto, quaisquer dificuldades nesse processo que impossibilite o acesso a esse conteúdo é, portanto, caracterizado como barreira na comunicação. De fato, trata-se de um direito assegurado em nosso país, a acessibilidade informacional.

Atualmente esse conceito é definido legalmente pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) em seu artigo 3, I, em que define acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015),

Assim sendo, pode-se dizer que acessibilidade é o direito que garante a pessoa viver de forma independente e exercer sua cidadania e participação real na sociedade, com qualidade de vida. Há acessibilidade quando há condições de alcance para utilização dos espaços, dos equipamentos, produtos, serviços, informação e comunicação, com segurança e autonomia, sem nenhum tipo de barreira. (BRASIL, 2000; SILVEIRA, 2014, p. 46)

Para se ter acessibilidade é preciso eliminar as barreiras e “obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação” (BRASIL, 2000, art. 1º) A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu art. 2º, inciso II, define barreiras como sendo qualquer tipo de “entreve, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança” (BRASIL, 2000, art. 2º, inciso II)

A eliminação de barreiras como via de promoção da acessibilidade é especialmente importante para assegurar os direitos fundamentais das pessoas com deficiência. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu art. 2º apresenta algumas definições e dentre elas, em seu inciso III, definia anteriormente a pessoa com deficiência como sendo “pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo” (BRASIL, 2000, art. 2º, inciso III). Posteriormente, este conceito foi atualizado e substituiu a redação citada acima pelo conceito apresentado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no qual se verá adiante.

Segundo a Organização das Nações Unidas *apud* Acessibilidade a pessoa com deficiência é “toda pessoa em estado de incapacidade de prover por si mesma no todo em parte às necessidades de uma vida pessoal ou social normal em consequência de uma deficiência congênita ou não de suas faculdades físicas ou mentais”. (SILVEIRA, 2014, p. 30)

Posteriormente, o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015) foi promulgado, vejamos em seu artigo 2º como este define o que são pessoas com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Assim, a pessoa é deficiente não no sentido de ausência de potencialidades, mas sim, conforme salientado na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção de Guatemala), promulgada no Brasil por meio do decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, em seu artigo 1, a pessoa é deficiente no sentido de ter algum tipo de restrição, quer física, sensorial ou mental, podendo esta ser permanente ou transitória, porém, uma vez que a tem, sua capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais do cotidiano da vida, fica limitada, sendo esta causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (NOVAES, 2014; BRASIL, 2001).

Na definição de acessibilidade concebida pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) artigo 3, I, percebe-se a inclusão do termo informação e comunicação, bem como sistemas e tecnologias, dessa maneira vê-se que a acessibilidade digital e o acesso a informações são protegidos por lei.

Outro fator essencial que contribui com a acessibilidade de modo geral, está descrito no Decreto 5296/2004, este visa regulamentar algumas leis, a saber: a Lei nº 10.048/2000 e a Lei 10.098/2000. A primeira Lei discorre sobre prioridade de atendimento às pessoas com necessidades específicas, e a segunda Lei mencionada estabelece normas gerais, com critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, bem como para as pessoas com mobilidade reduzida.

Em seu artigo 8º apresenta conceitos que envolvem a acessibilidade, um deles está descrito no inciso IX. Nesse inciso apresenta a definição de que se trata desenho universal:

Desenho universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL, 2004)

O conceito de Desenho Universal é muito importante para a promoção da acessibilidade, ele estimula desde a concepção do projeto a acessibilidade para todas as pessoas, quer tenham necessidades especiais ou não. O importante nesse conceito é que os projetos atendam a todas as pessoas, e como se viu no art 8º, IX do Decreto 5296/2004, engloba desde espaços, artefatos e produtos, todos necessitam atender o conceito de desenho universal. Desse modo, “os produtos e ambientes feitos com desenho universal, ou inclusivos, não parecem ser feitos especialmente para pessoas com deficiência. Eles podem ser utilizados por qualquer pessoa, com ou sem deficiência.” (HAZARD; GALVÃO FILHO; REZENDE, 2007, p. 24)

De acordo com Corradi (2007), o desenho universal procura atender a todas as pessoas simultaneamente, ainda que possuam diferentes características e necessidades, e dessa

maneira é um fator que facilita o acesso às informações. O Conceito de desenho universal surgiu na Universidade Estadual da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, pelos profissionais de arquitetura dessa instituição, a sua idealização partiu do pressuposto de que o design deveria atender ao máximo de indivíduos possível. Dessa forma, conforme Sonza (2013), vê-se o design universal como “uma forma de gerar ambientes, serviços, produtos e tecnologias utilizáveis equitativamente, oferecendo segurança e autonomia ao maior número de pessoas, sem que haja a necessidade de adaptação ou readaptação.” (SONZA *et al.* 2013, p.38)

Dessa maneira, foram definidos, pelo Centro de Desenho Universal da Universidade Estadual da Carolina do Norte, sete princípios que norteiam a confecção de um projeto que atenda a perspectiva do desenho universal, sendo eles apresentados a seguir no Quadro 1, conforme Corradi (2007, p.64):

**Quadro 1 - Princípios Norteadores do Desenho Universal**

<b>Uso equitativo</b>	O projeto possui um desenho que permite o seu uso por qualquer pessoa, independente das circunstâncias individuais que possua, tais como: a idade, o gênero ou necessidades particulares. Todos os usuários recebem as mesmas condições de uso.
<b>Flexibilidade</b>	O design é provido de possibilidades, isto é, perspectivas diferentes para a sua utilização. Atendendo a diferentes necessidades, preferências e habilidades dos respectivos usuários.
<b>Simplicidade e intuitividade</b>	O design se caracteriza por ser utilizável para todos de maneira simples, independente dos conhecimentos, das habilidade e experiências anteriores que os usuários possuam.
<b>Informação perceptível</b>	Independente das condições e habilidades dos usuários, o design agrega de maneira clara, comunicando, todas as informações para a sua utilização.
<b>Tolerância a falhas</b>	O design previne e minimiza possíveis erros que os usuários possam cometer.
<b>Baixo esforço físico</b>	O design não gera ações desnecessárias , repetitivas ou complexas, pode ser usado de maneira confortável, evitando o cansaço.
<b>Dimensão e espaço</b>	O design oferece dimensões e espaços adequados para que o usuário utilize e interaja, independente de suas necessidades.

Fonte: Corradi (2007)

O desenho universal possibilita que se concilie as características técnicas e artísticas em um projeto que, de fato, considere as peculiaridades dos indivíduos que a utilizarão. Portanto, é um design que não discrimina as pessoas, não é voltado para determinado grupo que possui necessidades específicas, por exemplo, os idosos ou as pessoas com deficiência,

pelo contrário, atende a todas as pessoas, independente de suas características particulares. É um design inclusivo, que permite a acessibilidade de maneira equitativa, flexível e intuitiva. (SONZA, 2013)

Sendo uma prerrogativa presente na atual legislação nacional, pode-se ainda considerar alguns conceitos com base nos seguintes dispositivos legais: Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) e a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002). Portanto, verifica-se a necessidade de assegurar a comunidade usuária da Língua Brasileira de Sinais, foco deste trabalho, o acesso à informação. E ainda vale mencionar o Tratado de Marraqueche, promulgado pelo Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, que visa facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, assim sendo, esse tratado amplia a adaptação de material acessível a outras deficiências que tenham como barreira o acesso ao texto impresso.

Posto isto, com os referenciais e dispositivos legais apontados, na próxima seção se dará continuidade à explanação sobre acessibilidade, todavia o foco a ser apresentado tratará da acessibilidade do ponto de vista de acesso ao mundo digital.

### **3.2 ACESSIBILIDADE DIGITAL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**

A acessibilidade está relacionada a diversos aspectos da vida do indivíduo, ao favorecimento de superação de barreiras arquitetônicas que impedem o acesso físico ou a permanência de um indivíduo a determinado espaço, sejam eles prédios residenciais ou urbanos. A barreira comunicacional além de impedir que o sujeito obtenha relações interpessoais, também restringe o acesso a informações importantes, posto isso, a acessibilidade nesses casos pode se dar pelo uso da Língua de Sinais para os surdos ou pelo uso do Braille para os cegos. A barreira metodológica, está relacionada a técnicas e métodos no âmbito pedagógico e profissional. A barreira instrumental se refere a instrumentos, materiais, ferramentas e utensílios que não são acessíveis. As barreiras programáticas, são muitas das vezes encontradas em políticas públicas, uma vez que na concepção de leis, portarias e decretos, não se leva em consideração o sujeito que necessita de atendimento especial, acessível. E a barreira atitudinal, está relacionada aos preconceitos sofridos. (ARAUJO, 2015).

A ideia de acessibilidade antes estava vinculada a barreiras físicas, arquitetônicas que impedem o acesso a um espaço por determinada pessoa, estava ligada também a adaptação para reabilitação física e profissional de indivíduos. Todavia, com o passar dos anos, a ideia

de acessibilidade foi ampliada para outros espaços, inclusive espaços digitais, sites webs, plataformas, aplicativos, plataformas e outros. Nos anos de 1940 à 1960, esse termo se referia apenas a barreiras físicas e arquitetônicas, com a declaração de Ano Internacional das Pessoas Deficientes em 1981 o termo acessibilidade ganhou notoriedade e ampla divulgação com o fim de se criar políticas que impactam de maneira positiva a vida das pessoas com deficiência, foi na década de 1980 que criou-se o conceito de design universal, que tem a premissa de que todas as coisas criadas precisam ser acessíveis para todas as pessoas na sua concepção. (PASSERINO; MONTARDO, 2007)

Na década seguinte, nos anos de 1990, a disseminação de uma nova mídia informacional, a internet e comunidades virtuais nas residências dos EUA, notou-se a importância de que essa nova mídia fosse acessível, de modo que foram criados dois consórcios mundiais, o W3C (Consórcio para a *Web*) e a WAI (Iniciativa para a Acessibilidade na Rede), esses são os responsáveis por definir padrões e protocolos para que a internet seja acessível a todas as pessoas. (PASSERINO; MONTARDO, 2007). Esses grupos estimulam que sejam elaboradas pesquisas com o intuito de propor melhorias nas interfaces na internet através de documentos de padronização com recomendações para se adequarem aos indivíduos com necessidades especiais de acesso aos sistemas *Web*. (LICHESKI, 2013).

Podemos resumir as recomendações da W3C em dois princípios: múltiplas formas de acesso ao conteúdo, por exemplo, o mesmo conteúdo pode ser apresentado em áudio, Libras, ou preparados para o uso de softwares de tecnologias assistivas, tais como o leitor de tela; Facilidade de acesso às informações, isto é, precisa permitir a navegação aos conteúdos de maneira lógica e compreensível de acordo com o contexto em que está inserido. Nas orientações da W3C a acessibilidade *Web* deve ser concebida a fim de mitigar qualquer dificuldade que o usuário possa ter, inclusive os com diferentes condições sensoriais, linguísticas e motoras, dentre estes estão os cegos, surdos, baixa visão, dificuldades de aprendizagem entre outros. (CORRADI, 2007).

Outra iniciativa com o objetivo de auxiliar o acesso aos serviços informações nos portais do governo brasileiro é o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (*e-Mag*), esse tem o objetivo de recomendar diretrizes e padrões de acessibilidade a fim de que as iniciativas governamentais na internet sejam acessíveis para as pessoas com necessidades especiais, mitigando problemas de utilização e acesso a informações nessas páginas *Web*, e suas recomendações são obrigatórias no tocante aos portais do governo brasileiro. Para criação de um *site* acessível segundo o *e-Mag* é importante que se leve em consideração três

etapas: seguir as recomendações e diretrizes dos modelos definidos pela W3C; observar as recomendações em âmbito nacional no que tange a acessibilidade digital *Web*, tais como o *e-Mag*; e ainda realizar uma avaliação do sistema em avaliadores automáticos de acessibilidade, nesses avaliadores são explicitados checklist de itens necessários para que o sistema seja acessível, avaliando os links, conteúdos, formulários, estrutura do site e a acessibilidade propriamente dita (contraste, ampliação das letras, entre outros). (LICHESKI, 2013).

Com a disseminação da internet e dos ambientes informacionais digitais surgiram inquietudes com respeito a acessibilidade para comunidade usuária de Língua de sinais, os quais possuem o Português como segunda língua. Do ponto de vista do bilinguismo o surdo se apropria de conhecimentos e interage com o mundo ao seu redor através da língua de sinais. Dessa maneira é importante que se estude as necessidades linguísticas dessa comunidade para que através de tecnologias assistivas promovam a informação e comunicação em interfaces acessíveis para esses usuários. (CORRADI, 2007).

Para que a acessibilidade digital se efetue é importante que o *hardware* e *software* sejam combinados de tal modo que as barreiras de acesso a informações e funções sejam superadas. A acessibilidade digital é perceptível pelo grau de flexibilidade de um produto em se adaptar às necessidades e preferências dos sujeitos, desse modo a interface não deve estar apenas visível, mas deve se adequar a realidade e necessidades especiais de cada indivíduo e ser compatível com tecnologias assistivas. Através do uso de tecnologias assistivas por meio da tecnologia da informação é possível promover a acessibilidade digital, com o uso de dispositivos de *hardware* e *software*, como também do desenho universal, desde a concepção do projeto até a sua implementação, elaborado com a perspectiva acessível, de maneira que seja destinado a todas as pessoas inclusive as que têm necessidades especiais, seja um software, uma página *Web*, plataforma ou repositório informacional, os ambientes já são concebidos visando a acessibilidade e não posteriormente adaptados. Essa flexibilidade garante o acesso à informação a todas as pessoas, a utilização de maneira autônoma a diversas ferramentas e equipamentos. (PASSERINO; MONTARDO, 2007).

Dessa maneira, é importante destacar que a acessibilidade digital não se refere apenas ao acesso a rede de informações, mas ao acesso livre de barreiras, sejam comunicacionais, instrumentais ou metodológicas. Os conteúdos precisam estar disponíveis de maneira acessível, adequada a realidade dos usuários, bem como o acesso aos equipamentos e recursos computacionais, de maneira que permitam a esses indivíduos circular e selecionar as informações que lhe pareçam importantes, espaços acessíveis, com o

intuito apoiar o desenvolvimento sociocognitivo do indivíduo e a participação na sociedade (PASSERINO; MONTARDO, 2007). Quando o maior o número de pessoas que têm acesso a tecnologias informacionais sem barreiras, sejam elas comunicacionais, instrumentais, metodológicas, entre outras, ainda que necessitem de uma interface especial, obtemos a acessibilidade digital. Portanto, a acessibilidade digital está além de apenas uma interface ou de uma navegação intuitiva, ela tem o objetivo de possibilitar o acesso às informações de maneira autônoma. Dessa maneira a acessibilidade digital envolve o design propriamente dito de produtos ou serviços que se adequem às necessidades dos indivíduos. (LICHESKI, 2013).

A acessibilidade tem o objetivo de proporcionar uma experiência adequada a qualquer indivíduo ao usufruir de qualquer conteúdo em qualquer tipo de interface, através de tecnologias assistivas se permite que todos tenham acesso semelhante e participem em uma sociedade inclusiva, promovendo-a para diversos públicos em diferentes níveis de cognição e percepção, bem como classe social, escolaridade, cultura e gênero. Quando deixamos de observar essas diretrizes milhares de indivíduos são prejudicados, ampliando-se a não acessibilidade informacional, indivíduos marginalizados na esfera informacional digital. (LICHESKI, 2013).

Dessa maneira, revisamos a importância da acessibilidade informacional, e que essa se estende nos ambientes analógicos e digitais, sendo uma garantia legal em nosso ordenamento jurídico e pertence a pessoa humana, com isso, analisaremos a seguir o surdo e a Língua Brasileira de Sinais.

## 4 SURDO E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ao pensar em acessibilidade para todos é preciso pensar também na situação das minorias. Imagine-se passando um vídeo na internet sem conseguir ouvir o som; ou navegar na internet sem poder usar teclado e mouse; ou tentar experienciar o computador sem um monitor ou qualquer referência visual para indicar as ações ou o estado do sistema. E essas são apenas algumas das dificuldades que os deficientes vivenciam diariamente no acesso à informação, especialmente tecnológicas, outras barreiras que lhes são impostas muitas vezes estão muito além do que a imaginação possa transportar e muito além do que talvez possa-se sensibilizar. (SILVEIRA, 2014)

Segundo Bhaba (*apud* DORZIAT, 2011, p. 22):

Nossa existência hoje está marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do presente, para as quais parece não haver nome próprio [...] Encontra-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. (DORZIAT, 2011)

Em meio a todo esse emaranhado social, tem-se os surdos, comunidade com língua própria e forma particular de perceber e ver o mundo a sua volta, marcado sobrepujantemente por experiências visuais. (DORZIAT, 2011)

### 4.1 O SER SURDO

Para muitas pessoas alheias à discussão sobre surdez, o uso da palavra *surdo* lhe soa preconceituoso ou pejorativo e, por isso, o termo *deficiente auditivo* lhe parece mais politicamente correto. Contudo, na convivência com os próprios surdos percebe-se o contrário, eles não admitem serem chamados de deficientes auditivos, alguns ficando até mesmo irritados quando são referenciados dessa maneira. Além disso, tratá-los por “mudo”, “mudinho” ou “surdo-mudo” é totalmente incorreto. Eles não possuem nenhuma deficiência em relação à voz e aos instrumentos necessários para isso. Não utilizam sons porque não ouvem, prova disso é o caso de alguns surdos oralizados que tiveram acompanhamento fonoaudiológico e se comunicam por meio da fala. Em vias gerais, os surdos se comunicam por meio da Língua de Sinais que, por ser uma língua visório-motora, não utiliza sons. (NOVAES, 2014; GESSER, 2009)

Ouvinte é um termo usado pela comunidade usuária de Libras, em que possuem surdos e ouvintes, caracteriza-se pela audição normal, isto é, detecção de sons até 25 decibéis (dB). A surdez pode ser classificada em surdez leve, moderada, severa e profunda, para considerarmos a surdez como leve, ela deve estar entre as frequências de 25 dB a 40 dB. Considera-se surdez moderada o limiar entre 45 a 70 dB. E a surdez severa nas faixas de 75 a 90 dB, nas frequências superiores a 90 dB a perda auditiva é profunda. (SONZA, 2008). O Decreto 5.296/2004, define a deficiência auditiva por "perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma, nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz" (BRASIL, 2004).

Já o termo “deficiente auditivo” é empregado para se referir a pessoas que têm limitação sensorial parcial e não surdez profunda. Em termos legislativos, o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, considera “deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (NOVAES, 2014; BRASIL, 2005)

Por outro lado, o surdo é a pessoa com limitação sensorial de forma total. Tanto o Decreto 5.626/2005 quanto a lei 10.436/2002, que tratam da Língua Brasileira de Sinais (Libras), se referem às pessoas com perda auditiva por meio do termo surdo ou surda. O termo adequado considerado pela comunidade surda é “Surdo” ou “Pessoa Surda”. Assim o surdo se vê no mundo e assim ele se identifica. (NOVAES, 2014; BRASIL, 2005; BRASIL, 2002)

Para fins do Decreto 5.626/2005, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras”. Para o povo surdo, a terminologia ‘Deficiente Auditivo’ é rejeitada porque define o surdo segundo sua capacidade ou ausência de ouvir e não a presença de uma cultura linguística diferente, onde se encontra e forma sua identidade. O assunto da identidade surda será um pouco mais explorado no próximo tópico (BRASIL, 2005; STROBEL, 2008)

#### **4.1.1 IDENTIDADES SURDAS**

A cultura onde se nasce e vive não necessariamente é a fonte da identidade cultural como é o caso do surdo dentro da cultura ouvinte. Nesse caso, “a identidade é reprimida, se rebela e se afirma em questão da original.” (PERLIN, 2005. p.53), A identidade cultural é o

conjunto das características que definem os grupos e os fazem diferentes dos demais. (PERLIN, 2013)

Hall (*apud* PERLIN, 2013, p. 52), propõe que o conceito de identidade deve ser visto sob diferentes interpretações, ele cita três diferentes conceitos presentes na história: o iluminista, o sociológico e o da modernidade. Este último, que entende que as identidades são fragmentadas, é utilizado pela autora para situar o sujeito surdo. Portanto, tem-se o conceito de identidades plurais, múltiplas, algo em construção, que se transformam, que podem até mesmo ser contraditórias, que empurra o sujeito em diferentes posições. Esse conceito se aproxima da realidade uma vez que a formação da identidade é algo contínuo, que se transforma no tempo e espaço, e o sujeito a assume de acordo com o ambiente em que está inserido, de modo que é impossível tornar as identidades uniformes e definir um tipo de identidade superior. (PERLIN, 2013)

A identidade surda sempre tem a necessidade do encontro com o outro surdo para a sua construção, estando sempre subordinado a isso. “É como o abrir o baú que guarda os adornos que faltam ao personagem”. Como surdo eles têm uma experiência visual e estão longe de ter uma experiência auditiva e é justamente esse o marco que separa a identidade surda da do ouvinte. E até mesmo devido a isso é que essas identidades não se diluem totalmente com a vivência em meios socioculturais ouvintes. Porém eles assumem muitas formas que variam de acordo com a presença do poder ouvintista em lhe impor regras. (PERLIN, 2013)

Segundo Perlin (2013, p. 62), há diversas categorias de identidades surdas, mostrando, assim, sua heterogeneidade e todas elas apresentam diferentes facetas que podem ser classificadas conforme o Quadro 2 que segue:

**Quadro 2 - Categorias de identidades surdas**

<b>Identidades surdas</b>	Refere-se aos sujeitos surdos plenamente inseridos na comunidade surda e que se reconhece como pertencente a esta e fazem uso da experiência visual propriamente dita, usam apenas a língua de sinais, apresentam características culturais e forma de ver, perceber, estar e interagir com o mundo baseada na visualidade, “praticamente essa identidade surda recria a cultura visual, reclamando à história a alteridade surda.” (PERLIN, 2013, p. 63). Estes compartilham suas concepções e experiências com outros surdos e disseminam e reescrevem suas histórias de geração a geração em espaços de encontro de surdos, onde se sobressai a militância pelo surdo. Não há a concepção da surdez como inferioridade ou mesmo superioridade da perspectiva ouvinte; há a consciência surda do ser definitivamente diferente e que necessita de implicações e recursos completamente visuais.
<b>Identidades surdas híbridas</b>	Nessa categoria enquadram-se os surdos com surdez adquirida (surdos que nasceram ouvintes e que com o tempo perdem a audição e se tornam surdo),

	<p>e que, portanto, inicialmente aprenderam a interagir com o meio e a formar seus pensamentos como ouvintes, eles conhecem a estrutura do Português oral e a usam como língua, concomitantemente com a língua de sinais. Eles captam do seu exterior a comunicação de forma visual e então a transfere para a língua que adquiriu primeiro na vida, a oral, e só depois para os sinais. Em resumo, depende dos sinais, mas pensa em Português, coisas bem diferentes, que estarão sempre em choque. “Você sente que perdeu aquela parte de todos os ouvintes e você tem pelo meio a parte surda. Você não é um, você é duas metades.” (PERLIN, 2013, p. 64). Reconhecem-se surdos, demandam direitos atinentes aos surdos, necessitam dos recursos provenientes do contexto da surdez, sua identidade vai ao encontro das identidades surdas, mas ainda assim vai ter sempre presente duas línguas de modalidades bem diferentes.</p>
<p><b>Identidades surdas de transição</b></p>	<p>Essa refere-se à situação dos surdos que primeiro são mantidos sob a influência preponderante exercida pela experiência ouvinte e só posteriormente é que consegue passar para a comunidade surda. Essa é a realidade da maioria dos surdos, uma vez que são oriundos de famílias ouvintes, e, portanto, são, em sua maioria, submetidos nos seus primeiros anos de vida, primeiramente a tentativa de vivenciar o mundo a partir da perspectiva ouvintista e de uma linguagem oral e visual truncada, para apenas tardiamente ter um contato com a comunidade surda, comunicação visual sinalizada e a experiência visual de mundo. Então eles sofrem a transição de passagem do mundo ouvinte, com representação da identidade ouvinte, para a identidade surda, com experiência mais visual. Quando eles conseguem contato com a comunidade surda, sua situação muda e passam pela “desouvintização” da representação da identidade, contudo, não sem consequências, lhes sobram sequelas da representação e estas passam a ser evidenciadas em sua identidade em reconstrução em diferentes etapas da vida.</p>
<p><b>Identidades surdas incompletas</b></p>	<p>Essa é caracterizada pelos surdos que vivem uma ideologia ouvintista latente que tenta trabalhar o surdo de acordo com a cultura dominante ouvinte, tentando reproduzir sua identidade. Estes apresentam dificuldades de comunicação, sendo suas expressões, por vezes, incompreensíveis, com voz mal articulada, também não compreende bem o que os outros lhe dizem e por isso não consegue se socializar no mundo ouvinte; também não conhece sinais e por isso não consegue se socializar na comunidade surda. Têm a vida, o comportamento e aprendizados determinados pela perspectiva ouvinte, esta tida como superior. Nega a identidade surda, não se aceita como surdo, geralmente porque a família lhe negou ou lhe escondeu o acesso a esta e, assim, ele se torna prisioneiro da identidade ouvinte como superior.</p>
<p><b>Identidades surdas flutuantes</b></p>	<p>Ela se manifesta a partir da hegemonia ouvintista, onde o surdo se “conscientiza” ou não de serem surdos, porém, ainda assim, não se reconhecem ou aceitam como tal e buscam sua referência na cultura ouvinte, valorizando-a e seguindo-a, tida por estes, como superior à surda. Como diz Perlin (2013, p. 66), “Existem alguns surdos que querem ser ouvintizados a todo custo. Desprezam a cultura surda, não têm compromisso com a comunidade surda. Outros são forçados a viverem a situação como que conformados a ela.” Estes não conseguem estar inseridos na comunidade ouvinte por falta de comunicação e tampouco na comunidade surda por falta de língua de sinais. É um sujeito fragmentado. É surdo, mas quer ser ouvinte devido às imposições da sociedade. Não participam da comunidade surda nem das suas lutas, e não conhecem ou não recebem ou utilizam tecnologias nem apoios direcionados a pessoas surdas, muitas vezes usam aparelhos auriculares e se orgulham de se apropriar de algum elemento da cultura ouvinte, como a oralização. Vivem alguns</p>

	conflitos emocionais por não se encontrarem nem em um mundo nem em outro.
--	---

Fonte: Perlin (2013)

A importância de se encontrar dentro de uma identidade se dá em todos os povos e com a comunidade surda não seria diferente. As relações sociais são relações onde imperam poderes e o povo majoritário tende a impor seu poder de forma brutal ou disfarçada, quer percebam quer não, quando tentam normalizar os comportamentos sociais de acordo com a ideologia dominante. (PERLIN, 2013)

A noção de surdo está ligada a estereótipos que podem interferir, gerando a ideia da identidade surda e ouvinte serem incompatíveis, levando a uma representação que não conduz a uma política de identidade, muito pelo contrário, faz as pessoas se oporem e evitarem a construção da identidade surda. Como os surdos são uma minoria, um grupo à parte, o discurso ouvinte, que é o grupo dominante, tem mais poder, reforçando cada vez mais a hegemonia discriminatória de sua produção cultural. O surdo tem diferença e não deficiência. (PERLIN, 2013)

Os surdos e ouvintes que simpatizam com a identidade surda precisam tornar-se lutadores contra o *status quo* e ir além, precisa pensar a identidade política do surdo, como ele pode defender-se e não perder sua capacidade de ser, de existir e se definir ao seu bel prazer de acordo com sua visão de mundo, não com a que lhe é imposta; deve ser uma barreira contra a estratégia ouvintista de reverter o surdo a sua maneira dominante e permitir-lhe vivenciar sua cultura e assim permitir-lhe a construção do mundo surdo. É por meio da cultura que um povo se constitui, integra e identifica as pessoas que a ele pertencem e que com ele se identificam. Assim, a existência de uma cultura surda ajuda a construir as identidades das pessoas surdas dentro da sociedade. A cultura surda será mais detalhada a seguir. (PERLIN, 2013; STROBEL, 2008)

#### **4.1.2 CULTURA SURDA**

A preocupação com a cultura ocupa uma posição influente ao tentar entender os significados das relações sociais e os problemas políticos. Há quem considere a cultura de forma unitária e há quem considere a existência não apenas de uma cultura, mas de muitas culturas. A ideia unitária de cultura está relacionada na sociedade com as ideologias hegemônicas, de padronização, de normalização, nas quais todos devem se identificar com esta cultura única em um determinado espaço. (STROBEL, 2016)

Pode-se entender cultura como o jeito de ser, fazer, compreender e explicar, de ver, perceber e interagir com o mundo. Como elementos fundamentais dela encontra-se o cultivo da linguagem e da identidade, que se é desenvolvida a partir da sua interação com o espaço cultural, esta última estando sempre se modificando e atualizando por meio das produções coletivas. (STROBEL, 2008)

Os surdos têm seu modo de agir diferente dos ouvintes, logo sua cultura será diferente. Tem-se por cultura surda o jeito do surdo entender e modificar o mundo adaptando-o à sua realidade visual, como seu conjunto de normas, valores e comportamentos. Abrange sua língua, ideias, crenças, costumes, hábitos, valores etc., que muitas vezes vem de geração a geração transmitida pelos próprios surdos. Seus membros se comportam como sujeitos surdos e compartilham das crenças destes entre si e pertencem ao povo surdo. (STROBEL, 2008)

No que se refere a comunidade surda, existe uma grande variedade e cada grupo é organizado de forma diferente, de acordo com os interesses em comum. Refere-se ao grupo de pessoas de um determinado local, com objetivos em comum e lutam para alcançá-los. É composto por pessoas surdas e pessoas que não são surdas, mas que apoiam a causa e trabalham em conjunto para obtê-las (como familiares, intérpretes, amigos, professores etc). (STROBEL, 2008)

Já povo surdo, inclui todos os surdos, inclusive os que não habitam o mesmo local e que não fazem parte da mesma comunidade, desde que estejam ligados por uma origem ou laços em comum, que compartilham da cultura surda e da língua de sinais. (STROBEL, 2008)

A cultura surda exprime valores, crenças que, muitas vezes, se originaram e foram transmitidas pelos sujeitos surdos de geração para geração ou de seus líderes bem-sucedidos, através das associações de surdos, locais onde esses se encontram e perpetuam sua história, trocam experiências etc. percebe-se a cultura surda através do reconhecimento de suas diferentes identidades, suas histórias, suas subjetividades, línguas, valorização de suas formas de viver, perceber e se relacionar. (STROBEL, 2016; GESSER, 2009)

Vários artefatos culturais do indivíduo surdo o diferenciam dos sujeitos ouvintes. Artefatos culturais envolve tudo que pode ser visto ou sentido quando se está em contato com a cultura de uma comunidade (materiais, vestuários, maneiras, jeitos, tradições, valores, normas etc). Todas as produções dentro de sua cultura com seu modo de ser, ver, perceber, entender, transformar e modificar o mundo. Pode-se dividi-los em experiência visual; linguístico; familiar; literatura surda; vida social e esportiva; artes visuais; política; e materiais. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.1 ARTEFATO CULTURAL: EXPERIÊNCIA VISUAL**

Por captarem o mundo através da visão, os surdos percebem o mundo de maneira diferente, levando-os a entendê-lo de forma diferente, gerando ansiedades diferentes e valores diferentes. Por serem, por assim dizer, “pessoas visuais”, isso por si só explica e justifica tudo ao seu redor, como: os aparelhos TDDs (*Telephone Device for Deaf* ou aparelho telefônico para surdos, que realiza a comunicação por meio de texto), os decodificadores, as campainhas luminosas, a leitura labial e a emergência de uma língua visual, a língua de sinais, etc. (STROBEL, 2016)

Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos e identificam alguns sons através de sua vibração. A visão substitui totalmente a audição como meio de comunicação. Pode haver interpretações diferentes de uma mesma situação, dos sujeitos surdos e ouvintes. Muitas vezes a sociedade dificulta a participação dos sujeitos surdos, por não colocar recursos visuais que promoveriam sua acessibilidade em vários espaços. (STROBEL, 2016)

Observa-se também determinações diferentes do que é socialmente aceitável e inaceitável nas interações dos povos surdos devido a sua cultura visual, por exemplo, durante uma conversa, ficar frente a frente é uma circunstância valorizada por eles, não importando a que distância se encontra um do outro; virar as costas enquanto estão em interação é considerado como insulto ou desinteresse; também quando estão conversando distantes um do outro e alguém "corta" o espaço visual ficando de obstáculo no meio, é visto uma grave falta de educação; quando apagam a luz de um ambiente onde os surdos se encontram, cortando assim seu campo visual, os deixa desorientados e em apuros. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.2 ARTEFATO CULTURAL: LINGUÍSTICO**

O artefato cultural denominado como linguístico inclui a Língua de Sinais, um aspecto fundamental da cultura surda, forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos e o leva a transmitir e expressar-se, proporcionando-lhe também a aquisição de conhecimento universal. A língua Portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o sujeito surdo devido à falta de audição desde a infância, ela até poderá vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a língua de sinais. (STROBEL, 2016)

Mas além da língua de sinais, o artefato cultural linguístico abarca também os gestos denominados “sinais emergentes” ou “sinais caseiros” pertencentes aos sujeitos das zonas rurais ou isolados de comunidades surdas que, por serem surdos, percebem e entendem o mundo a sua volta através dos elementos visuais e, por não terem conhecimento de sons e palavras, se comunicam apontando e criando sinais próprios, que vão sendo absorvidos com o tempo na interação destes com seus familiares e amigos. (STROBEL, 2016)

Outro fator incluído no artefato linguístico também é o sistema de escrita de sinais *Sign Writing* ou a *Escrita em Língua de Sinais* (ELS) como agora é conhecido no Brasil. Outrora, diziam que a língua do povo surdo era ágrafa, porém isso foi desmistificado quando pesquisadores de língua de sinais da Dinamarca depararam-se com os sistemas de escrita de danças da Valerie Sutton, no ano de 1974, e a partir daí evoluíram muitas pesquisas em outros países que chegaram a algumas escolas de surdos no Brasil. (STROBEL, 2016)

Hoje em dia já é comum ver que muitas universidades do Brasil, sobretudo as federais, já têm inserida na matriz curricular de seus cursos, principalmente nos cursos de licenciatura de Letras/Libras, a disciplina de escrita de sinais, e assim esse sistema se multiplica e é difundido em várias comunidades brasileiras. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.3 ARTEFATO CULTURAL: FAMILIAR**

Um fator que também influi no povo surdo é o peso da família nessa relação dos artefatos culturais. Famílias surdas recebem filhos surdos com alegria, diferente de famílias ouvintes, que os recebe com apreensão e receio, algumas vezes até mesmo como uma catástrofe. (STROBEL, 2016)

Quando em uma família todos são surdos, os membros têm comportamentos próprios deles e o resultado é que o desenvolvimento das crianças surdas nesse ambiente se dá melhor do que daquelas cujos pais são ouvintes. Até os animais de estimação se adaptam a essa realidade diferente e se habitua a entender as ordens dadas em língua de sinais ou arranjam maneiras de ajudar os membros surdos. Em alguns casos, pode ocorrer que crianças surdas não se achem diferentes do resto do mundo, pois creem que os sujeitos ouvintes é que são “estranhos” ou “diferentes” delas. (STROBEL, 2016)

Em suma, observa-se diferenças ligadas ao nascimento de filhos surdos em lares ouvintes e de filhos ouvintes em lares surdos, ou mesmo de filhos surdos em lares surdos. Nesse âmbito, muitas questões ligadas à aceitação, à superproteção, à concepção sobre a surdez, a própria compreensão e percepção de mundo são distintas. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.4 ARTEFATO CULTURAL: LITERATURA SURDA**

Literatura surda são as várias experiências pessoais dos surdos diante das barreiras que lhes são impostas e da valorização de sua identidade, traduzem a memória das vivências dos surdos ao longo das várias gerações do seu povo e transmite seus valores, língua e expressões para os mais jovens. São produções literárias em língua de sinais, produzidas por e para pessoas surdas e simpatizantes. (STROBEL, 2016)

As literaturas surdas se multiplicam em diferentes gêneros: poesia, história de surdos, piadas, literatura infantil, clássicos, fábulas, contos, romances, lendas e outras manifestações culturais que têm a língua de sinais, a questão da identidade e da cultura surda presentes na narrativa. (STROBEL, 2016)

Portanto, o artefato cultural que abrange a literatura surda refere-se às várias experiências pessoais do povo surdo, muitas vezes expondo as dificuldades e vitórias das opressões ouvintes sofridas por estes, mostrando como se saem em diversas situações inesperadas, testemunhando as ações de grandes líderes e militantes surdos, e sobre a valorização de suas identidades surdas. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.5 ARTEFATO CULTURAL: VIDA SOCIAL E ESPORTIVA**

Quando se pensa na vida social e esportiva dos surdos na perspectiva de sua cultura, envolve pensar em acontecimentos marcantes nessa comunidade, como os casamentos entre surdos, festas, bailes, atividades nas associações, nas igrejas, eventos esportivos como campeonatos dos surdos etc. (STROBEL, 2016)

Os sujeitos surdos são extremamente próximos uns dos outros, havendo a tendência entre os membros da comunidade surda de se casarem entre si ou de residirem próximos uns aos outros. Essa característica social faz com que os surdos mantenham suas vidas na comunidade surda, participando de suas associações, realizando atividades conjuntas, estudando em uma mesma escola, empreendendo lutas e reivindicações conjuntas. (STROBEL, 2016)

Uma vez nas associações de surdos, estes promovem bailes, desfiles de misses surdas, eventos esportivos de surdos com entrega de troféus e medalhas dos seus atletas. Para os surdos, os esportes requerem apenas algumas adaptações de sinalização visual (como bandeirinhas coloridas em vez do uso do apto), já que eles não possuem debilitação física, sendo capaz de competir em grau de igualdade com atletas não surdos. (STROBEL, 2016)

Outro costume nas comunidades surdas é a tradição de batizar os nomes de seus membros em língua de sinais, baseado em uma característica física da pessoa, ou na primeira letra de seu nome, ou de sua profissão dando-lhe um sinal próprio e esse sinal seria a identidade de cada um dentro da comunidade surda, sendo desse momento em diante sempre referenciada por esse sinal. (STROBEL, 2016)

No princípio, as associações dos surdos funcionavam como espaços de recreação e lazer, mas com o passar do tempo passaram a ter necessidades de mais discursos políticos e de outras práticas esportivas. Hoje, muito mais do que um ponto de encontro, as associações surdas são pontos de reconhecimento de identidade e ponto de partida para as lutas surdas. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.6 ARTEFATO CULTURAL: ARTES VISUAIS**

O artefato cultural artes visuais são as criações artísticas que transmitem as emoções, histórias, subjetividades e cultura dos surdos, para que o mundo saiba o que eles pensam e assim disseminar suas crenças para gerações presentes e futuras e, dessa forma, explorar novas formas de "olhar" e interpretar a cultura surda. (STROBEL, 2016)

Os sujeitos surdos se identificam com pinturas, com artefatos culturais do povo surdo e por meio desses fazem comparações de diferenças culturais. Respeitando-se a cultura surda, é possível ver artistas surdos em diferentes contextos como: músicas sem som, dançarinos, atores, poetas, pintores, mágicos, escultores, contadores de histórias e outros. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.7 ARTEFATO CULTURAL: POLÍTICA**

Um artefato cultural influente das comunidades surdas é a política. Essa consiste em diversos movimentos e lutas do povo surdo pelos seus direitos, sendo esta atualmente, um dos maiores objetivos das associações dos surdos. Nessas organizações juntam-se sujeitos surdos em reuniões e assembleias para compartilhar dos interesses comuns, lutando pelos seus direitos judiciais e de cidadania, em uma determinada localidade, geralmente em urna sede própria, alugada, ou cedida pelo Governo, contribuindo para a história dos surdos. (STROBEL, 2016)

Os movimentos e lutas pelos direitos dos surdos são discutidos e organizados por meio de reuniões e assembleias para compartilhar os interesses em comum em prol de sua

cidadania. Encontra-se nesse campo pontos de apoio de extrema importância como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, com finalidade sociocultural, assistencial e educacional, que tem por objetivo a defesa e a luta pelos direitos da comunidade surda brasileira, a Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos (CBDS), que organiza e regulamenta práticas de muitas modalidades de esportes de povo surdo e também promove competições entre as associações de surdos e outros, entre outros. (STROBEL, 2016)

Com esse artefato cultural, política, surgiram os movimentos surdo, a busca do direito do indivíduo surdo ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem-estar social; da afirmação de sua cidadania e dignidade como ser. (STROBEL, 2016)

Diante dos debates políticos, o surdo refletiu sobre a situação em que vivia, os desafios enfrentados e passou a lutar pelo direito de ter sua língua e sua cultura reconhecidas como uma língua e uma cultura de um grupo minoritário e não de um grupo de "deficientes". Esses movimentos contribuíram para as mudanças positivas das representações sociais acerca dos povos surdos. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.2.8 ARTEFATO CULTURAL: MATERIAIS**

Os artefatos culturais materiais são resultantes da transformação da natureza humana pelo trabalho humano e sua utilização é condicionada ao envolvimento do comportamento cultural dos povos surdos, que auxilia na acessibilidade na vida cotidiana deles, como por exemplo, campanhas e telefones não tocam, mas acendem a luz, cada um com seu padrão. (STROBEL, 2016)

Por tanto, esses artefatos condizem com o uso visual como principal meio de aprendizagem e desenvolvimento e tem-se diante disso materiais para a percepção do mundo a sua volta, como campanhas luminosas, despertadores com vibradores, legendas, sinalizadores, telões em palestras, intérpretes, janelas de Libras, etc. (STROBEL, 2016)

Além disso, através da língua de sinais percebe-se que a presença dos surdos vai transpassando novas fronteiras, há a acessibilidade de sujeitos surdos em variados espaços, como em congressos, julgamentos, aulas e cursos, possibilitada por intérpretes de língua de sinais, telão e cartazes etc, surgem mais intérpretes de língua de sinais e atores surdos na mídia, os noticiários são interpretados, candidatos políticos e celebridades aprendem alguns

sinais e são mostradas na televisão nos programas para os adultos e crianças. (STROBEL, 2016)

#### **4.1.3 RESPEITO PELO SURDO: IDENTIDADE E CULTURA SURDA NO MUNDO**

Todos indivíduos, independentes de serem surdos, são permeados por múltiplas identidades e culturas. Ainda assim, mesmo a comunidade ouvinte que está em contato direto com a comunidade surda, como os parentes, amigos, intérpretes, professores, têm dificuldade de reconhecer a existência de uma cultura surda, porque acolhem o pensamento habitual de uma cultura unitária, sendo necessário uma transformação de pensamento no sentido de aceitar o fato de que diferentes povos implicam em diferentes espaços culturais. (GESSER, 2009)

Contudo, além de reconhecer as diferenças culturais do povo surdo, é preciso também reconhecer suas diferenças identitárias, suas histórias, subjetividades, línguas, suas formas de ver e viver o mundo.

Pensar o surdo no singular, com uma identidade e uma cultura surda, é apagar a diversidade e o multiculturalismo que distingue o surdo negro da surda mulher, do surdo cego, do surdo índio, do surdo cadeirante, do surdo homossexual, do surdo oralizado, do surdo de lares ouvintes, do surdo de lares surdos, do surdo gaúcho, do surdo paulista, do surdo de zonas rurais ... (SKLIAR, 1998 ; GESSER, 2006, 2008 ). (GESSER, 2009, p. 55)

Existe na comunidade surda uma cultura que reafirma sua identidade no mundo. É preciso respeitá-los em suas necessidades especiais, não porque a lei obriga nem porque se pensa que eles são doentes, incapazes, dignos de pena, não! Mas eles merecem esse respeito como qualquer ser humano e sua deficiência deve ser tratada como diferença ou diversidade inerente a todas as pessoas. (FERREIRA et al., 2011)

Os surdos são plenamente capazes de desenvolver as mesmas atividades realizadas por pessoas ouvintes desde que suas condições de comunicabilidade sejam asseguradas, principalmente se os meios e recursos sonoros forem substituídos ou complementados por meios e recursos visuais. Para isso é de extrema importância que sua comunicação seja realizada de modo visual também. Os surdos se comunicam sem prejuízos ou déficits por meio de uma língua própria, uma língua viso-espacial, a língua de sinais, e é sobre ela que trata o próximo tópico. (FERREIRA et al., 2011)

## 4.2 LIBRAS

A língua de sinais é a língua do povo surdo e ela é essencial para a comunicação deles. As Línguas de Sinais podem ser comparadas em termos de complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais, mesmo se pertence a uma modalidade diferente, são visual-espaciais, ou seja, são estabelecidas pelo canal visual (visão) e utilizam o espaço para estabelecer a comunicação entre os seus interlocutores. Ela tem o status de língua e não de linguagem (utilização de meios e recursos variados para viabilizar a comunicação), já que apresenta um sistema convencional de signos (códigos com significantes e significados), regido por uma gramática própria, capaz de exprimir ideias comunicáveis entre seus usuários. (FERREIRA et al., 2011)

As pessoas usuárias da Libras, sejam surdas ou ouvintes, podem estabelecer discussões sobre diferentes temas como: filosofia, política, esportes, literatura e da mesma forma, utilizá-la com função estética para recitar poesias, fazer teatro, histórias, humor entre outras. É através dela que eles organizam seus esquemas cognitivos para compreender ideias, conceitos e expressá-los. A diferença da modalidade das línguas de sinais determina o uso de mecanismos sintáticos específicos diferentes dos utilizados nas línguas oral-auditivas, por exemplo, na língua Portuguesa. (FERREIRA et al., 2011)





Por ser uma língua diferente, gera algumas dúvidas e concepções equivocadas sobre ela e seus usuários. Para evocar o repensar de algumas crenças compartilhadas, práticas, conceitos e posturas sobre a realidade linguística será apresentado em sequência um breve panorama quanto às questões mais comuns sobre a língua de sinais, a saber: ela é uma língua universal? é uma construção artificial? possui gramática própria? é uma expressão mímica? é apenas icônica? é o alfabeto manual? é a sinalização da língua oral? apresenta uma unidade em todo Brasil? (GESSER, 2009)

### 4.2.1 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA LÍNGUA UNIVERSAL?

Um dos mitos mais famosos com relação às línguas de sinais é a de que são universais, visto que a universalidade se ancora na ideia de ser esta língua um código que os surdos utilizam para se comunicar e, muitas vezes transmitir fatos da língua Portuguesa, podendo até comunicar-se em qualquer lugar do mundo. Esse mito não é verídico, visto que do mesmo modo que as pessoas falam diferentes línguas orais no mundo, também às pessoas surdas em qualquer parte do mundo falam diferentes línguas de sinais. (GESSER, 2009)

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, as línguas de sinais têm suas origens na Europa do século XVI, desenvolvidas por diferentes países, por meio de construções históricas e culturais próprias, criando assim uma gramática particular de cada um deles. O Brasil tem a Língua Brasileira de Sinais. A França tem a Langue de Signaux Française (LSF); na Espanha a comunidade surda usa a Lengua de Signos Española (LSE); em Portugal, a Língua Gestual Portuguesa (LGP); no México é adotado a Lengua de Señas Mexicana (LSM); nos Estados Unidos, a American Sign Language (ASL); já a Alemanha usa a Deutsche Gebärdensprache (DGS), e assim por diante. (FERREIRA et al., 2011; GESSER, 2009). A título de exemplificação, na Figura 2 apresentará a palavra mãe em quatro Língua de Sinais diferentes:

**Figura 2: O sinal de mãe em quatro Língua de Sinais diferentes**

Língua Espanhola de Sinais	Língua Japonesa de Sinais	Língua Australiana de Sinais	língua de Sinais Americana
			

Fonte: Gesser (2009, p. 12)

Cada país tem uma língua de sinais reconhecida, que embora não seja a língua oficial da nação é a adotada por suas respectivas comunidades surdas. No Brasil adota-se a nomenclatura Língua Brasileira de Sinais ou Libras, isso foi legalizado pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e posteriormente o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 mantém a denominação. Assim como feito no Brasil, cada país adotará sua nomenclatura para suas respectivas línguas de sinais e as legalizará conforme suas necessidades. (FERREIRA et al., 2011; BRASIL, 2005; BRASIL, 2002)

Em qualquer lugar que tenha surdos interagindo, haverá também línguas de sinais, mas elas não são utilizadas por todos os surdos de todas as sociedades de maneira uniforme e livre de influências, assim como se dá com as línguas orais. De fato, é impossível a existência, nos cinco continentes, de uma língua, quer oral, quer sinalizada, que além de única, permaneça sempre a mesma. E assim como qualquer língua, as línguas de sinais sofreram o processo civilizatório da humanidade, formando diferentes línguas para atender as

necessidades de seus grupos sociais de se comunicar. (FERREIRA et al., 2011; GESSER, 2009)

#### 4.2.2 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA CONSTRUÇÃO ARTIFICIAL?

Muitas pessoas acham que as línguas de sinais são apenas gestos e mímicas atribuindo a elas um caráter de artificialidade, mas ao contrário, são línguas naturais, pois evoluíram a partir de um grupo cultural, os surdos. Segundo Gesser (2009, p. 12) “consideram-se “artificiais” as línguas construídas e estabelecidas por um grupo de indivíduos com algum propósito específico”. Como exemplo de línguas artificiais tem-se o “esperanto” (língua oral) e o “gestuno” (língua de sinais), essas línguas realmente foram criadas com um intuito apenas de estabelecer uma comunicação internacional, funcionando como língua auxiliar ou franca, planejada para fins comunicacionais apenas. (GESSER, 2009)

O Gestuno – ou, como também é chamado, Língua de Sinais Internacional – foi mencionado pela primeira vez no *World Federation of the Deaf* – WFD (Congresso Mundial na Federação Mundial dos Surdos) em 1951. Esse termo tem origem italiana e significa “unidade em sinais” e na década de 70 foi proposto pelo comitê da Comissão de Unificação de Sinais como um sistema padronizado de sinais internacionais, adotando os sinais mais compreensíveis, que facilitassem o aprendizado, proveniente da integração das diversas línguas de sinais. (GESSER, 2009)

As comunidades surdas não consideram o Gestuno como uma língua real, já que foi inventada e adaptada e não possui uma gramática própria e sim uma adaptação das gramáticas das línguas de sinais existentes. E embora, os adeptos do movimento gestunista a divulguem em conferências mundiais dos surdos e ofertem cursos, ela não é amplamente conhecida nem usada. Ela é mais considerada como uma linguagem auxiliar. (GESSER, 2009)

A língua de sinais, por outro lado, é natural e é legalmente reconhecida como tal. No Brasil, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, define a Língua Brasileira de Sinais - Libras como sendo “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”. Assim ela reconhece e oficializa a Libras. E o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a regulamenta e mantém a denominação conforme descrito no art. 1º que diz: “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” (BRASIL, 2005; BRASIL, 2002)

### 4.2.3 A LÍNGUA DE SINAIS POSSUI GRAMÁTICA PRÓPRIA?

Antigamente os sinais não eram vistos como uma língua verdadeira, com gramática própria, nem mesmo por aqueles que faziam uso deles. Diferentemente das línguas orais que iniciaram seus estudos em 1660, com um grupo de estudiosos que seguiam as ideias de René Descartes, postulando-os na Gramática de Port-Royal, as línguas de sinais vieram a ser contempladas cientificamente, apenas trezentos anos depois, a partir dos estudos descritivos do linguista americano William Stokoe, em 1960. (GESSER, 2009)

Ao descrever os níveis fonológicos e morfológicos da língua de sinais americana (ASL), Stokoe apontou três parâmetros que constituem os sinais, a saber: configuração de mão (as formas feitas pelas mãos), ponto de articulação (local/espaco onde incide a mão configurada) e movimento (alguns sinais podem ter ou não movimento). Através dele passou-se a obter a comprovação da existência de elementos gramaticais na língua de sinais, assim como é comum em qualquer língua humana. (GESSER, 2009)

A partir de 1970, alguns linguistas (Robbin Battison, Edward S. Klima & Ursulla Bellugi) se aprofundaram ainda mais nos estudos sobre a gramática da língua americana de sinais, principalmente nos aspectos fonológicos, e assim encontraram um quarto parâmetro: a orientação da palma da mão. A depender do sinal, a direção desse pode dar um significado oposto a ele, ou até mesmo pode indicar uma concordância número-pessoa. (GESSER, 2009)

Ficou demonstrado, então, que dois sinais com três parâmetros iguais poderiam mudar de significado de acordo com a mudança de um quarto parâmetro. Em linguística, essa mudança recebe o nome de “par mínimo” (quando se pode contrastar dois itens lexicais com base em um único componente). Pode-se observar isso no Português quando se pensa no significado totalmente diferenciado das palavras pata e rata, por exemplo. A mudança em apenas um fonema (substituição do /p/ por /r/) evocou uma outra palavra totalmente diferente. O mesmo se dá na Libras, no nível lexical, observa-se os pares mínimos com os sinais *grátis* e *amarelo*, em que se muda apenas a configuração de mão; e em *churrascaria* e *provocar*, onde há a mudança apenas do movimento; e em *ter* e *Alemanha*, em que troca-se apenas a localização; e a diferença de sentido que traz a mudança do parâmetro orientação da palma da mão no sinal *ajudar*, podendo significar *ajudar alguém* ou *ser ajudado*. Esses são apenas alguns dos muitos exemplos. (GESSER, 2009)

Assim como nas línguas orais, os verbos na língua de sinais também podem ser flexionados. No caso dela, isso pode depender da orientação da palma da mão, como observa-se nos sinais: respeitar, responder, telefonar, avisar, etc. E através da orientação da

mão pode-se também marcar a negação, como em: querer e não querer; saber e não saber; gostar e não gostar; etc. (GESSER, 2009)

Na gramática da língua de sinais, as mãos não são o único veículo usado para produzir informações linguísticas, existem também os chamados marcadores não manuais. Essas expressões não manuais exercem a função sintática das perguntas retóricas, orações relativas, topicalizações, etc. Já em termos lexicais, segundo Ferreira Brito (*apud* GESSER, 2009, p. 18), elas funcionam como “uma referência específica ou como uma referência pronominal, uma partícula negativa, um advérbio, um modificador ou uma marca de aspecto ” (GESSER, 2009).

Fica evidente, portanto, que as línguas de sinais assim como as línguas orais são línguas naturais com gramáticas próprias, elas são estruturalmente similares, por serem formadas a partir de unidades simples que ao se combinarem chegam a unidades mais complexas, ou seja, a partir da junção de fonemas (unidades mínimas) formam-se os morfemas; e a partir da junção desses, palavras; e com a junção das palavras, tem-se a frases e sentenças. (GESSER, 2009)

#### **4.2.4 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA EXPRESSÃO MÍMICA?**

Segundo o Dicionário Melhoramentos, mímica é a “arte de exprimir o pensamento por meio de gestos, expressões fisionômicas, etc”. Tem-se então que ela é uma forma de expressar ideias, palavras ou sentimentos, utilizando os artifícios de gestos expressivos que acompanham ou substituem a fala, para representar objetos e situações por meio da imitação. Elas variam de acordo com o indivíduo que a utilizam e não têm estrutura gramatical e, por isso, não é uma língua. (GESSER, 2009; MELHORAMENTOS, 1992)

As línguas de sinais não são mímicas. Para provar isso, Klima e Bellugi (*apud* GESSER 2009, p. 19) conduziram um estudo a partir da observação de narrativas que precisariam de mímicas durante a contação da história. Constatou-se que os sinais eram mais sistematizados e convencionados, enquanto as mímicas tinham muitas possibilidades e variavam de indivíduo para indivíduo. (GESSER, 2009)

Outro aspecto observado é que as mímicas, por tentarem representar o objeto tal como na realidade, acabavam sendo muito mais detalhadas, levando mais tempo que os sinais. Ou seja, enquanto as mímicas querem fazer com que o interlocutor, possa, por assim dizer ver o objeto, os sinais querem fazê-lo ver o símbolo convencionado para esse objeto. (GESSER, 2009)

Conforme já salientado anteriormente, a língua de sinais tem todas as características de uma língua humana natural, com todas as suas complexidades e genuinidades. Ela possui apenas um canal comunicativo diferente das línguas orais, uma vez que são viso-gestual. Portanto, não se deve nunca atribuir a língua de sinais um status inferior e teatral, diminuindo-a, como quando a definem e comparam à mímica. Ela é uma língua, a língua do povo surdo, e merece ser respeitada. (GESSER, 2009)

#### **4.2.4 A LÍNGUA DE SINAIS UTILIZA EXCLUSIVAMENTE EXPRESSÕES ICÔNICAS?**

Muitos acreditam que a língua de sinais seja exclusivamente icônica. Como ela é uma língua espaço-visual, quando sinalizada tende a ser mais “visível” e, com isso, as relações entre forma e significado tendem a serem mais questionadas. Porém, a iconicidade é utilizada nela apenas de maneira convencional e sistemática. (GESSER, 2009)

Apesar da língua de sinais não ser exclusivamente icônica, ainda assim ela apresenta um grau elevado de sinais icônicos, não sendo porém uma característica unicamente dela, uma vez que as línguas orais também incorporam, de certa forma, a iconicidade, conforme observa-se nos casos de onomatopeias cujas formas representam o significado (veja o exemplo das palavras pingue-pongue, zigue zague, tique-taque, etc). é importante salientar que embora alguns sinais sejam icônicos, eles se diferenciam de uma língua de sinais para outra, reforçando o fato de a língua ser um fenômeno convencional proveniente de um acordo coletivo tácito entre os falantes da comunidade linguística. (GESSER, 2009)

#### **4.2.5 É A LÍNGUA DE SINAIS O ALFABETO MANUAL?**

O alfabeto manual, também conhecido como datilologia, é a soletração manual das palavras e embora seja um recurso utilizado pela língua de sinais, não é em si uma língua, mas sim um código para representar as letras do alfabeto. (GESSER, 2009)




A língua de sinais não fica limitada em fazer a datilologia das palavras todas as vezes em que se diz algo, como se a única forma de expressão fosse por meio de uma adaptação das letras convencionalizada e representadas tendo por base a língua oral, mesmo que manualmente. (GESSER, 2009)

No entanto, o alfabeto manual é utilizado na língua de sinais nas interações que necessita soletração como quando é preciso dizer nomes de pessoas, lugares, siglas ou algum

vocábulo ainda não existente em sinais. Outras vezes também em que se faz uso desse é recurso no caso de empréstimo da grafia da língua oral para realizar sinais de pontuação (vírgula, ponto final, ponto de interrogação, sinais matemáticos, preposições etc, que são desenhados no ar. Porém a datilologia não é a regra, ela é a exceção, uma vez aprendida a ideia, convencionam-se um sinal para a referida palavra e o mesmo passa a ser usado. (GESSER, 2009)

O alfabeto manual é diferente de país para país, cada um tem seu formato próprio, uma vez que ele é proveniente de uma convenção local específica da língua de sinais de cada país, por exemplo, o alfabeto manual britânico utiliza as duas mãos para representar as letras, já no Brasil é utilizado apenas uma mão e assim por diante. O alfabeto manual brasileiro é composto de 27 formatos, um a mais que o alfabeto em Português oral, pois se acrescenta o grafema para o ç (GESSER, 2009), conforme se pode ver na Figura 3 que se segue:

**Figura 3: Alfabeto manual em diferentes Línguas de Sinais**

Alfabeto manual na Língua Britânica de Sinais	Alfabeto manual na Língua Americana Sinais	Alfabeto manual na Língua Sueca de Sinais
		

Fonte: Gesser (2009, p. 31)

O soletramento das palavras necessita que o indivíduo, quer ele seja o produtor (quem realiza), quer ele seja o receptor (quem lê), seja letrado na língua, assim quem não for alfabetizado (escrita/ leitura) na língua oral de seu país terá dificuldades de compreensão da palavra assim como se dá com o indivíduo iletrado, por isso as crianças surdas que ainda estão aprendendo a escrita da língua oral têm dificuldade com o uso desse recurso, tanto para realizá-lo quanto para compreendê-lo. O mesmo também pode se dar com os adultos surdos

que embora sejam fluentes em língua de sinais não tenham sido alfabetizados na escrita da língua oral. (GESSER, 2009)

#### **4.2.6 A LÍNGUA DE SINAIS É UMA VERSÃO SINALIZADA DE UMA LÍNGUA ORAL?**

Muitas pessoas questionam se a língua de sinais seria uma versão sinalizada da língua oral de seu país, nesse sentido, no caso do Brasil, pensariam que a Libras seria uma versão adaptada do Português, ou seja, um Português sinalizado. A verdade é que isso não se dá de tal maneira. As línguas de sinais têm estrutura própria e independe das línguas orais, inclusive o uso do Português sinalizado, que remete a filosofia bimodal<sup>3</sup>, é intensamente criticado e utilizado apenas por aqueles que não são fluentes na língua. (GESSER, 2009)

Na visão bimodal a língua de sinais seria apenas um recurso para ensinar e ‘falar’ a língua oral e ligando-as, contudo, diante dessa prática não é possível preservar a estrutura nem de uma língua nem da outra, funcionando apenas, conforme salienta Sacks (*apud* GESSER, 2009, p. 33), como uma “pseudolíngua intermediária”. (GESSER, 2009)

No entanto, é importante salientar que as línguas de sinais sofrem empréstimos, mesclas e hibridismo das línguas orais, assim como se dá na interação com quaisquer outras línguas que estão em contato. Se em qualquer comunidade linguística, há sempre uma relação conflituosa entre as línguas e seus falantes, em que uma língua tenta impor sua estrutura em detrimento do seu par, quanto mais com as línguas de sinais que em qualquer país, está inserida e cercada por uma comunidade majoritária oral que, de certa forma, acaba se sobrepondo a elas nas interações, sobretudo nas mãos dos ouvintes. (GESSER, 2009)

O motivo dessas marcações estruturais da língua oral na sinalização pode acontecer devido a um movimento para o uso de uma única língua; ou devido ao ouvinte não estar ainda fluente na língua de sinais e utiliza uma forma híbrida das duas línguas como uma estratégia para se comunicar e quase sem querer não se desvincula de sua língua natural, a oral; ou ainda, devido a ideologia de que a língua oral é a que língua oficial, deve ser praticada e que os surdos devem usá-la por viver em um país sobretudo oralizado. Esse último seria um retrocesso às filosofias oralista e bimodal dos séculos anteriores, mas que, embora não com tanta força, ainda permeia a mente de algumas pessoas e talvez por isso quando se fala, por

---

<sup>3</sup> “Dentro dessa visão, encara-se a Língua de Sinais como um meio para se atingir um fim, ou seja, um recurso para ensinar a falar uma língua oral (no Brasil, o Português), funcionando como um amálgama dos sinais e da fala.” (Gesser, 2009, p. 33)

exemplo, em Português sinalizado há uma sensação de mal-estar entre os usuários da Libras. (GESSER, 2009)

#### **4.2.7 A LÍNGUA DE SINAIS POSSUI A SUA ORIGEM HISTÓRICA NA LÍNGUA ORAL?**

Esse pressuposto está relacionado ao pressuposto de que as línguas de sinais seriam uma versão sinalizada das línguas orais, porém, assim como o anterior, nenhum deles é verdade. As línguas de sinais têm suas influências e raízes em outras línguas de sinais específicos. (GESSER, 2009)

Muito embora haja poucas evidências de registros documentados por e sobre surdos referentes a origem e desenvolvimento das línguas de sinais, Wilcox e Wilcox (apud GESSER, 2009, p. 36) afirma que há dois tipos de evidência que mostram o uso natural das línguas de sinais por parte dos surdos. Um é o relato histórico de uma pequena ilha e o outro é um livro de um autor surdo. (GESSER, 2009)

Uma pequena ilha comunitária, Martha's Vineyard, próxima a Massachusets, EUA, foi palco de um raro acontecimento: observou-se uma grande incidência hereditária de surdez entre os séculos XVII e XX. Seus primeiros habitantes migraram da Inglaterra e já falavam algum tipo de língua de sinais e estes mostraram-se bem integrados ao dia a dia da ilha. Até os dias atuais ela é a única comunidade conhecida como usando a língua de sinais e oral com a mesma proporção nas interações cotidianas. (GESSER, 2009)

A outra evidência que comprova o uso natural da língua de sinais pelos surdos vem da França e se trata de um documento registrado, o livro *Observations of a Deaf-Mute*, de 1779, do autor surdo Pierre Desloges, que o escreveu para defender sua língua diante daqueles que queriam banir os sinais. (GESSER, 2009)

A língua brasileira de sinais (LIBRAS) tem suas origens na língua de sinais francesa, quando um surdo francês, Ernest Huet, veio para o Brasil para abrir a primeira escola para surdos brasileiros, em 1855, com o apoio do Imperador dom Pedro II. Então, em setembro de 1857 fundou-se o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, que durante anos tem sido o centro de referência e formação de surdos. Huet também formou outros dois professores, os chamados irmãos *La Peña*, que ajudavam na instrução dos surdos. O contato do professor surdo francês com os alunos brasileiros proporcionou vários empréstimos linguísticos dos sinais franceses para o brasileiro. (GESSER, 2009)

Por tanto, conforme salienta Gesser (2009, p. 38): “a coabitação da maioria das línguas de sinais com as línguas orais faz com que empréstimos, alternâncias e trocas linguísticas aconteçam, inevitavelmente. Mas isso não quer dizer que as línguas de sinais tenham suas origens ou raízes históricas nas línguas orais.” As línguas de sinais tiveram suas origens históricas a partir de outras línguas de sinais específicas e essas influências distinguem-se de país para país de acordo com a necessidade local e contato com outra língua de sinais de outro país. (GESSER, 2009)

#### **4.2.8 A LÍNGUA DE SINAIS DO BRASIL APRESENTA UMA UNIDADE?**

A Libras, assim como todas as línguas humanas, apresenta variedade e diversidade ao longo do país. A variação linguística pode ocorrer tanto no nível fonológico (na pronúncia das palavras), quanto no nível morfológico (nas palavras em si), quanto sintático (nas sentenças) e estão ligados a fatores como: idade, gênero, raça, educação e localização geográfica. (GESSER, 2009)

Devido a essa variedade das línguas, existem sinais usados por surdos mais velhos que já não são mais usados por surdos mais novos. E os surdos natalenses, cearenses, cariocas, paranaenses etc, variam em seus sinais. Existe também a variação de sinais dentro de um mesmo Estado, dependendo da comunidade de fala de cada região. Essa diversidade não deve ser encarada como erro e sim como uma variação linguística comum a todas as línguas. (GESSER, 2009)

Contudo, mesmo sendo um processo natural das línguas, entre as variedades sempre haverá uma relação conflituosa de prestígio atribuído a depender de fatores geográficos, status social, idade, gênero etc, ainda assim não perdendo o status de padrão (ou norma culta) a forma da língua usada na escola e em ambientes acadêmicos. (GESSER, 2009)

À medida que a língua de sinais passa de mão para mão ela sofre o chamado “sotaque” da língua, pega emprestado e incorpora novos sinais, assim como se dá com todas as línguas vivas, que estão em constante movimento. Pode-se dizer que assim como Português falado no Nordeste é “diferente” do Português falado no Sul do país e assim por diante, também a Libras sinalizada em uma região é “diferente” da Libras sinalizada em outra e assim tem-se várias Libras no Brasil. (GESSER, 2009)

Na próxima seção serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados para a consecução do objetivo geral e específicos deste estudo.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SIA)<sup>4</sup> é o setor responsável por criar uma cultura acessível a partir da ideia de desenho universal na UFRN, possui diversas áreas de atuação, uma vez que auxilia as pessoas com diferentes necessidades na instituição. Esta Secretaria, anteriormente era denominada de Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – CAENE, criada em 2010 com a missão de disseminar a acessibilidade na instituição, portanto, constituiu-se como um espaço de referência na comunidade universitária, promovendo a inclusão através do apoio aos estudantes com necessidades especiais na UFRN. Em 2019 a CAENE foi transformada em Secretaria, essa mudança possuía o objetivo de promover e fortalecer a política de inclusão e acessibilidade na UFRN, garantindo o acesso e permanência das pessoas com necessidades específicas, assegurando condições apropriadas nas atividades da instituição para esse público, este setor está vinculado diretamente à Reitoria da UFRN.

O Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação para a Língua Brasileira de Sinais está vinculado à SIA, e tem o papel de auxiliar a comunidade surda na UFRN, atua nos mais diversos setores e visa garantir a acessibilidade informacional para os usuários de Libras. Neste Comitê estão lotados os servidores que atuam como intérpretes e tradutores de Libras. A atuação do Comitê visa atender as distintas áreas da instituição, adequando diferentes conteúdos comunicativos à comunidade usuária da Libras na UFRN, seja por meio das atividades de tradução ou de interpretação, desta forma, proporciona o direito à informação, bem como a garantia à acessibilidade e inclusão desta comunidade.

A seguinte pesquisa estudou os conhecimentos produzidos em Libras pela comunidade usuária da Libras, que englobam os intérpretes, docentes e discentes que se comunicam por meio da Libras. Atualmente na instituição, têm-se professores surdos e alunos surdos nos cursos de graduação e pós-graduação, na sua maioria vinculados ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e ao Centro de Educação da UFRN. Desta forma, o público pesquisado são os usuários do serviço de Tradução e Interpretação em Libras, bem como os profissionais que atuam nesta atividade.

Para a consecução dos objetivos em uma pesquisa científica, é importante que esta seja direcionada através de uma metodologia que sistematiza o desenvolvimento do processo de pesquisa, a metodologia estrutura o registro formal do estudo científico. A metodologia

---

<sup>4</sup> Setor pertencente à UFRN, criado para fortalecer e desenvolver ações de acessibilidade. Este tem o objetivo de construir uma cultura inclusiva em todos os campi da instituição.

apresentada a seguir utiliza como referência as autoras Lakatos e Marconi (2017). Organizou-se a metodologia da seguinte maneira: quanto à perspectiva, quanto à abordagem, quanto à natureza, quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos técnicos, quanto aos métodos de procedimentos e quanto às técnicas de pesquisa.

Portanto, tem-se que, quanto a perspectiva se tratou de uma pesquisa social, isso porque este tipo de pesquisa tem o objetivo de se tornar relevante no campo da prática, e na solução de problemas de fato. Com essa contextualização, abordou-se em sua dimensão teórica, elementos que tratam da gestão da informação e do conhecimento na produção do conhecimento em Libras para a comunidade surda da UFRN, como também aspectos da mediação e apropriação da informação, visando contribuir para a acessibilidade informacional, integrando a comunidade surda nas diversas esferas acadêmicas da Universidade.

A pesquisa, quanto à abordagem, utilizou o método indutivo, observou-se os registros das produções de conhecimento em Libras na UFRN nos diversos ambientes informacionais. Desta forma, foi possível analisar as práticas adotadas relativas a sistematização, registro e gestão desse tipo de conhecimento e apontar diretrizes para sistematizar a gestão desse conhecimento, indicando uma resposta para a lacuna encontrada quanto à gestão e mediação do conhecimento em Libras na UFRN, analisando os documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN, mapeando os diversos ambientes informacionais digitais que agrupam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN e analisando os parâmetros do processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário, e também, de materiais traduzidos ou produzidos diretamente em Libras.

A pesquisa foi aplicada, uma vez que tem como foco solucionar uma problemática específica, propondo diretrizes para a sistematização e a preservação do conhecimento em Libras gerado na UFRN, uma necessidade crescente na Instituição. Portanto, uma vez que essas diretrizes forem implementadas, auxiliarão nos serviços de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais, e servirá como um subsídio pedagógico para os docentes e discentes da comunidade surda, uma vez que poderão encontrar com facilidade as informações em um ambiente sistematizado, bem como elaborar um glossário de suporte para as suas atividades.

Quanto a natureza foi qualitativa, uma vez que analisou os aspectos holísticos e dinâmicos nas interações e compartilhamento do conhecimento pelos sujeitos usuários da Libras, como são efetuadas as criações dos sinais-termos, bem como a sua validação,

verificando o processo de busca dessas informações, bem como se dava a produção desse conhecimento pela comunidade surda.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi descritiva e exploratória. Descreveu-se a realidade do gerenciamento das informações em Língua Brasileira de Sinais, os métodos e ferramentas tecnológicas utilizadas, bem como as dificuldades encontradas nesse processo. Demonstrou-se os documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras, bem como fez um levantamento e descreveu os diversos ambientes informacionais digitais que agrupam conhecimentos produzidos. Ainda, descreveu-se os aspectos linguísticos necessários na criação de sinais-termos. Desta forma, angariou-se subsídios para a proposta de diretrizes que sistematizam e preservem do conhecimento em Libras gerado na UFRN, adequando-se melhor a realidade dos usuários de Libras na instituição. Foi exploratória também, porque fez-se um levantamento bibliográfico da temática.

Quanto aos procedimentos técnicos, se utilizou a revisão bibliográfica e documental. Na revisão bibliográfica se buscou artigos, autores e projetos envolvidos que abordam a temática. A pesquisa documental analisou fontes que ainda não receberam tratamento analítico, tais como pode se ver na análise dos documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN e no mapeamento dos diversos ambientes informacionais digitais que agrupam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN. Fez-se uma pesquisa coletando dados, nesta se verificou como se dava a produção, validação e criação de sinais-termos e conteúdos informacionais em Língua de Sinais.

Ainda se fez necessário a utilização de outros métodos na consecução da pesquisa, quanto aos métodos de procedimento: o método monográfico, o método funcionalista e o método estruturalista. Explicitando a seguir cada um deles.

O método monográfico, no qual permite que determinado caso estudado em profundidade possa ser representativo para casos semelhantes, desse modo, foi feito um estudo de caso da produção de conhecimento pela comunidade usuária da Libras na UFRN, que é constituída por discentes, docentes e tradutores intérpretes de Libras.

Outro método utilizado foi o funcionalista, no qual estuda a sociedade do ponto de vista das suas funções no coletivo, em que se analisou a função de diretrizes para a sistematização e a preservação do conhecimento em Libras gerado na UFRN para a comunidade surda, bem como sua função na gestão e mediação na produção desse conhecimento.

O método estruturalista, parte da análise do concreto para o abstrato e vice-versa, a partir dessa premissa analisou-se como é feita a criação dos sinais-termos, partindo do

abstrato para o concreto, analisando o modelo de produção de conhecimento em Libras. Desse modo, propôs-se diretrizes na sistematização do processo, analisando os parâmetros do processo criação desses sinais-termos que impactam na produção do conhecimento em Língua de Sinais.

Ainda, contextualizou-se as influências históricas dessa comunidade e da sua língua que tem origem francesa, bem como suas conquistas no direito à acessibilidade e à informação no Brasil.

Para o cumprimento do primeiro objetivo, que tratava de analisar os documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN, como técnica de pesquisa, utilizou-se a pesquisa documental, neste objetivo, foram examinados quatro documentos institucionais pertinentes à temática, dentre eles: três portarias e uma instrução normativa. Estes documentos estão disponibilizados no site da instituição.

Em relação ao segundo objetivo específico, a técnica de pesquisa empregada foi a pesquisa documental, neste objetivo buscou-se mapear os diversos ambientes informacionais que contemplam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN. Deste modo, analisou-se os ambientes digitais, tais como: portais institucionais, *sites*, redes sociais e outros ambientes informacionais em geral, mapeando diversas plataformas, a saber: Youtube, sites institucionais, drives no Google e outros. Para o cumprimento deste objetivo, docentes da área de Libras e os representantes do Comitê foram consultados, bem como, os intérpretes da instituição, estes últimos indicaram os registros de tradução que realizaram e o local onde poderiam estar disponíveis. Em posse dos endereços eletrônicos dos possíveis ambientes informacionais, buscou-se ainda outros ambientes, através de pesquisa nos sites institucionais e canais institucionais de ambientes informacionais. Posteriormente, efetuou-se uma análise destes ambientes e dos conhecimentos produzidos em Libras na UFRN.

O terceiro objetivo específico, centrou-se em analisar os parâmetros envolvidos no processo de criação de sinais, a validação e o registro de sinais-termos na criação de diretrizes para elaboração de um glossário. A técnica de pesquisa efetuada na consecução deste objetivo, também, foi a pesquisa documental. Nesta pesquisa, buscou-se apresentar aspectos linguísticos, parâmetros no registro e diretrizes na construção e validação de ambientes informacionais com conhecimento em Libras. A coleta de dados no cumprimento dos objetivos específicos se deu por meio da pesquisa documental.

Em síntese, quanto às técnicas de pesquisa, organizou-se para uma melhor visualização o Quadro 3 que segue, associados aos objetivos específicos:

**Quadro 3 - Síntese metodológica**

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Técnicas</b>
1) Analisar os documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN.	Pesquisa documental
2) Mapear os diversos ambientes informacionais que contemplam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN.	Pesquisa documental
3) Analisar os parâmetros no processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário.	Pesquisa documental

Fonte: Elaboração do autor (2022).

Isto posto, com esta perspectiva metodológica apresentada, foi possível propor diretrizes para a sistematização e a preservação do conhecimento em Libras gerado na UFRN, com subsídios teóricos da gestão da informação e do conhecimento, da mediação e apropriação da informação, da acessibilidade informacional e de aspectos linguísticos da Libras, tendo em vista a adequação à realidade da comunidade surda da Instituição, além de que contribui para produção de novos conhecimentos.

A próxima seção analisará o cumprimento dos objetivos específicos desta pesquisa, iniciando pelo primeiro objetivo, em que analisará os documentos que regulamentam os serviços de tradução e interpretação em Língua de Sinais na UFRN efetuado pelo Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Libras. Logo depois, apresentará o mapeamento dos diversos ambientes informacionais que contemplam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN. E em seguida, uma análise dos parâmetros no processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário.

## **6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção serão apresentados os resultados referentes às análises em atendimento aos objetivos específicos desta pesquisa. Foram analisados primeiramente os documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN; Em seguida, os resultados referentes ao mapeamento realizado dos diversos ambientes informacionais que contemplam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN; Por fim a última subseção apresenta os parâmetros no processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário. Estes objetivos específicos deram suporte para a consecução do objetivo geral, desta forma, tem-se a proposta de diretrizes para a sistematização e a preservação do conhecimento em Libras gerado na UFRN.

### **6.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS QUE REGULAMENTAM O SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS NA UFRN**

Esta subseção apresenta os resultados obtidos em cumprimento do primeiro objetivo específico. Portanto, neste tópico analisou-se os documentos pertinentes à regulamentação do serviço de tradução e interpretação na Universidade.

As atividades de tradução e interpretação na UFRN foram regulamentadas inicialmente por uma portaria da Universidade apenas em 2017, a saber, a Portaria n.º 969/17-R, de 19 de maio de 2017, que está no Anexo 1. Nessa portaria encontram-se as definições de alguns termos e orientações para as atividades dos tradutores intérpretes. O documento contém dois anexos, um que dispõe sobre a política de atendimento das solicitações e outro com orientações para conferencistas que atuaram em conjunto com intérpretes de Libras. O artigo 17º desta Portaria faz menção a uma Coordenação de Serviços de Interpretação e Tradução, desta maneira, este seria um núcleo criador e estimulador de uma política linguística dentro da UFRN, através de suas atividades visaria tornar acessível as informações para a comunidade usuária da Libras na instituição.

Posteriormente a esta Portaria, foi criado o Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) da UFRN, instituído por meio da Portaria n.º. 1.157/2017 - R (Anexo 2), logo em seu artigo 1º, inicialmente estava vinculado a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), com quatro membros responsáveis por gerir o Comitê. Atualmente, se encontra

vinculado à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA), anteriormente conhecida como CAENE. Em seu artigo 2º se pode ver qual o seu objetivo:

Ao Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais **compete organizar a logística** necessária para **promover a mediação linguística** junto à comunidade acadêmica, **obedecendo-se às normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação** de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa na UFRN, regulamentadas pela Portaria nº 969/17-R, de 19.05.2017. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2017, grifo nosso)

Desta forma, como podemos ver no artigo citado acima, cabe ao Comitê organizar a logística, isto quer dizer que o Comitê precisa organizar uma escala de atendimento às solicitações de serviço de tradução e interpretação, é de sua responsabilidade também, promover a mediação linguística, logo o Comitê atua como mediador no processo de mediação na comunidade surda da UFRN, organizando os atendimentos e estimulando o acesso informacional dos usuários de Libras na instituição. Ainda, nesse artigo, pode-se ver que o Comitê deve obedecer às normas referentes à prestação de serviço de tradução e interpretação. Posto isso, a observância às normas regulamentadoras do serviço está inerente à sua instituição como elemento provedor da acessibilidade de informação.

Logo, são ações de dever atribuídas ao Comitê: organizar, promover e obedecer. Desta maneira, para que as ações possam se dar de maneira efetiva é importante traçar diretrizes para a sua consecução. Este artigo norteia toda a atividade do Comitê, por seguinte, a portaria ainda segue em vigor.

Cerca de três meses depois a Portaria n.º 969/17-R foi revogada e substituída pela Portaria nº 1.619/17-R de 04 de Agosto de 2017 que está no anexo 3. Essa terceira Portaria traz mudanças pontuais, substitui a menção do termo Coordenação feita na primeira Portaria pelo termo Comitê que estava vinculado à CAENE.

Com base neste documento, a referida Portaria, abordar-se-á em sequência como se dá o serviço de tradução e interpretação na UFRN nos diversos espaços institucionais.

Alguns conceitos apresentados na Portaria precisam ser ressaltados sobre o prisma institucional: Libras, tradução, interpretação, tradutor intérprete e usuário. Começando pelo termo Libras, esse é descrito como sendo uma língua utilizada pela comunidade surda, um meio de comunicação com estrutura gramatical e linguística própria; A tradução como meio de transferência de um registro comunicativo de uma língua fonte para uma língua alvo que se dá posteriormente a esse registro, não é uma atividade simultânea ou imediata; A interpretação, todavia, é uma atividade simultânea ou consecutiva, ocorre no momento do

evento comunicativo, fazendo a transposição das informações de uma língua fonte para a língua alvo; O tradutor intérprete de Libras está vinculado ao par linguístico Português e Libras, e vice-versa, seja na modalidade oral ou escrita; e os usuários do serviço compreendem os discentes, docentes, servidores técnicos e comunidade externa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFRN.

A Portaria possui dois objetivos principais: orientar a conduta ética e profissional, e também, instituir normas para a prestação de serviço de tradução e interpretação na UFRN.

Dentre as orientações, encontram-se algumas diretrizes para a prestação do serviço, dentre elas: respeitar a cultura surda e a pessoa humana; atuar de forma colaborativa com a equipe; manter-se atualizado; ser fluente nos idiomas e seguir as orientações do Comitê.

Dentre outros serviços prestados pelo Comitê tem-se a tradução e interpretação de materiais informativos, didáticos - pedagógicos, narrativas, palestras, mediar conversações, levando em consideração as características e estruturas linguísticas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão da UFRN, sendo estes mediados exclusivamente da Língua Portuguesa para LIBRAS e da LIBRAS para Língua Portuguesa oral ou escrita, ou em Libras, sendo excluídos outros pares linguísticos como por exemplo da Língua Americana de Sinais para Língua Brasileira de Sinais ou do espanhol para a Libras etc. sendo que estes outros pares linguísticos deverão ser realizadas por profissionais proficientes e especializados neles.

Segundo o artigo 8º, VI da Portaria nº 1.619/17-R, tem-se que, deve-se “manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para utilização em atividades pertinentes à Inclusão no Ensino Superior.” Desta forma, é necessário a confecção e manutenção de um banco de dados da Libras para a utilização nas atividades atuais e, posteriormente, em futuras mediações de competência informacional e comunicacional, tanto em atividades, bem como, quanto na capacitação de técnicos e docentes da UFRN. Esse banco de dados insere-se nas atividades que o Comitê organiza, promove e deve observar. Posto isso, esse banco de dados é um ambiente informacional, desta maneira, é uma atividade que necessita de atenção.

Os Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa (TILSP) precisam observar os princípios e as técnicas reconhecidas pela área e pelo Código de Ética dos Servidores Públicos Civil da União, bem como respeitar os horários estabelecidos na escala de trabalho semanal ou mensal e cumprir a carga horária contratada. É fundamental também que estes mantenham sigilo das informações confidenciais durante sua atuação profissional na instituição, não podendo se aproveitar da posse desse conhecimento em benefício próprio ou de outra pessoa.

Devido a estrutura e particularidades de seu trabalho, os TILSP têm o direito assegurado de acesso às ações preventivas de Lesões por Esforço Repetitivo - LER e Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT; bem como local e recursos apropriados para o bom desenvolvimento de suas atividades;

Os atendimentos são viabilizados em duplas de intérpretes, com revezamento de 20 minutos para cada, intercalando entre si, ora estando na posição de intérprete de Língua de Sinais e ora como intérprete de apoio.

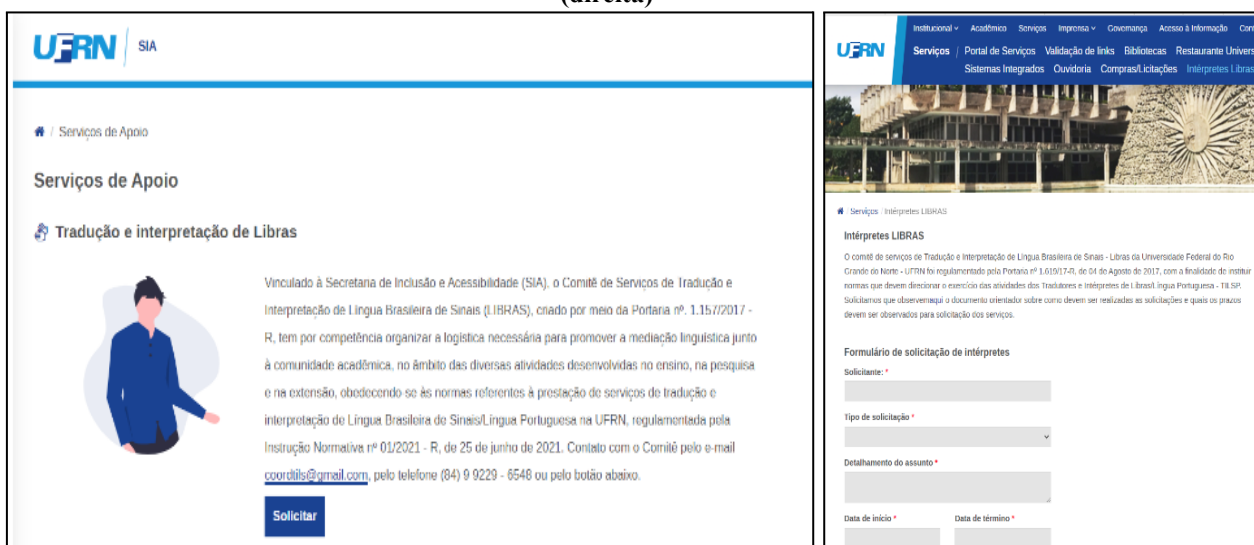
Outro fator também especificado devido às características peculiares ao ato de traduzir e interpretar mensagens de uma língua oral para uma visual é a reserva de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da sua carga horária de atividade para estudo e apropriação do material de suporte base para sua atuação de interpretação e/ou tradução. Esse fator do tempo de estudo foi modificado para uma hora diária de sua carga horária semanal de trabalho, a dedicação a esse tempo permite a apropriação dos conteúdos, essa carga horária de estudo será regulada pela coordenação do comitê, de acordo com as demandas de trabalho da semana distribuídas em escala, conforme publicação na mais recente regulamentação publicada, a Instrução Normativa nº 1/2021 - R, de 25 de junho de 2021, conforme se pode verificar no Anexo 4.

A Instrução Normativa nº 1/2021 - R, de 25 de junho de 2021 complementa a Portaria nº 1.619/17-R de 04 de Agosto de 2017 que está no anexo 3 e continua em vigor. A Instrução Normativa fez alterações pontuais na Portaria nº 1.619/17-R em vigor, define os critérios para participar do Comitê, bem como delibera que o coordenador e vice-coordenador do Comitê são definidos apenas pelo Gestor da SIA. Atualizou as prioridades para o atendimento, também alterou alguns prazos para solicitação de atendimento, bem como dispõem quais os canais habilitados para o registro dessas solicitações, essa é uma das normas que o Comitê deve observar, segundo o artigo 4º que explicita:

Art. 4º Todas as solicitações de serviços de tradução e/ou interpretação de Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa deverão ser realizadas diretamente no site institucional da página da UFRN ([www.ufrn.br](http://www.ufrn.br)) ou da página da SIA ([www.sia.ufrn.br](http://www.sia.ufrn.br)), acessando a aba Serviços > Intérpretes de Libras. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2021)

A seguir na figura 4 é possível verificar os canais em que se pode solicitar os serviços de tradução e interpretação na UFRN, a direita se visualiza um formulário eletrônico no Portal da UFRN, e a esquerda na página da SIA, dados de contato e um botão azul que direciona o pedido para um formulário eletrônico.

**Figura 4 - Página de solicitação de serviços de interpretação na SIA (esquerda) e no Portal da UFRN (direita)**



Fontes: <https://sia.ufrn.br/servicos-de-apoio>; <https://ufrn.br/servicos/interprete-Libras>;

Tendo em vista esses conceitos e atividades prestadas pelo Comitê, os usuários do serviço necessitam dar atenção a algumas normas da política de atendimento às solicitações dos serviços de tradução e interpretação institucional da UFRN.

### **6.1.1 POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO**

As políticas de atendimento às solicitações dos serviços de tradução e interpretação foram criadas com a intenção de padronizar e orientar a solicitação dos serviços destes profissionais, de modo a atendê-las de forma organizada e eficaz, garantindo assim a acessibilidade de comunicação daqueles da comunidade acadêmica da UFRN que a precisam em suas diferentes modalidades.

As solicitações de atendimento dos serviços de tradução e interpretação devem ser efetuadas por meio de um formulário eletrônico presente no Portal da UFRN, os prazos para atendimento e materiais necessários variam de acordo com a solicitação. Em caso de desistência, o solicitante precisa comunicar o Comitê, assegurando assim a disponibilidade de profissionais para atuarem em outras demandas caso existam.

Conforme vimos, cabe ao Comitê promover a mediação linguística, desta maneira, a política de atendimento visa atender uma política linguística, isto é, o serviço possui um limite devido ao número de pessoas presente na equipe, de modo que o atendimento é oferecido para

atender a comunidade usuária de Libras, onde possuir usuários presentes que necessitam do serviço, uma vez que se não levar em consideração essa premissa é possível que solicitações sejam atendidas sem nenhum usuário da comunidade surda presente, e, em outra solicitação, em que exista real necessidade, devido a participação desses usuários, não possa ser atendida pela indisponibilidade do serviço.

A fim de que o serviço seja efetivamente prestado, o solicitante deve levar em consideração algumas orientações presentes nos anexos desta portaria, para que as demandas sigam um padrão organizado e eficiente, possibilitando a garantia de acessibilidade comunicacional para todos os usuários do serviço.

Os valores em que devem se basear esse atendimento estão descritos no Anexo 1 da Portaria nº 1.619/17-R, sendo eles: transparência, impessoalidade, agilidade e respeito às solicitações.

No momento de atuação o intérprete necessita, entre outras coisas, de: assentos exclusivos e sinalizados para facilitar interação entre si e surdos, bem como seus momentos de troca; espaço visivelmente adequado ao campo visual dos usuários presentes, com fundo neutro e iluminação permanente, para que os surdos consigam visualizar a tradução sem perdas; retorno de áudio e vídeo, possibilitando assim a efetivação de seu trabalho; microfones, em casos que seja necessária realizar a versão voz do surdo; e quando houver palestras em outros idiomas é necessário disponibilizar aos intérpretes de Libras fones com canal de interpretação desde idioma para o Português; envio do material base e/ou informações relevantes (como slides, transparências, textos, citações, vídeos, piadas etc.) do assunto que necessitará de tradução/interpretação em Libras para apropriação do conteúdo a ser abordado.

No escopo das atividades do Comitê estão as traduções e interpretações levando em consideração o par linguístico Libras/ Língua Portuguesa e vice-versa, nos mais diversos materiais e mediações baseados nos pilares do ensino, pesquisa e extensão, bem como manter um banco de dados atualizado de Língua de Sinais para uso nas atividades de tradução e interpretação desta instituição.

Dentre os tipos de serviços disponibilizados para atuação nas modalidades de interpretação e tradução, tem-se: Mediação linguística nos atendimentos disponibilizados nos departamentos da UFRN; Interpretação de aulas e outras atividades educacionais oferecidas por diferentes cursos desta instituição; Interpretação em eventos, palestras, encontros, convenções, congressos e outros; Atuação em diferentes atividades de ensino realizadas extraclasse; Mediação comunicacional em atividades de extensão e pesquisa; Produção de

Material: glossário, interpretação/tradução de textos; Mediar, comunicacionalmente, o treinamento de servidores/funcionários para atendimento; Interpretação de reuniões/plenárias; Interpretação de reuniões de entidades representativas dos alunos, tais como: Centro Acadêmico – CA, colegiado e outros; Tradução de Editais, Provas e serviço de pronto atendimento.

Todos esses serviços possuem prazo para agendamento próprio e observações pertinentes ao tipo de serviço, e serão atendidos de acordo com as prioridades estabelecidas nesse documento, foram definidos quatro graus de prioridades, sendo a primeira que se sobrepõe a todas as demais, discentes e docentes surdos da UFRN, a segunda prioridade são os demais discentes e docentes dos diversos cursos da universidade, a terceira prioridade são eventos abertos ao público promovidos pela UFRN e por último a ordem de agendamento.

Os anexos 1 e o 2 da Portaria mencionada, ainda estabelece algumas orientações importantes para o atendimento em eventos, com o objetivo de auxiliar o serviço de interpretação, desde orientações de local, iluminação, áudio e outros, bem como orientações para o palestrante, para que o evento possa ocorrer da melhor maneira possível.

Desta maneira, apresenta-se o Quadro 4, uma síntese dos principais pontos abordados nesta análise, que contemplou os documentos que regulamentam os serviços de tradução e interpretação em Libras na UFRN:

**Quadro 4: Síntese dos instrumentos de regulação dos serviços de tradução e interpretação em Libras na UFRN em ordem cronológica**

Portaria n.º 969/17-R, de 19 de maio de 2017 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Foi o primeiro documento a regulamentar as atividades de tradução e interpretação, um documento bem completo que serviu de base para a confecção dos documentos posteriores; Documento que fez menção ao termo Coordenação, tinha o intuito de centralizar o gerenciamento das atividades e promoção da acessibilidade informacional através de uma política linguística; Atualmente foi revogado.
Portaria n.º 1.157/17-R, de 12 de junho de 2017 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Documento que criou o Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais vinculado a CAENE; Definiu os membros que participaram, atualmente outras pessoas compõem a gestão do Comitê; Definiu também os objetivos do comitê: organizar a logística; promover a mediação linguística junto à comunidade acadêmica; obedecer às normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais;
Portaria n.º 1.619/17-R, de 04 de agosto de	Portaria que substituiu e revogou a Portaria n.º 969/17-R,

<p>2017 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</p>	<p>de 19 de maio de 2017;          Alterou poucos pontos da portaria anterior, o mais significativo foi a alteração a menção do termo Coordenação por Comitê;          Define os termos: Língua Brasileira de Sinais; tradução; interpretação e tradutor intérprete;          Define os usuários do serviço;          Regulamenta as atividades dos TILSP;          A portaria define competências, atribuições, deveres e direitos dos TILSP;          Explicitou os canais de solicitação dos serviços;          Estabeleceu o horário de estudo para a prestação do serviço se dar de maneira mais efetiva;          Regulamentou o par linguístico, bem como se dará às atividades de interpretação dos TILSP;          Competência atribuída de levantamentos de terminologia da área a ser traduzida e/ou interpretada;          Atribuição de manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para utilização em atividades pertinentes à Inclusão no Ensino Superior;          Possui dois anexos como a primeira portaria: (1) a política de atendimento às solicitações dos serviços de tradução e interpretação e (2) orientações para conferencistas;          O primeiro anexo define objeto, valores, escopo de atuação, agendamento e tipos de solicitações, prioridades das solicitações e orientações para atuação;          O segundo anexo trata de orientações direcionadas aos palestrantes para que saibam como atuar em meio ao processo de interpretação para outra língua. Com orientações para antes da palestra e no dia da palestra.</p>
<p>Instrução Normativa nº 01/2021-R, de 25 de junho de 2021 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</p>	<p>Esta instrução está em vigor e complementa a Portaria n.º 1.619/17-R, de 04 de agosto de 2017;          Competência atribuída de levantamentos de terminologia da área a ser traduzida e/ou interpretada;          Atribuição de manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para utilização em atividades pertinentes à Inclusão no Ensino Superior;          Trouxe poucas alterações a Portaria citada: alteração dos prazos para solicitação de serviços; modificação do horário destinado a estudo na atuação dos TILSP; definição de critérios para os membros que podem participar do Comitê; alteração das prioridades no atendimento; e instituiu a necessidade de uma comissão de validação dos materiais traduzidos;</p>

Fonte: Resultado da Pesquisa (2023)

Com base na contextualização das atividades do referido Comitê, bem como, com a análise de documentos que regulam as suas atividades. Serão apresentados, a seguir, os ambientes informacionais que contemplam os conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN.

## 6.2 MAPEAMENTO DOS AMBIENTES INFORMACIONAIS QUE CONTEMPLAM OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS ACERCA DA LIBRAS NA UFRN

Esta seção apresenta os resultados referentes ao segundo objetivo da pesquisa, qual seja “Mapear os diversos ambientes informacionais que contemplam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN”.

As produções em Língua Brasileira de Sinais possuem uma peculiaridade, pois a Libras é uma língua visual-espacial, isto é, uma língua que utiliza diversos outros aspectos para transmitir informações, tais como configurações de mão e expressões faciais e corporais, o que limita ou dificulta o registro destas informações em estruturas informacionais físicas, requerendo o uso de recursos digitais, através do uso de vídeos. (DE PAIVA; BENCHIMOL; CHALHUB; FURTADO, 2019).

Quando pensamos em ambiente informacional fazemos a correlação com o termo ambiente organizacional, um ambiente de gerenciamento e compartilhamento de informações, dessa maneira o ambiente informacional além de conter informações, isto é, conteúdo armazenado, está imerso em um contexto, inserido em uma perspectiva, de uso, criação e gerenciamento dessas informações por usuários desse ambiente. Portanto, o ambiente informacional é integrado por um emissor, intermediador e receptor, em que a comunicação é o elo desses através de uma mensagem, de modo que o ambiente informacional deve proporcionar o uso, criação e gerenciamento dessas informações. (MELO, 2015)

Os ambientes informacionais digitais seguem a mesma premissa de ambientes informacionais analógicos, são locais onde se armazena informações, compartilhando-se informações e dados, contudo, um sistema de informação digital, pode se dar em *sites*, ambientes de informação digital, *software*, portais, *blogs*, aplicativos e outros. São organizados por meio de diversos elementos informacionais que interagem diretamente ou indiretamente um com o outro, formando um quadro completo e complexo, auxiliando a sociedade em um fim específico. Desse modo, um ambiente informacional digital é um espaço definido para armazenar dados e informações necessárias para um objetivo definido, sistematizado de maneira a permitir a disseminação de determinado conteúdo de maneira eficaz.

Em nossa universidade diversos materiais acessíveis para a língua de sinais são desenvolvidos, adaptando-se textos e vídeos para os usuários da comunidade surda, dentre os conteúdos que estão disponíveis temos: materiais informativos, textos acadêmicos, sinais-termos, editais, manuais, vídeo aulas, apostilas, entre outros. Esses materiais passam

pelo processo de tradução, adaptando-se a Língua Portuguesa, oral e escrita, para a língua de sinais, visual espacial, criando-se uma versão em Língua Brasileira de Sinais.

É possível encontrar os materiais traduzidos, na sua maioria, nos mais diversos ambientes informacionais digitais, tais como no *Youtube*, *Instagram*, em serviços de armazenamento e sincronização de arquivos, comumente chamado de nuvem, e em sites da instituição.

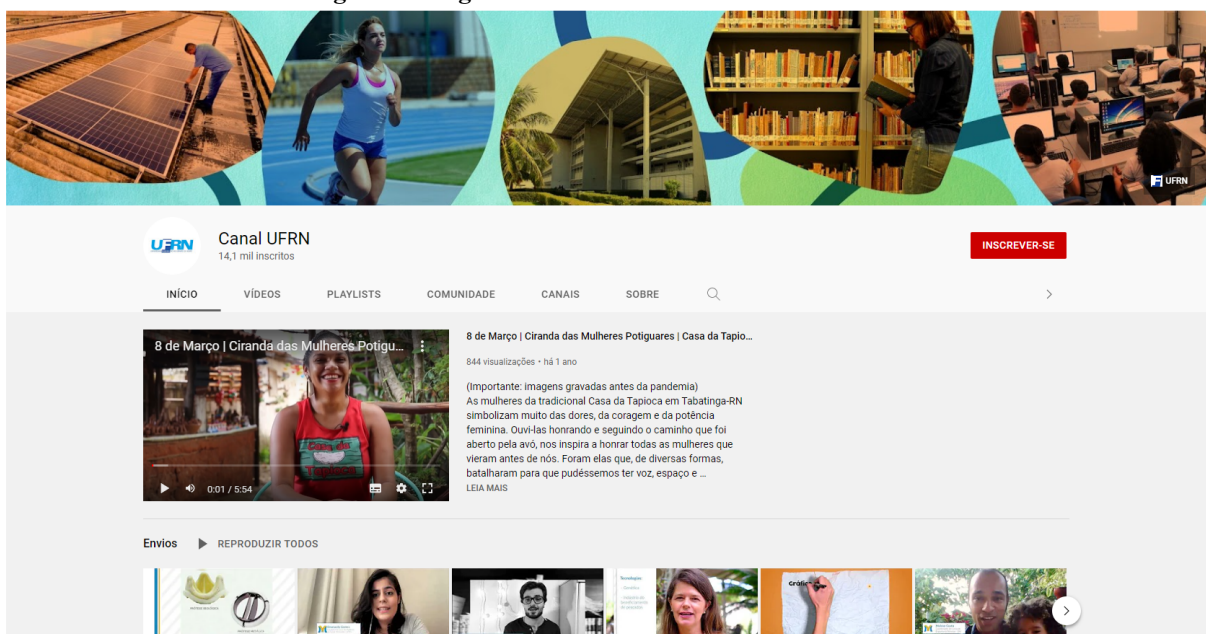
## 6.2.1 CANAIS DO YOUTUBE

Através dos canais do *Youtube* encontrou-se a maior variedade do acervo de materiais traduzidos para a Libras na UFRN, entretanto, esses materiais estão disponíveis em distintos canais, alguns estão sem títulos e sem descrição, nesse momento analisou-se a situação e o contexto em que estão inseridos.

### 6.2.1.1 CANAL UFRN

Na descrição do canal da UFRN no *Youtube* encontrou-se o objetivo principal do mesmo, que é evidenciar a produção de materiais atualizados na esfera acadêmica, científica e cultural da UFRN.

**Figura 5 - Página inicial do Canal UFRN no Youtube**

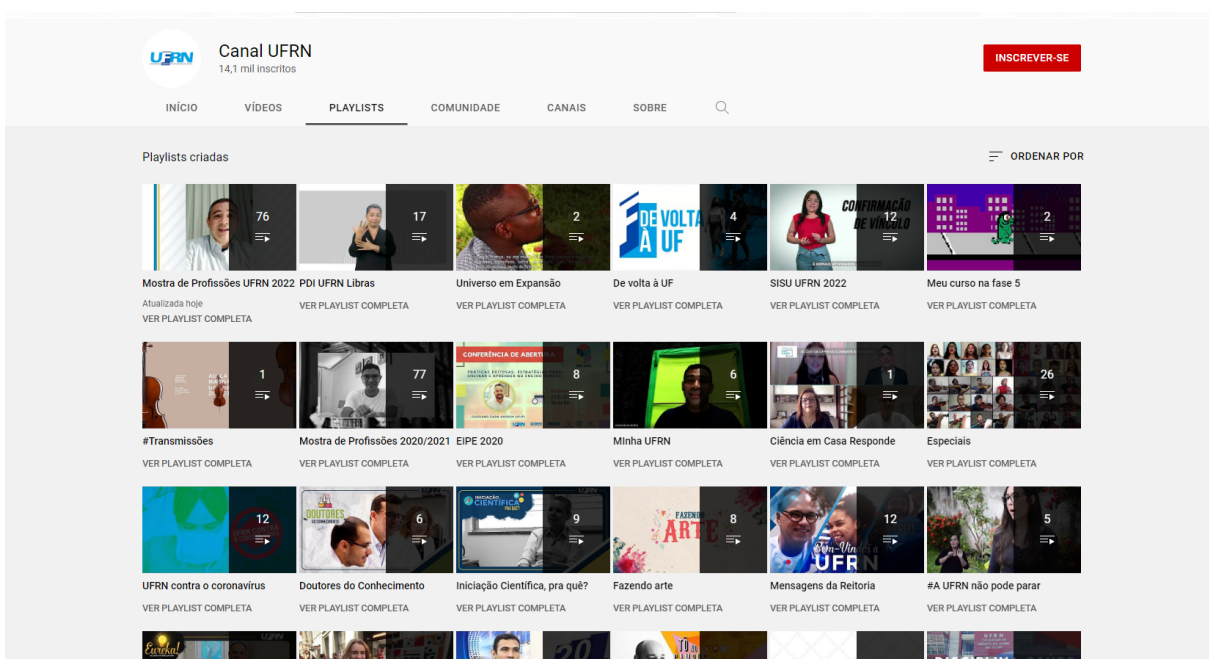


Fonte: <https://www.youtube.com/c/CanalUFRN>

Na página inicial do canal, como se vê na Figura 5, não é possível identificar através dos títulos dos vídeos quais materiais são acessíveis em Libras, contudo em algumas *thumbnails*, nas miniaturas dos vídeos, encontramos a janela de interpretação, com isso podemos aferir que esse é um conteúdo acessível em Libras.

Os vídeos produzidos para esse canal estão divididos em 29 *playlists*, como se percebe na Figura 6, identificou-se conteúdos acessíveis em 11 *playlists*, nas quais temos: mostra de profissões 2022, PDI UFRN Libras, SISU UFRN 2022, transmissões, mostra de profissões 2020/2021, EIPE 2020, UFRN contra o Coronavírus, mensagens da Reitoria, a UFRN não pode parar, tô no campus e portal da UFRN. Esses vídeos foram traduzidos pelo Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e por professores da instituição.

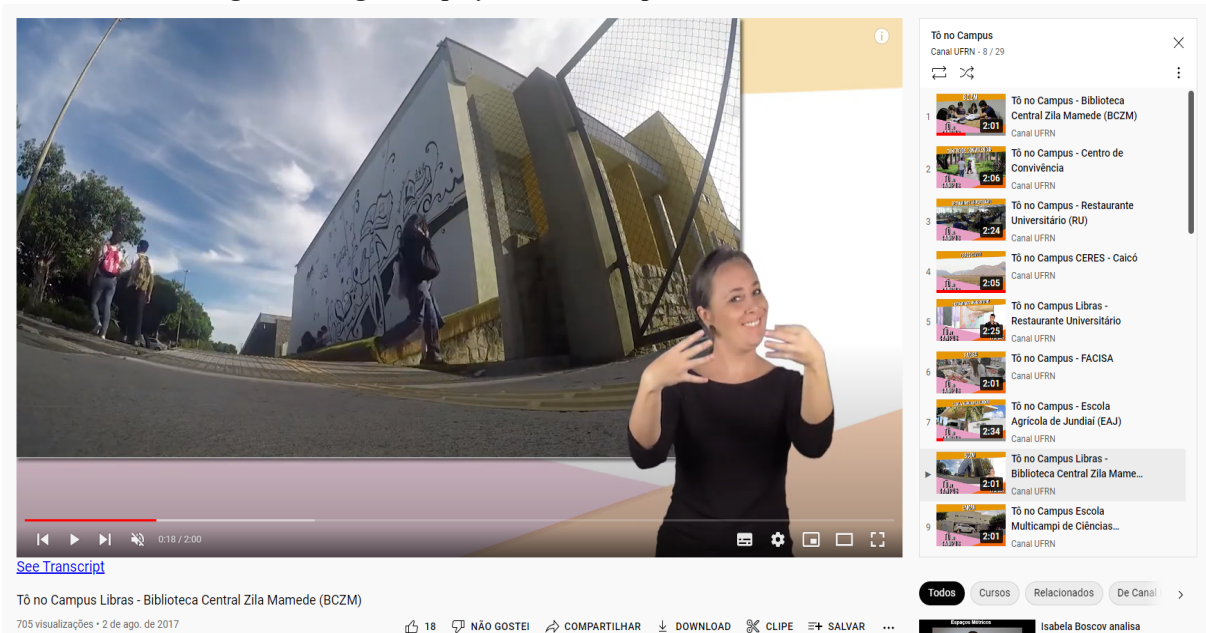
**Figura 6 - Página de *playlists* do Canal UFRN no Youtube**



Fonte: <https://www.youtube.com/c/CanalUFRN/playlists>

Ao ingressar nessa página, a única *playlist* que verificamos em seu título a palavra Libras é PDI UFRN Libras, na qual se pode inferir que é acessível em Libras, essa *playlist* contém a tradução do documento institucional Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2029. Nas demais produções não percebemos a indicação de ser acessível em Libras nem no título e nem na descrição, somente conseguimos identificar a acessibilidade linguística pela janela de Libras nas miniaturas dos vídeos, e ainda no interior dessas *playlists* nem todos os vídeos encontrados foram traduzidos.

**Figura 7: Página da *playlist* tô no campus do Canal UFRN no Youtube**



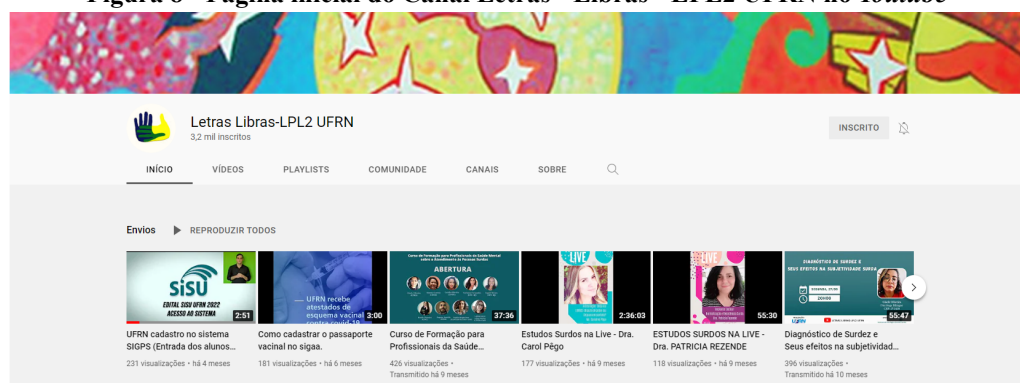
Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=-oGNfp4zaaU&list=PL2k\\_odRqYdPkmQ71my5HFh35qwtqLD6hp&index=8](https://www.youtube.com/watch?v=-oGNfp4zaaU&list=PL2k_odRqYdPkmQ71my5HFh35qwtqLD6hp&index=8)

Na Figura 7, como exemplo, podemos verificar que essa *playlist* possui 29 vídeos, sendo 9 deles acessíveis em Libras, isto foi possível identificar através das miniaturas dos vídeos e da descrição dos vídeos.

### 6.2.1.2 CANAL LETRAS - LIBRAS - LPL2 UFRN

Na descrição deste canal no *Youtube* encontrou-se que este tem como objetivo principal atender a comunidade surda universitária, bem como aos demais interessados em aprender e difundir a Língua Brasileira de Sinais.

**Figura 8 - Página inicial do Canal Letras - Libras - LPL2 UFRN no Youtube**

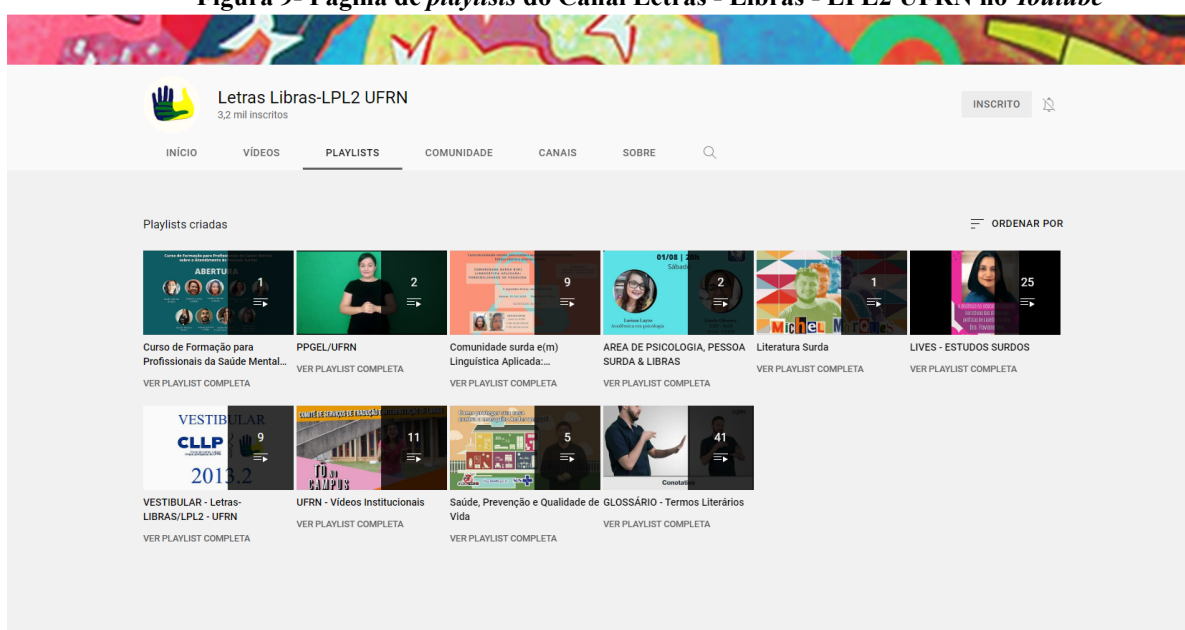


Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCuWd1acoFoOxIZPvQATRk6A>

Desse modo, neste canal divulga-se a produção de material sinalizado, isto é, traduzido para a Libras, que foi construído a partir de ações no âmbito do Curso de Letras - Libras/Língua Portuguesa como L2 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Como vemos na Figura 8 acima.

Neste canal todos os vídeos são acessíveis em Libras, com materiais traduzidos pelo Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e por professores do curso de Letras Libras da UFRN. Encontramos materiais informativos, editais, orientações, palestras, cursos, provas e um glossário.

**Figura 9- Página de *playlists* do Canal Letras - Libras - LPL2 UFRN no Youtube**



Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCuwD1acoFoOxIZPvQATRk6A/playlists>

O canal possui um total de 10 *playlists*, como exposto na Figura 9, na sua maioria com conteúdos voltados para o curso de Letras Libras, os editais são referentes ao mestrado em estudos da linguagem - PPGEL do Departamento de Letras do campus central da UFRN, e o glossário é referente a criação de sinais-termo na área da Literatura, como se visualiza na Figura 10.

**Figura 10- Página da *playlist* Glossário - Termos literários do Canal Letras - Libras - LPL2 UFRN no Youtube**



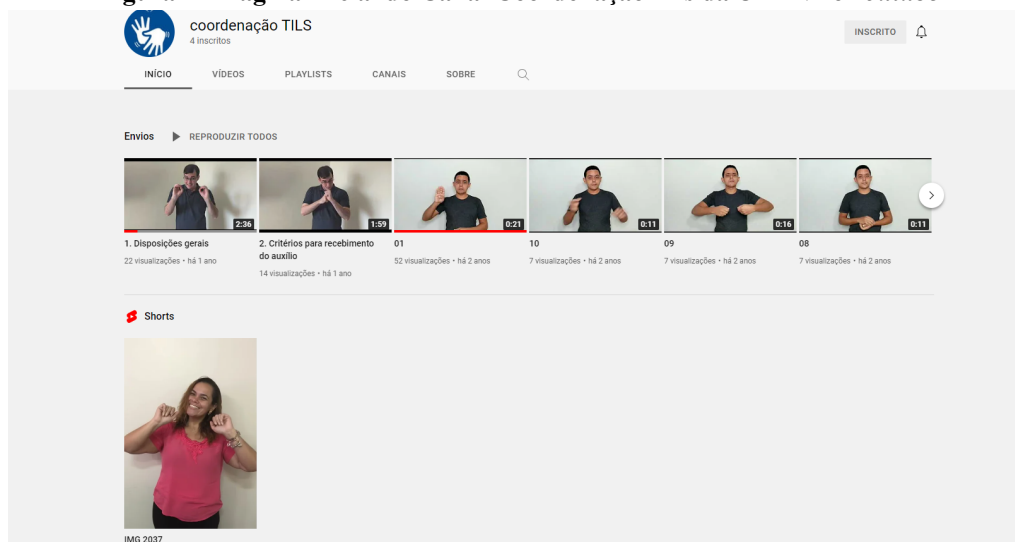
SINAL - Denotativo

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=jK-JdV5G6q8&list=PL5EJRcvax21yg977bcACgJ-473G4YIeWp&index=2>

### 6.2.1.3 CANAL COORDENAÇÃO TILS

No canal do Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) não encontramos a descrição ou o seu objetivo, todos os vídeos são acessíveis em Libras, no entanto, grande parte dos vídeos não possui título ou descrição, apenas o vídeo nota pública UFRN possui descrição, conforme se vê na Figura 11:

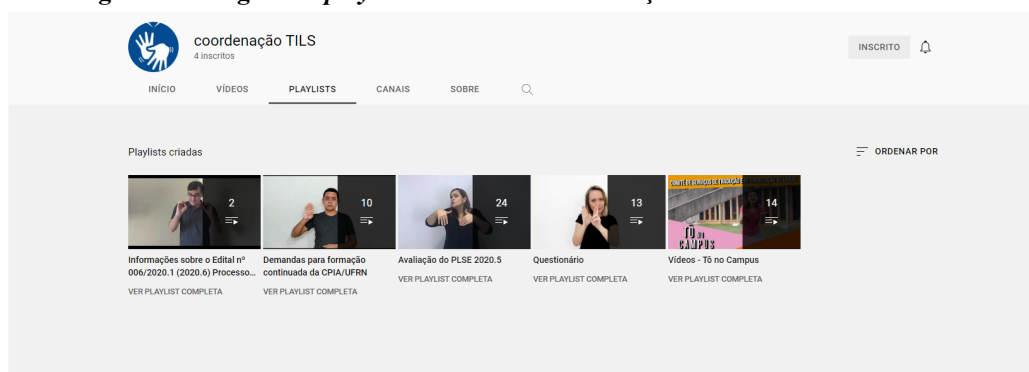
**Figura 11- Página inicial do Canal Coordenação Tils da UFRN no Youtube**



Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCfVvnyO1QJaHfh-cclqnAhA>

O canal possui 5 *playlists*, de acordo com a Figura 12, encontramos vídeos informativos, editais, nota pública e palestras, os vídeos sem título foram inseridos com o intuito de ser um link para uma outra página ou mensagem acessível em Libras, servindo de local de armazenamento na maioria das vezes, sendo contextualizados em outro espaço.

**Figura 12 - Página de *playlists* do Canal Coordenação Tils da UFRN no Youtube**

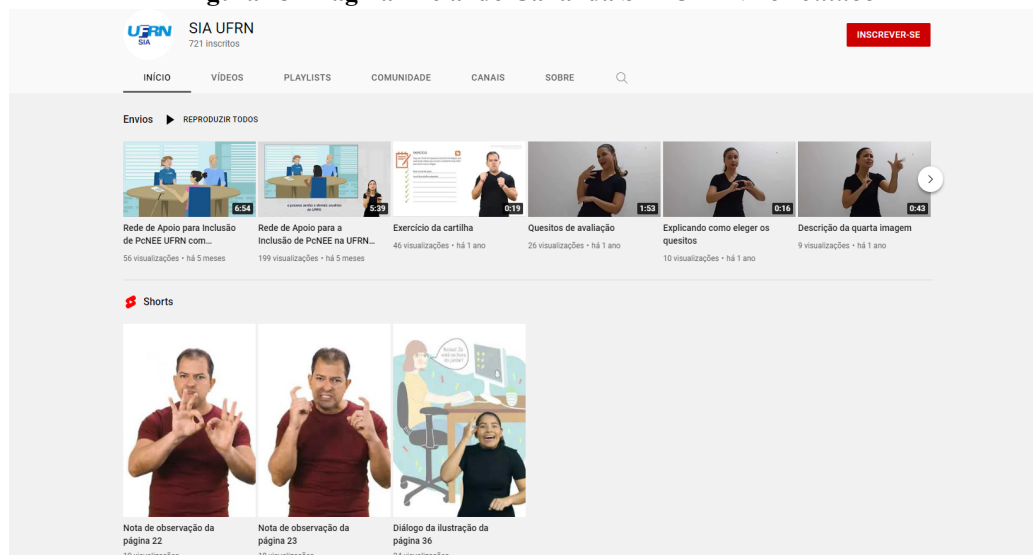


Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCfVvnyOIQJaHfh-cclqnAhA/playlists>

#### 6.2.1.4 CANAL SIA UFRN

No canal da Secretária de Inclusão e Acessibilidade (SIA) da UFRN não encontramos a descrição ou o seu objetivo na aba sobre na página do canal. Todos os vídeos são acessíveis, em grande parte os vídeos estão acessíveis em Libras, e há um caso em que o vídeo foi inserido duas vezes no canal, com uma versão acessível em Libras e outro com audiodescrição como vemos no primeiro video na Figura 13 a seguir:

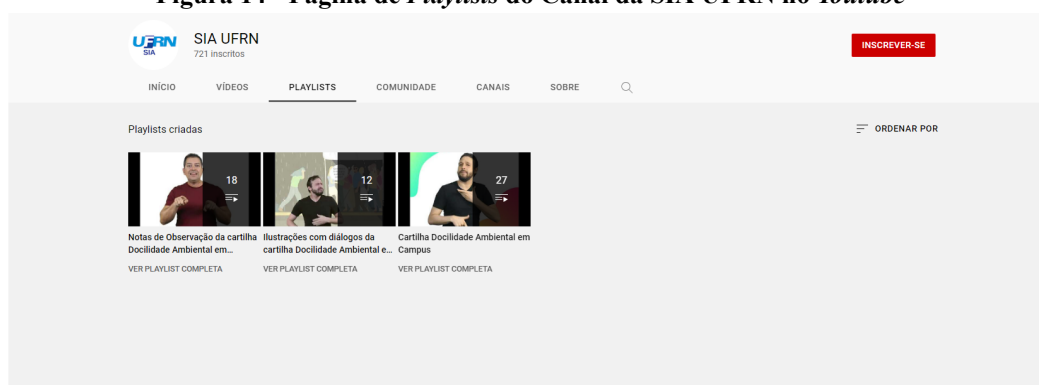
**Figura 13 - Página inicial do Canal da SIA UFRN no Youtube**



Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCYyAImwLCHACDBBbQ7UcNSg>

Os vídeos foram traduzidos pelos professores, alunos e pela equipe de tradução e interpretação em Libras, o conteúdo deles são de vídeos informativos, notas públicas, questionários, cartilhas, palestras e editais. O canal possui três *playlists*, todas destinadas a tradução da cartilha sobre docilidade ambiental, os demais vídeos não estão categorizados e não indicam na maioria das vezes que são acessíveis em Libras em seu título ou descrição, percebemos pela miniatura do vídeo a janela do intérprete no canto do vídeo ou a imagem do mesmo em tela cheia. Como se verifica na Figura 14 que se segue:

**Figura 14 - Página de *Playlists* do Canal da SIA UFRN no *Youtube***

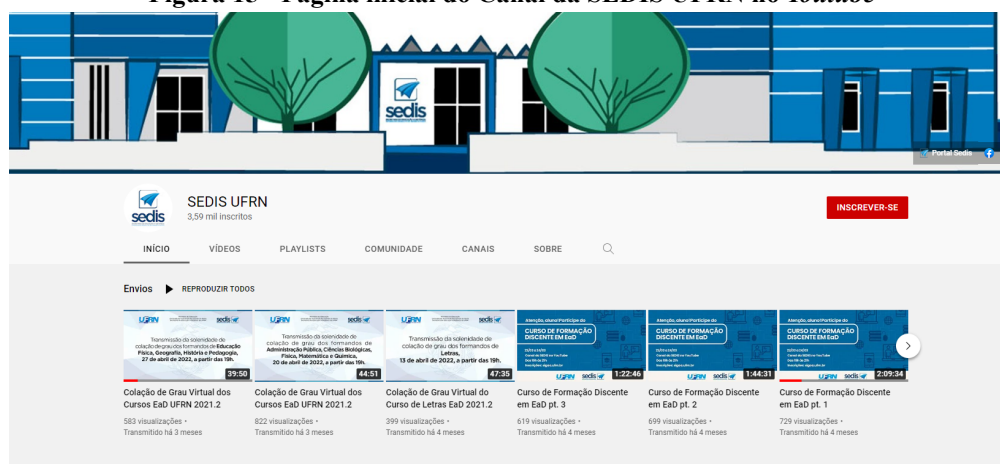


Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCYyAImwLCHACDBBbQ7UcNSg/playlists>

### 6.2.1.5 CANAL SEDIS UFRN

Na aba sobre do canal da Secretaria de Educação à Distância (SEDIS) da UFRN encontramos uma descrição que explicita a sua finalidade, o qual foi criado com a ideia de apoiar alunos, tutores e professores em suas atividades, bem como no uso do Moodle. A seguir se pode verificar a página inicial deste canal na Figura 15:

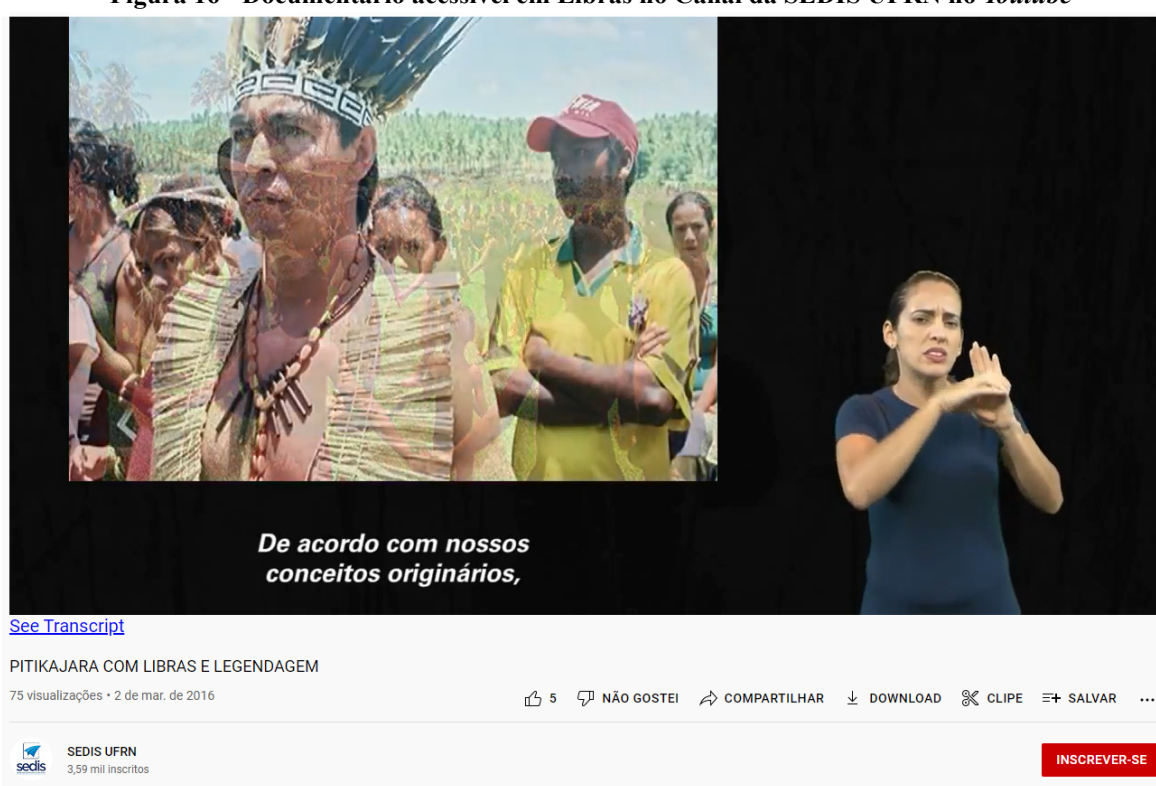
**Figura 15 - Página inicial do Canal da SEDIS UFRN no *Youtube***



Fonte: <https://www.youtube.com/c/SEDISUFRNEAD>

O Canal possui diversos vídeos, tais como, coleções de grau, videoaulas, informativos, tutoriais, cursos, palestras, documentários e aulas magnas. Encontramos alguns vídeos com janela de tradução em Língua de Sinais, dentre eles temos: tutoriais, palestras, cursos, informativos, documentários e aulas magnas, em alguns vídeos é possível identificar a janela de tradução na miniatura dos vídeos, em outros há uma descrição ou no título informa que está disponível em Libras. É constituído por um total de 10 *playlists*, contudo, não é possível identificar se são acessíveis em Libras ao acessar a página das *playlists*. A Figura 16 que se segue mostra um desses materiais:

**Figura 16 - Documentário acessível em Libras no Canal da SEDIS UFRN no Youtube**



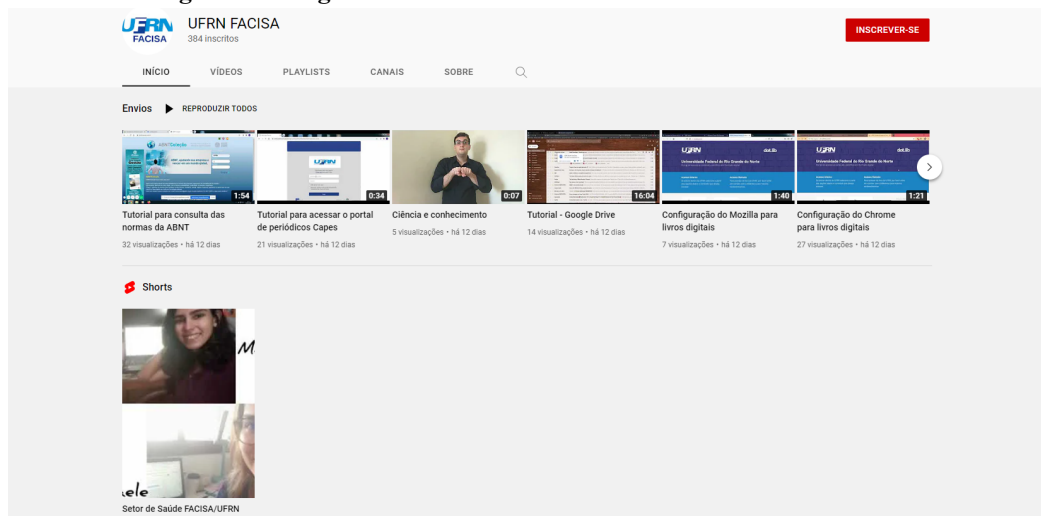
The image shows a YouTube video player interface. The main video frame displays a scene from a documentary with several people, including a man in traditional indigenous attire with a feathered headdress. A sign language interpreter is overlaid on the right side of the video frame. Below the video frame, the text "De acordo com nossos conceitos originários," is visible. Underneath the video player, there is a "See Transcript" link, the video title "PITIKAJARA COM LIBRAS E LEGENDAGEM", and the view count "75 visualizações • 2 de mar. de 2016". The channel name "SEDIS UFRN" and subscriber count "3,99 mil inscritos" are also present, along with an "INSCREVER-SE" button.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=C1LqZFU0xfE&t=43s>

### 6.2.1.6 UFRN FACISA

No canal da Faculdade de Ciências da Saúde (FACISA) da UFRN na página sobre, não encontramos descrição e tão pouco os seus objetivos, na página inicial do canal é possível observar em algumas miniaturas um intérprete de Língua de Sinais, o canal é composto por tutoriais e vídeos curtos em língua de sinais, não encontramos *playlists* disponíveis. A Figura 17 que se segue apresenta este canal:

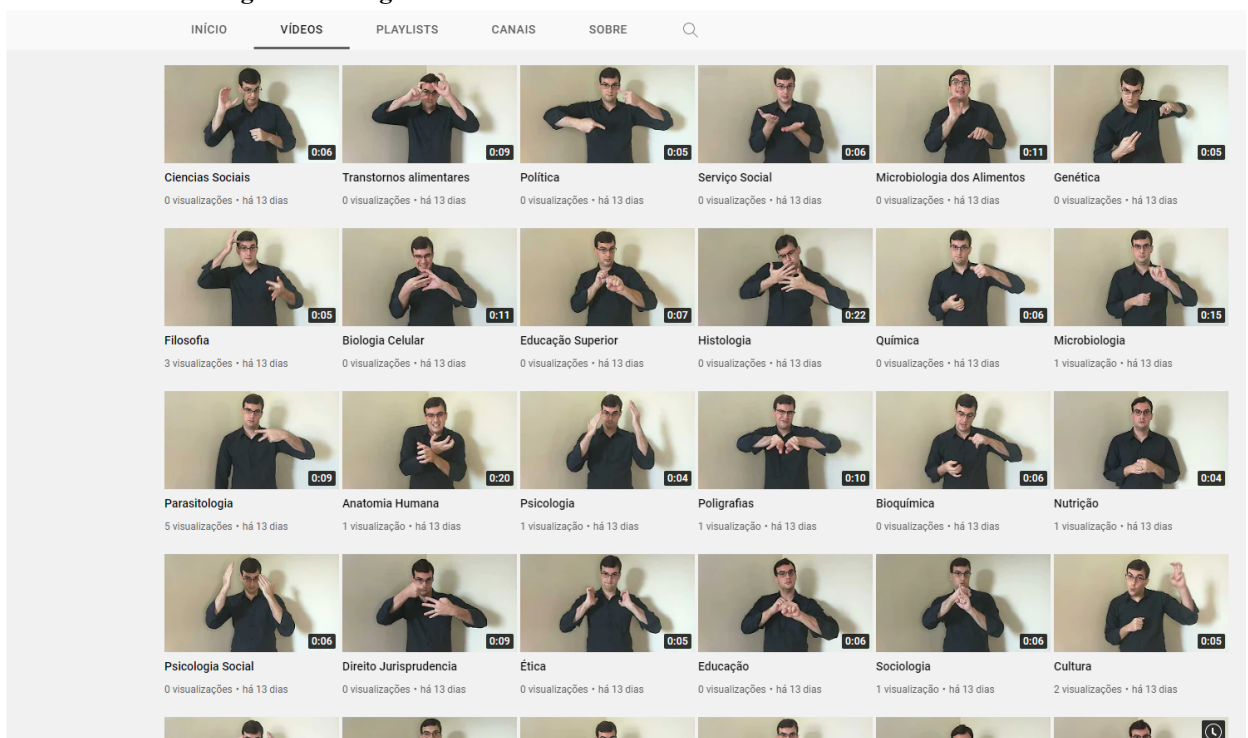
**Figura 17 - Página inicial do Canal da UFRN FACISA no Youtube**



Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UC-EfVHIDG6OPXmAa2cvEkRQ>

Na página de vídeos, visível na Figura 18 a seguir, é possível encontrar uma série de miniaturas com o intérprete na tela toda, são vídeos desenvolvidos em parceria do Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) da UFRN e a FACISA.

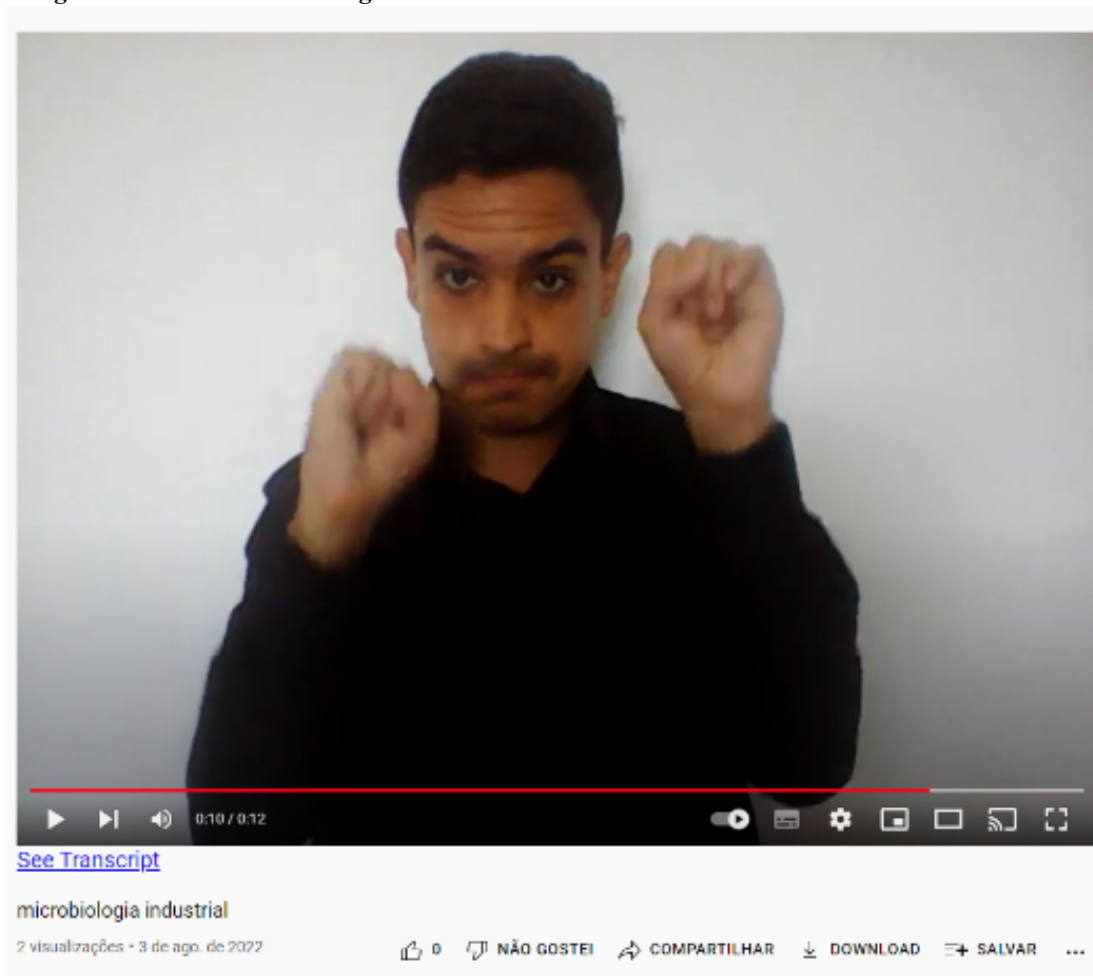
**Figura 18 - Página de vídeos do Canal da UFRN FACISA no Youtube**



Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UC-EfVHIDG6OPXmAa2cvEkRQ/videos>

Na figura 19, observamos o intérprete sinalizando o termo microbiologia industrial, esse é um dos sinais em meio aos demais organizados para tornar a biblioteca da FACISA acessível em Língua de Sinais, foram criadas placas com os temas em Português e QR *codes* ao lado que direcionam o usuário para o vídeo com a tradução da respectiva palavra em Libras.

**Figura 19 - Vídeo microbiologia industrial em Libras no canal da UFRN FACISA no Youtube**



Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=GTYD\\_pStArI](https://www.youtube.com/watch?v=GTYD_pStArI)

Poderíamos dizer que se parece tal como um dicionário em vídeo com palavras da área da saúde traduzidas para a Libras, no total encontramos 90 vídeos no canal que foram desenvolvidos para esse projeto, a seguir na Figura 20 apresenta-se como se deu a sinalização nas estantes da biblioteca da Facisa. Nos vídeos não possuem menção no título ou na descrição sobre estarem acessíveis em Libras, ou serem desenvolvidos exclusivamente em Libras, o que não torna possível os encontrar em uma busca por termos em Libras.

Figura 20 - Sinalização das estantes do acervo da Biblioteca Setorial da FACISA, imagem retirada do *Instagram Tilsufrn*.

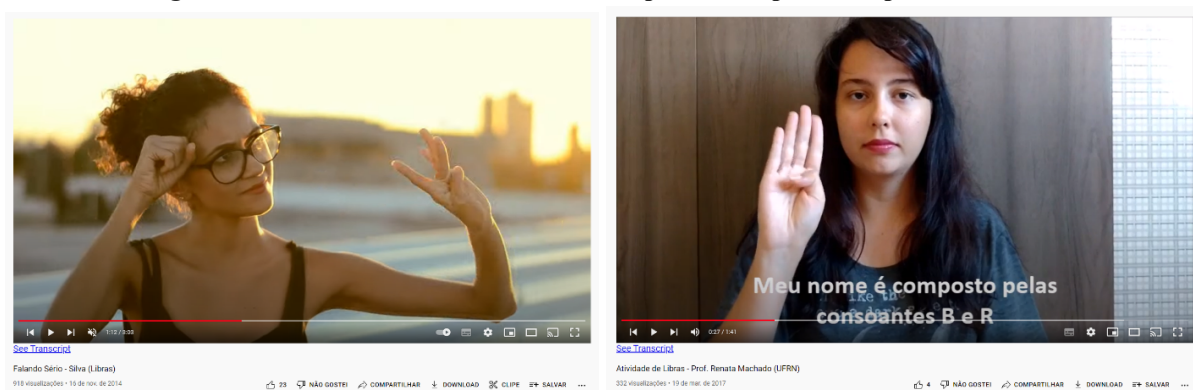


Fonte: [https://www.instagram.com/p/CfCM\\_KaOb2s/](https://www.instagram.com/p/CfCM_KaOb2s/)

### 6.2.1.7 DEMAIS VÍDEOS

Outros vídeos são desenvolvidos por alunos dos diversos cursos da UFRN, alguns são conteúdos simples feitos em Libras, tal como podemos ver na Figura 21 à direita, em que para atender a determinada atividade o aluno desenvolve um vídeo em Libras, armazena no *YouTube* e envia o *link* para o professor. Outros vídeos desenvolvidos pelos alunos são mais complexos, com traduções de textos e músicas, são apresentados como projeto final a disciplina, ou como apoio para apresentação de seminários, como podemos ver na Figura 21 à esquerda. Há, contudo, outros conteúdos desenvolvidos que não estão disponibilizados.

**Figura 21- Atividades realizadas em Libras por alunos para disciplinas na UFRN**



Fontes: <https://www.youtube.com/watch?v=WVD4YyDAFB4&list=PLVdyFp1-OzKZ7CMw1LT3KdA6ejpOaJ-nv&index=9>;

<https://www.youtube.com/watch?v=PmFiA6f5TiE&list=PLVdyFp1-OzKZ7CMw1LT3KdA6ejpOaJ-nv&index=5&t=27s>

## 6.2.2 SITES DA UFRN

A universidade possui uma infinidade de páginas na internet, dos mais diversos departamentos, a maioria não está acessível em Libras ou não possui conteúdos em Libras, o próprio sistema acadêmico, o Sigaa não é acessível em Libras. Contudo, existem alguns projetos que estão sendo desenvolvidos para tornar esses *sites* acessíveis em Libras, dentre eles, temos o portal da UFRN e o *site* da Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SIA).

### 6.2.2.1 PORTAL DA UFRN

O Portal da UFRN é complexo, existem diversos menus e informações, vídeos e textos, algumas das notícias foram traduzidas pelo Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais da UFRN, contudo, não estão sinalizados como acessíveis em Libras, o *site* utiliza um avatar para a tradução das informações de maneira geral. A seguir vemos a Figura 22 com o artigo: O mundo na palma das mãos, esse artigo foi traduzido e inserido no *site* como vídeo, a mídia está disponível para assistir no próprio *site* ou sendo direcionado ao *Youtube* para o canal Cícero Oliveira<sup>5</sup>. A maioria dos vídeos que estão acessíveis em Libras nesse portal estão inseridos no Canal UFRN que apresentamos anteriormente.

<sup>5</sup> Cícero Oliveira atua como jornalista e fotógrafo na Agência de Comunicação da UFRN.

**Figura 22 - Página do artigo O mundo na palma das mãos no site institucional da UFRN**

The screenshot shows the top navigation bar of the UFRN website with the logo and menu items: Institucional, Acadêmico, Serviços, Imprensa, Governança, Acesso à Informação, and Contato. Below the navigation bar, the date '22 de dezembro de 2017' is displayed. The article title 'O mundo na palma das mãos' is prominently featured. The author is identified as Marina Gadelha - ASCOM - Reitoria/UFRN. A video player is embedded, showing a woman in a black top performing sign language. The video title is 'O MUNDO NA PALMA DA MÃO (LIBRAS)'. A blue icon of two hands is visible on the right side of the video player. Below the video, there is a paragraph of text in Portuguese discussing the relationship between individuals and the world, and the role of sign language. At the bottom of the video player, there is a button that says 'Assistir no YouTube'.

22 de dezembro de 2017

**O mundo na palma das mãos**

Marina Gadelha – ASCOM – Reitoria/UFRN

O MUNDO NA PALMA DA MÃO (LIBRAS)

Assistir no YouTube

A relação de cada indivíduo com o mundo e a representação que fazemos a respeito do que nos cerca depende de fatores como os sentidos do corpo humano. Sua ausência ou intensidade modifica a maneira de interpretar a realidade e lidar com o próximo. As pessoas que não escutam intensificam a importância da visão e, mediante adaptações comunicativas, transferem a ação da fala para as mãos, que se tornam protagonistas de uma língua capaz de abrir horizontes até então perdidos no silêncio.

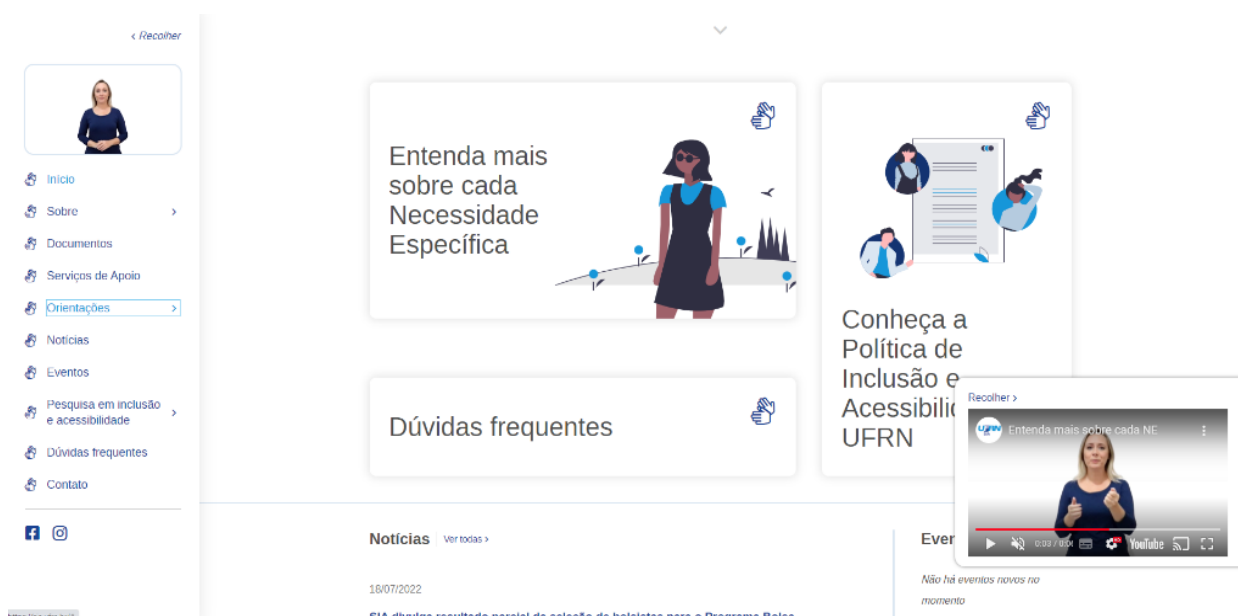
Esse modo de comunicação por sinais tem origem remota e foi aprimorado de acordo com o desenvolvimento da

Fonte: <https://www.ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/12640/o-mundo-cabe-na-palma-das-maos>

### 6.2.2.2 SITE DA SIA

O *site* da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) possui orientações, notícias, eventos, documentos e pesquisas na área da inclusão e acessibilidade destinado a comunidade universitária, e informações para a comunidade externa. A maioria das informações está acessível em Libras, um ícone azul no formato de mãos aparece ao lado do título indicando que este possui tradução em Língua de Sinais, quando clicamos em um desses ícones, uma janela com o intérprete aparece do lado direito da tela, trata-se de um vídeo armazenado no canal da SIA no *Youtube*, que já apresentamos anteriormente. Esses vídeos foram produzidos pelo Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) da UFRN, a tradução é referente a todo o conteúdo textual que abarca o título, como se pode ver na Figura 23 que se segue:

**Figura 23 - Página inicial do site institucional da SIA/UFRN**



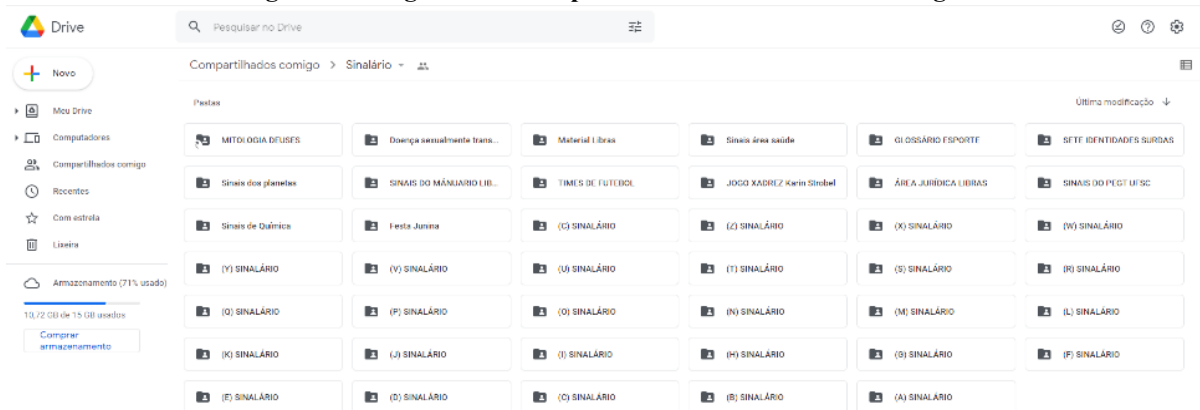
Fonte: <https://sia.ufrn.br/>

### 6.2.3 DRIVE NO GOOGLE

Com o intuito de tornar mais efetivo o serviço de tradução e interpretação, *Drives* com sinais-termo em vídeo foram criados, são palavras nas diversas áreas do conhecimento, muitas dessas foram criadas no decorrer de cursos e disciplinas, outras são compartilhadas por outros colegas pelo Brasil que estão na mesma atividade. Com isso o registro é feito e dessa forma outros colegas poderão utilizá-los futuramente.

A Figura 24 a seguir faz parte de um sinalário nacional, em que intérpretes dos mais diversos locais compartilham os sinais-termos, está dividido em pastas temáticas e também em pastas organizadas por letras alfabéticas, tais como um dicionário. Quando clicamos em uma das pastas podemos visualizar diversos vídeos com as palavras em Libras, no qual também podemos compartilhar os sinais de nossa região e áreas do conhecimento, trata-se de um *manuário*, apenas com a palavra e o vídeo, não contendo significados ou exemplos.

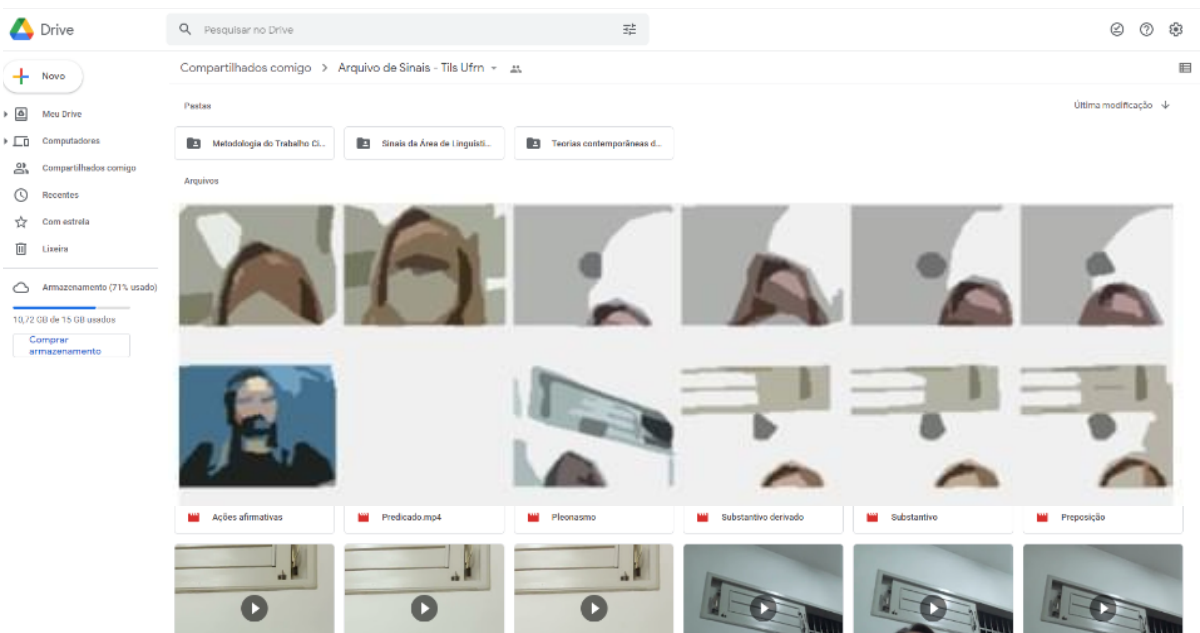
**Figura 24 - Página inicial da pasta Sinalário no *Drive* no Google**



Fonte: [https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B81tAhP1YdS5cmVDM2NYUIYzUIE?resourcekey=0-J\\_tWCVwM4n0WeSKTBirHew](https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B81tAhP1YdS5cmVDM2NYUIYzUIE?resourcekey=0-J_tWCVwM4n0WeSKTBirHew)

Na Figura 25 se pode visualizar outra pasta compartilhada no *Drive* do Google, essa está nomeada como Arquivo de sinais - Tils UFRN, essa pasta é composta por arquivos temáticos, de acordo com algumas disciplinas em que participamos como Intérpretes de Libras, outros arquivos estão soltos sem ligação temática. São vídeos curtos feitos de maneira improvisada pelos servidores intérpretes da instituição, apenas para registrar os sinais utilizados, criados ou descobertos no processo de tradução e interpretação na UFRN.

**Figura 25 - Página inicial da pasta Arquivo de sinais - Tils UFRN no *Drive* no Google**



Fonte: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/19wN6g44a4s9mM0hQvyHZRIENjZ0Lcs0G>

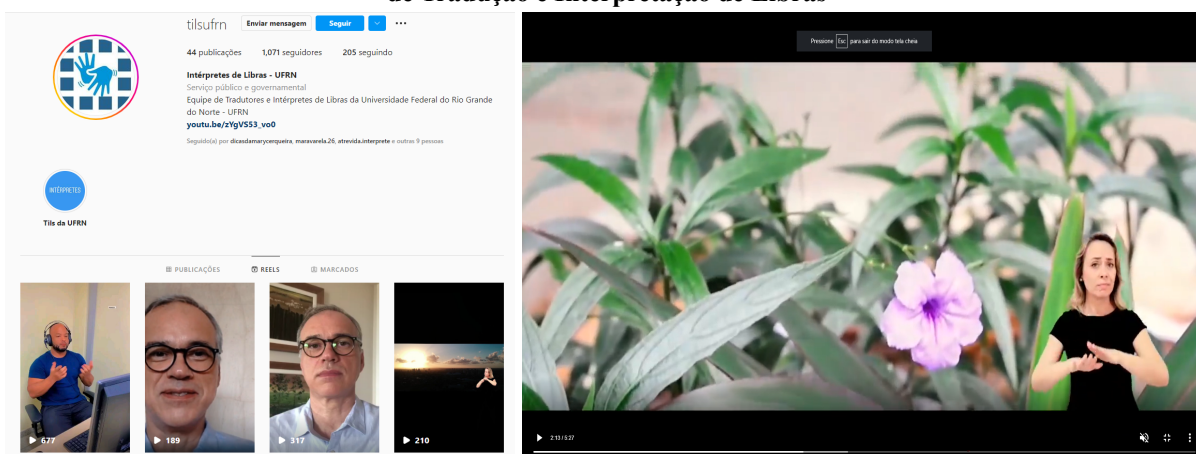
## 6.2.4 OUTROS

Ainda, podemos destacar mais dois ambientes informacionais que possuem materiais traduzidos em Língua de Sinais na UFRN, o Instagram e o *site* da Comissão permanente do Vestibular (Comperve). É importante ressaltar que essas plataformas apresentadas não possuem a totalidade dos materiais que foram traduzidos.

### 6.2.4.1 INSTAGRAM

O perfil do *Instagram* do Comitê de serviços de Tradução e Interpretação de Libras da UFRN (@tilsufnr) é composto em sua maioria por registros de fotos dos processos de tradução e interpretação de nossa instituição, contudo, como podemos ver na Figura 26, alguns materiais traduzidos são postados nessa plataforma, sobretudo por possuir uma maior visibilidade e dessa forma difundir as informações de maneira mais célere.

**Figura 26 - Perfil @tilsufnr à esquerda e à direita vídeo traduzido no Instagram pelo Comitê de serviços de Tradução e Interpretação de Libras**



Fontes: <https://www.instagram.com/tilsufnr/>; <https://www.instagram.com/reel/CAiIOXyAv4H/>

### 6.2.4.2 COMPERVE

O *site* da Comissão permanente do Vestibular (COMPERVE) da UFRN tem como finalidade, sobretudo, organizar concursos, processos seletivos e vestibulares, dessa maneira diversos materiais informativos, provas e editais foram traduzidos para a Libras. Na Figura 27, pode-se ver a página inicial do *site*, no qual contém no lado esquerdo da página principal um link nomeado como manuais para atendimento especial, dessa maneira o candidato ou o

interessado nessas informações pode verificá-las em Libras, na imagem a esquerda podemos verificar essa página e a versão em Libras no final da página.

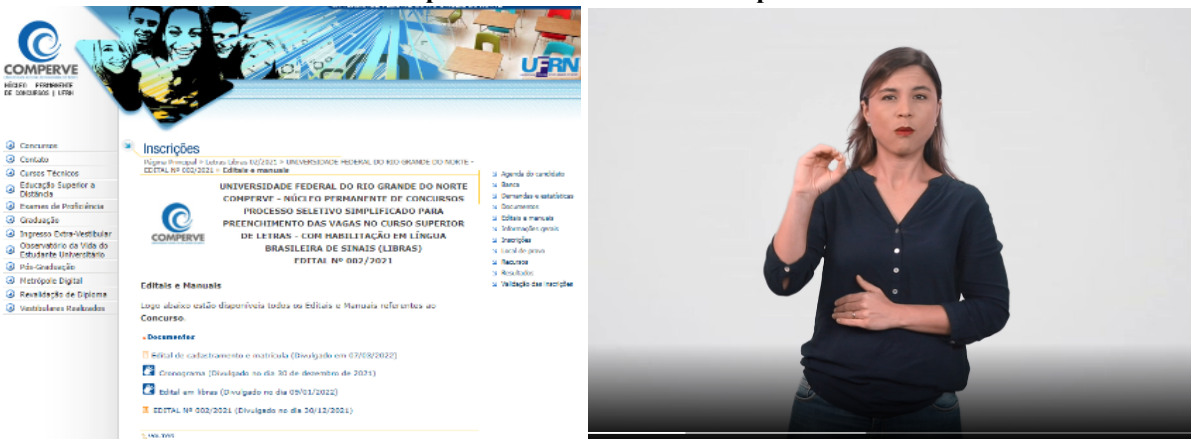
**Figura 27 - Página inicial á esquerda e à direita página de manuais para atendimento especial do site da Comperve/UFRN**



Fontes: <http://comperve.ufrn.br/index.php>; [http://comperve.ufrn.br/manuais\\_orientacao.php](http://comperve.ufrn.br/manuais_orientacao.php);

Como visto na Figura 28 abaixo à esquerda, se verifica a página destinada para o vestibular do curso de graduação do Letras Libras/ Língua Portuguesa, nesta página estão contidos os editais, informações, cronogramas e provas em Libras, um ícone azul no formato de mãos identifica que o conteúdo está acessível em Libras, à esquerda podemos notar esses ícones que direcionam para um vídeo na própria página, tal como está na Figura 28 abaixo à direita: o vídeo cronograma.

**Figura 28 - Página de processo seletivo para o curso Letras Libras a esquerda e à direita documento traduzido para a Libras no site da Comperve/UFRN**



Fontes: [http://comperve.ufrn.br/conteudo/graduacao/letras\\_202102/edital.php](http://comperve.ufrn.br/conteudo/graduacao/letras_202102/edital.php);  
[http://comperve.ufrn.br/conteudo/graduacao/letras\\_202102/documentos/cronogramaemLibras.mp4](http://comperve.ufrn.br/conteudo/graduacao/letras_202102/documentos/cronogramaemLibras.mp4)

Nesta seção, analisou-se os ambientes informacionais que contemplam os conhecimentos em Libras na UFRN, encontrou-se materiais em diversos canais no *Youtube*, bem como em sites institucionais da instituição e em redes sociais.

Na seção a seguir, se dará continuidade a pesquisa com a temática sobre Diretrizes para a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN.

### **6.3 ANÁLISE DOS PARÂMETROS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DE SINAIS-TERMOS, PARA VALIDAÇÃO E REGISTRO NA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA UM GLOSSÁRIO**

Nesta subseção se dá continuidade ao estudo sobre a sistematização do conhecimento em Libras. Desta forma, se apresentará o terceiro objetivo específico: analisar os parâmetros no processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário. Deste modo, será abordado primeiramente os aspectos linguísticos da Libras, parâmetros necessários para a criação de sinais-termos. Os aspectos linguísticos a serem apresentados foram organizados em cinco pontos: aspectos fonéticos, aspectos morfológicos, categorias gramaticais, flexões verbais e nominais e aspectos sintáticos. O segundo ponto pertinente a sistematização do conhecimento em Libras apresentado é o registro. Posto isto, a continuação, é explanado sobre a construção e validação de um ambiente informacional.

#### **6.3.1 ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA LIBRAS: PARÂMETROS NA CRIAÇÃO DE SINAIS**

Conforme já salientado anteriormente, apesar das diferenças entre as línguas de sinais (que é de modalidade visuo-espacial) e as línguas orais (de modalidade oral-auditiva), ambas seguem os mesmos princípios de línguas por possuírem léxico (conjunto de símbolos convencionados) e gramática (sistema de regras para o uso de seus símbolos convencionados). (PEREIRA *et al.* 2011)

Os sinais não são meras imagens desenhadas no ar, são símbolos abstratos, com estrutura, contendo léxico, sintaxe e a capacidade de gerar infinitas sentenças, como qualquer língua genuína. Com base nisso, foi definido por Stokoe três parâmetros fundamentais na formação de um sinal que são realizados simultaneamente, sendo eles: configuração de mãos, localização e movimento. Posteriormente, foi acrescentado por Battison um quarto parâmetro:

a orientação da palma da mão. Com o tempo, novos estudos incluíram traços não manuais, como as expressões faciais, a movimentação da boca e a direção do olhar. (PEREIRA *et al.* 2011) As línguas de sinais apresentam organização formal assim como as línguas orais, inclusive em nível sublexical, que é análogo ao nível fonológico das línguas orais, e um nível gramatical regendo a maneira como os sinais devem se combinar para formar frases e como estas, por sua vez, devem se unir para formar sentenças (seria este o nível morfossintático). (PEREIRA *et al.* 2011)

Assim sendo, como qualquer outra língua de sinais, a Libras precisa seguir regras para poder formar sinais e para organizar a estrutura de suas frases e discursos. Com base nisso, será apresentado a seguir algumas de suas características fonológicas, morfológicas e sintáticas. Será apresentado brevemente também suas categorias gramaticais, bem como se dá as flexões verbais e nominais na Libras. (PEREIRA *et al.* 2011)

### **6.3.1.1 ASPECTOS FONOLÓGICOS**

No processo de formação dos sinais é preciso levar em conta os parâmetros da língua, a saber: configuração de mão, localização, movimento, orientação da mão e traços não manuais. Isso se dá porque os sinais são formados através da combinação do movimento das mãos, como um formato específico, em um lugar, esse local pode ser no corpo ou em um espaço ao redor do corpo. (PEREIRA *et al.* 2011)

Ao formar um sinal é preciso levar em conta a configuração da mão que será adotada para aquele sinal, ou seja, a forma que a mão irá assumir ao realizar o sinal. Essa configuração da mão pode ser determinada com base na datilologia, pelo uso do alfabeto manual apresentado anteriormente, ou por outra das sessenta e uma configurações de mão encontrada na Libras que pode ser vista na Figura 29 abaixo, a ser realizada pela mão dominante ou ambas as mãos. (PIZZIO *et al.* 2009; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

Figura 29: Configuração de mão em Libras



LSB - LINGUA DE SINAIS BRASILEIRA LTDA.  
Largo São Francisco de Paula 26 sala 1221 Centro Rio de Janeiro RJ 20051-070 - e-mail LSB@LSBVideo.com.br Internet www.LSBVideo.com.br telefax (0xx 21) 2221-896  
CNPJ 03609449/0001-03 INSC ML/MIC 02737779 INSC EST 77129616

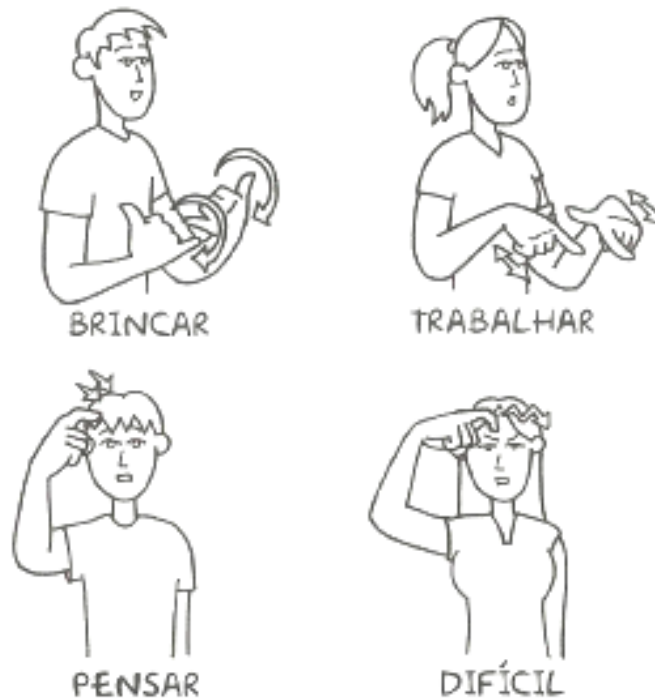
Fonte: Pizzio *et al.* (2009, p. 15)

Outro fator a ser considerado na formação de um sinal é a localização em que esse sinal será articulado, podendo este ser em algum lugar no corpo ou em algum lugar no espaço à frente do sinalizante (chamado de “espaço neutro”). Quando o sinal exige contato da mão no corpo do sinalizador, esse espaço é limitado, indo desde o topo da cabeça até a cintura. (PIZZIO *et al.* 2009; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

A localização dos sinais que exigem contato com o corpo podem ser mais precisos, como aqueles que são feitos, por exemplo, na ponta do nariz, ou podem ser mais abrangentes, como os feitos à frente do tórax. Para ilustrar, veja a Figura 30 que mostra sinais cuja localização exige o contato da mão com uma parte do corpo, neste caso, a cabeça por se tratar

dos sinais “pensar” e “difícil” e também dois sinais que são realizados em frente ao corpo, ilustrado na figura os sinais de “brincar” e “trabalhar”. (PIZZIO *et al.* 2009; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

**Figura 30: Exemplos de localização em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 63)

É preciso levar em conta também o movimento que esse sinal ganhará, levando em conta quatro pontos importantes: o tipo (podendo articular o pulso, a mão, abrindo e/ou fechando os dedos, ou dobrando-os ou estendendo-os), a direção (se será em uma única direção, ou duas, ou várias direções), a maneira (refere-se a qualidade, tensão e a velocidade do movimento) e a frequência (quanto a se eles serão simples ou repetidos), indicando assim uma posição no espaço ou no corpo. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

Quanto a orientação das palmas das mãos leva-se em consideração para qual direção a palma da mão apontará ao manifestar o sinal, ou seja, se ela estará posicionada para cima ou para baixo; em direção ao corpo ou para frente; para direita ou esquerda; de lado virada para dentro do corpo (contralateral) ou de lado, virada para fora do corpo. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

Os traços não-manuais referem-se às expressões faciais, movimento do corpo e direção do olhar. Eles acompanham determinadas estruturas, tendo um escopo bem definido

sobre o sinal que está sendo produzido. As marcações não-manuais incluem movimentos elaborados com a cabeça, materializando-a para direita/esquerda, inclinando-a para frente/trás; com a face por meio das sobrancelhas, olhos, bochechas, língua, lábios, nariz; ou com o tronco, inclinando-o para frente/trás ou por meio do balanceamento dos ombros. (PIZZIO *et al.* 2008; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

Em alguns casos, quando se quer usar o grau aumentativo ou diminutivo na língua de sinais, só é preciso modificar a expressão facial, mantendo o sinal. Um exemplo disso pode ser visto na Figura 31, onde o sinal nas três imagens é o, a saber, é o sinal para “lindo”, porém com a modificação da expressão facial (uma marcação não-manual), é possível obter um significado diferente, em um caso referindo-se à "lindinho" e no outro a “lindíssimo”. (PIZZIO *et al.* 2008; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

**Figura 31: Exemplo de traços não-manuais em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 65)

Algo importante a ser considerado na formação de sinais são os **traços distintivos** da Libras. Na Libras, assim como se dá na Língua Portuguesa, a mudança de um traço distintivo resulta em um vocábulo diferente, em outras palavras, há sinais que modificando apenas um dos seus traços, muda totalmente o seu significado. No Português isso fica claro na substituição do fonema /f/ para /v/ resultando na mudança da palavra “faca” para “vaca” e de /p/ para /b/ resultando na mudança de vocábulo de “pomba” para “bomba”. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

O mesmo se dá também em Libras, em determinados casos, quando se muda algum de seus parâmetros acaba resultando em uma palavra diferente. Um exemplo desse traço distintivo em Libras pode ser visto na Figura 32 a seguir onde observa-se o sinal das palavras “aprender”, “sábado” e “ouvinte”, em que a mudança do parâmetro *localização* resulta em palavras diferentes, apesar dos parâmetros *configuração de mão* e *movimento* permanecerem os mesmos em todos eles. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

**Figura 32: Exemplo de traços distintivos em Libras**

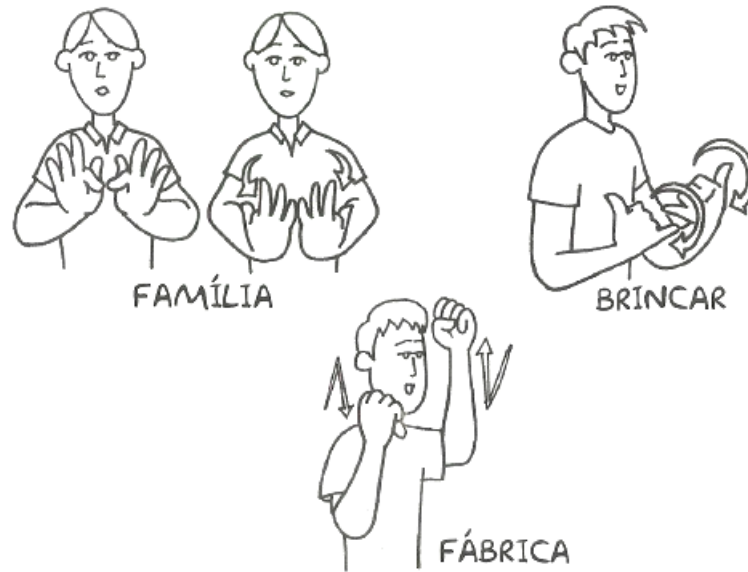


Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 66)

É preciso levar em conta também que existem regras quanto às combinações possíveis e não entre os parâmetros da Libras, assim como se dá na língua Portuguesa quanto ao uso das consoantes e vogais para a formação de um vocábulo etc. Por exemplo, na Língua Portuguesa há a regra de que não pode haver mais de duas consoantes seguidas em uma mesma sílaba. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

Em Libras existe a **Condição de Simetria**. Quando um sinal é feito com as duas mãos, ambas precisam se movimentar de forma simétrica, logo, elas devem ter a mesma configuração de mão, mesma localização ou localização simétrica e movimento simultâneo ou alternado. Pode ser visto exemplo disso na Figura 33 abaixo, com os sinais de "família", "brincar" e "fábrica", que são feitos com as duas mãos e ambas levam as mesmas configurações de mão e movimento, sendo ele no caso de "família" simultâneo e alternado nos outros dois casos. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.* 2011)

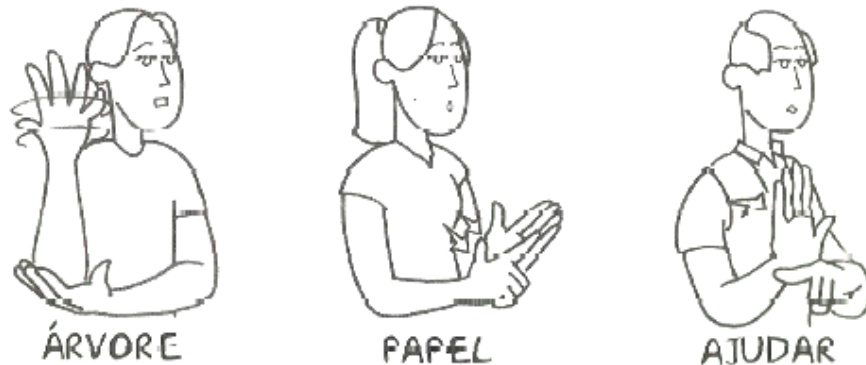
**Figura 33: Condição de Simetria**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 69)

Outra regra restritiva de origem linguística ao formar vocábulos em Libras é a da **Condição de Dominância**, quando a configuração das mãos forem diferentes, apenas uma das mãos se move, a mão ativa (podendo ser a mão direita no caso dos destros e a mão esquerda no caso dos canhotos) e a outra mão serve de apoio, dito de forma mais simples, nesses casos uma das mãos deve sempre ser dominante enquanto a outra serve de apoio para a sinalização, como pode ser visto na Figura 34 abaixo na representação das palavras “árvore”, “papel” e “ajudar”. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 34: Condição de Dominância**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 69)

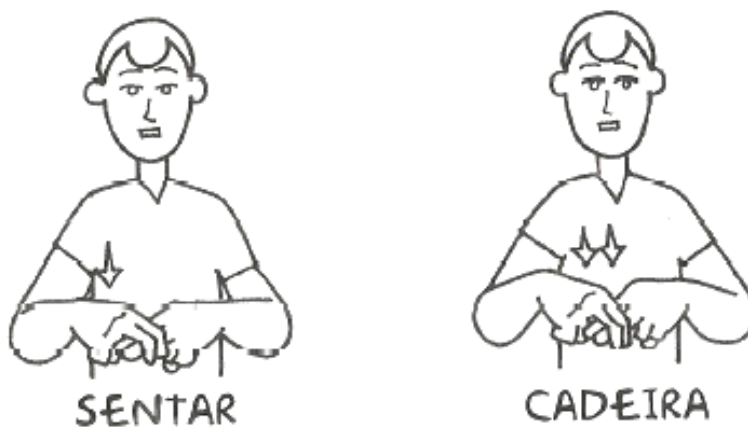
### 6.3.1.2 ASPECTOS MORFOLÓGICOS

Morfologia é o ramo da linguística encarregado de estudar a estrutura interna das palavras e os processos que levam à sua construção a partir dos morfemas (suas partes componentes), ou seja, das unidades mínimas de significado, aqueles pequenos pedaços de palavras que por si só tem significante e significado e quando junto a outras palavras dão origem a novas palavras, como pode ser observado no caso das palavras *ilegal*, *irreal*, *ilógico* no Português, em que o morfema *-i* tem o significado de negação. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010)

Assim como na língua Portuguesa, a Libras tem léxico e recursos que permite a criação de novas palavras. Contudo nas línguas orais geralmente palavras complexas são formadas com o acréscimo de prefixo ou sufixo na palavra raiz e nas línguas de sinais a raiz recebe o acréscimo de movimentos e contornos no espaço em que é feita a sinalização. (PEREIRA *et al.*, 2011)

Algo comum na criação de um novo sinal em Libras é a derivação de nome de verbos ou vice-versa pela mudança no movimento, encurtando-o quando se trata de um verbo, como acontece com a palavra “sentar” e “cadeira”, representados na Figura 35, que compartilham das mesmas configurações de mãos, localização e orientação, diferindo-se apenas no que tange ao movimento, sendo este mais longo em "sentar" e mais curto e repetido em “cadeira”. (PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 35: Exemplo de derivação em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 70)

Outro processo comum na criação de sinais em Libras é o processo de composição, onde dois sinais se combinam, gerando um sinal composto ao se referir a um determinado vocábulo, como é o caso da palavra “escola” (composta em Libras por “casa” + “estudar”) e da palavra “igreja” (que é a junção das palavras “casa” + “cruz”), que pode ser vista suas representações na Figura 36 abaixo. (PEREIRA *et al.*, 2011)

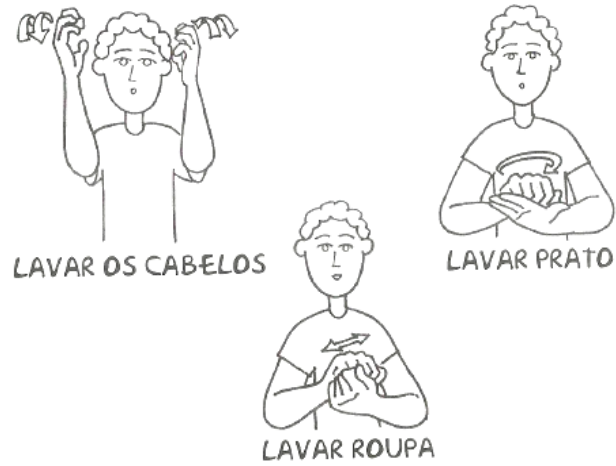
**Figura 36: Exemplo do processo de composição em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 71)

Ainda uma outra maneira de criar um novo sinal em Libras é por incorporar um argumento, ou um numeral, ou uma negação. A técnica de incorporar um argumento nos sinais em Libras é bastante utilizado devido a característica visual e espacial das línguas de sinais. Essa técnica consiste em modificar os parâmetros do sinal para se adequar ao objeto em questão, como se dá como o sinal de “lavar”, conforme pode ser visto na Figura 37 abaixo. O sinal de “lavar” apresenta características diferentes a depender de qual objeto está sendo lavado (aquele que está sofrendo a ação), representando muitas vezes a forma como se executa essa ação. (PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 37: Incorporação de argumento**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 72)

Quanto a incorporação de numeral, esta se dá quando se modifica a configuração de mão do sinal de acordo com a quantidade numeral que se quer expressar, como no caso de quantidade de meses, dias, horas ou vezes, em que os parâmetros localização, orientação e traços não-manuais se mantêm, acrescentando apenas a quantidade que deseja expressar. A Figura 38 ilustra como se dá o acréscimo de números indicando a quantidade de meses e também nos casos para indicar a duração das horas. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 38: Incorporação numeral**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 73)

Por fim, a incorporação da negação pode se dar através da alteração do movimento, mudando a direção. Geralmente o movimento do sinal passa a se direcionar para fora e as palmas das mãos também para fora, como pode ser observado na Figura 39 que mostra o caso da expressão “não querer”. Enquanto “querer” se manifesta com as palmas das mãos para cima, “não querer” tem movimento com as palmas das mãos que se iniciam voltadas para cima e depois se inclinam voltando-se para baixo. É importante salientar que no caso dos verbos, sua forma negativa deve vir acompanhada da cabeça indicando negação com seu meneio e expressão facial negativa. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

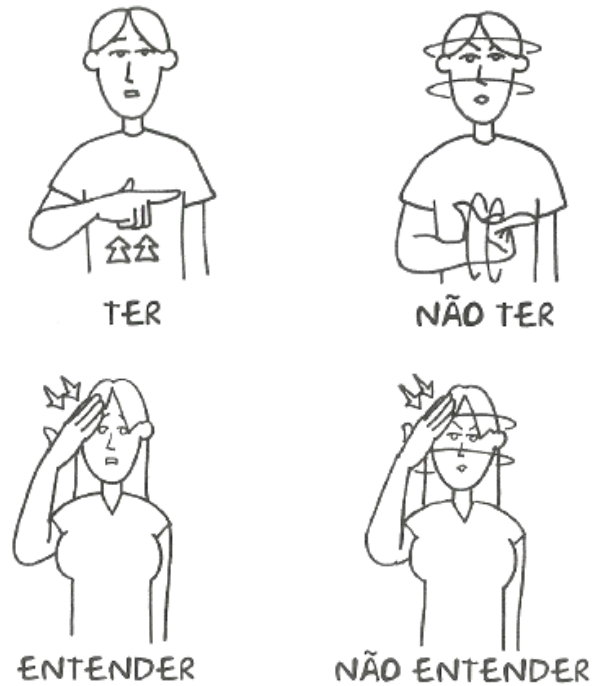
**Figura 39: Incorporação de negação**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 74)

É possível incorporar negação também acrescentando a movimentação da partícula negativa “não” ao que está sendo negado, onde é produzido uma oscilação em que a configuração da mão é mantida, mas o ponto de articulação é modificado, como acontece com a palavra “ter” e “não ter”, vista na Figura 40. Já em outros casos o sinal não se modifica, porém acrescenta-se o movimento de negação com a cabeça e uma expressão facial negativa, como se dá com as palavras “entender” e “não entender”. (PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 40: Incorporação de negação em Libras**

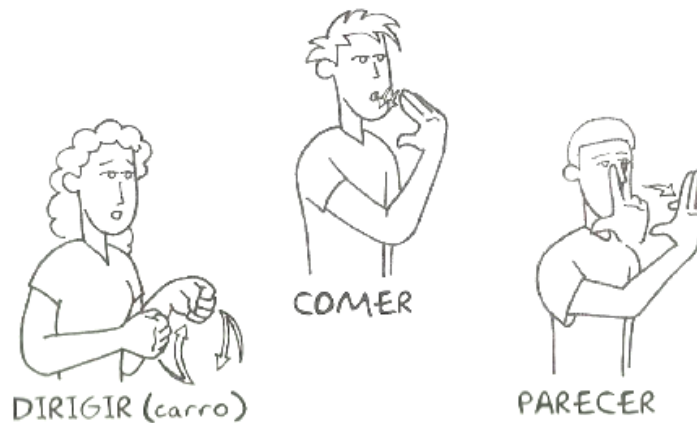


Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 75)

### 6.3.1.3 CATEGORIAS GRAMÁTICAS

Assim como no Português, a Libras tem substantivos, verbos, pronomes, advérbios, adjetivos, numerais etc. Os verbos em Libras são divididos em três classes, sendo elas: simples, direcionais e espaciais. Os verbos simples não se flexionam em pessoa e números, nem admite afixos locativos. A Figura 41 mostra o exemplo de alguns desses tipos de verbos: “dirigir”, “comer” e “parecer”. (PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 41: Exemplo de tipos verbais em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 76)

Os verbos direcionais admitem concordância de pessoa, número e aspecto, porém também não se pode adicionar a eles afixos locativos. A concordância é feita através do movimento que se origina no sujeito da ação e se desloca em direção ao objeto da oração (seu destino), assim quando o movimento parte do locutor em direção ao interlocutor como acontece com o sinal de “perguntar”, significa que “eu estou perguntando para você” e quando é produzido em sentido contrário significa que “você está perguntando para mim”, como pode ser visto na Figura 42 abaixo. (PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 42: Exemplo de verbos direcionais em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 77)

Verbos espaciais são aqueles que possuem afixos locativos, de tal modo que precisa indicar espacialmente a localização da ação, como pode ser visto na Figura 43, indicando o caso dos verbos “ir”, “chegar” e “por” que precisam de uma indicação no espaço de onde se deseja concluir a ação do verbo. (PEREIRA *et al.*, 2011)

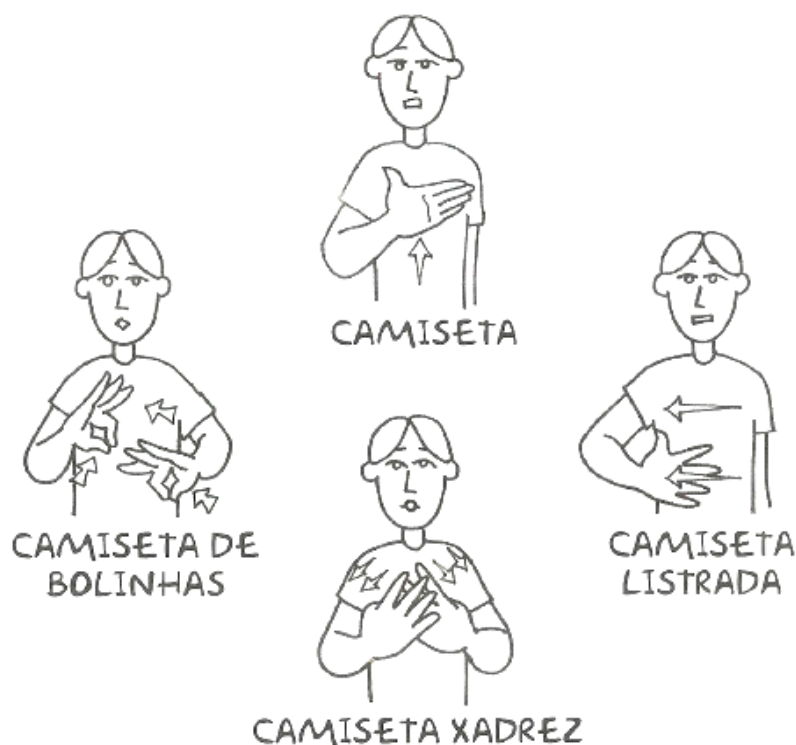
**Figura 43: Exemplo de verbos espaciais**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 78)

Em Libras os adjetivos não recebem marcação de gênero masculino ou feminino nem de número para singular ou plural. Quando o adjetivo descreve a qualidade do objeto, em Libras, desenha-se ele no ar, por assim dizer, ou então mostra-o no objeto ou no corpo do locutor, como no caso em que se quer dizer que alguém está usando uma blusa xadrez, assim o locutor faz o sinal de “blusa” e então o desenho que remete a “xadrez” em seu próprio corpo, como pode ser visto na Figura 44, onde se exemplifica também o mesmo esquema para se dizer em Libras que uma camisa é de bolinhas ou listrada. (PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 44: Exemplo de adjetivos de objetos em Libras**

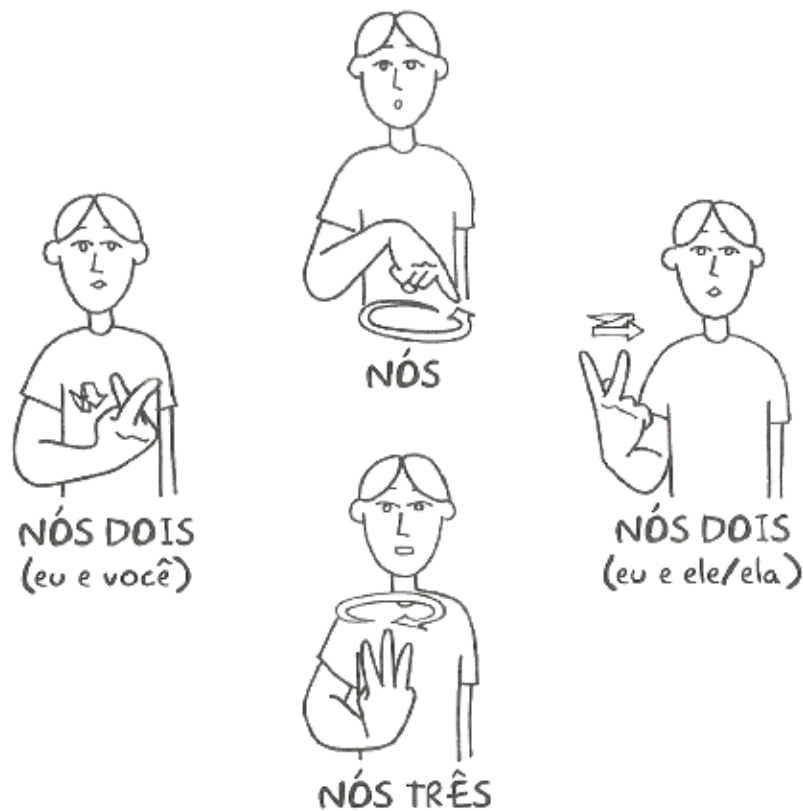


Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 79)

No caso dos **pronomes** pode-se destacar os pessoais e os possessivos. Os pronomes pessoais são obtidos por se apontar com o dedo indicador representando se está se tratando de “eu” (nesse caso a pessoa que fala aponta para si mesmo), “você” (apontando com o dedo indicador para o interlocutor) ou “ele/ela” (quando se aponta para alguém que não está na conversa em um lugar estabelecido no espaço), este último podendo se referir a alguém presente no momento da fala ou um ponto espacial representando a terceira pessoa. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

Enquanto no singular todas as pessoas têm o mesmo sinal diferindo-se apenas na direção da mão para onde se aponta, no plural o formato do numeral indicará a quantidade e ao se apontar para pessoas ou lugares mostrará se está se referindo a “nós”, “vós”, “vocês” ou “eles” (dois, três, quatro, etc.). Cabe ressaltar que a marcação da terceira pessoa pode ser feita também apontando-se para alguém que esteja de forma presencial ou para um ponto estabelecido no espaço. O exemplo apresentado na Figura 45 corresponde às diferentes formas de usar o pronome “nós” em Libras, onde precisa destacar a quem se refere a expressão. Cabe salientiar que o mesmo se dá no uso dos pronomes pessoais “vocês” ou “eles”. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 45: Pronome pessoal “nós” em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 80)

Os **pronomes possessivos** seguem esses mesmos princípios de expressão dos pronomes pessoais e também são realizados por meio de apontação, diferindo-se apenas no fato de que são apresentados com a mão configurada em “K” para as três pessoas, como pode ser visto no exemplo da Figura 46. O olhar no caso de ambos os tipos de pronomes deve estar sempre fixo no interlocutor. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

**Figura 46: Exemplo de pronomes possessivos em Libras**



Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 81)

Os **classificadores** são formas que representam o sujeito ou o objeto relacionado à ação, denotando alguma de suas características salientes ou imputadas. Quando em uma sentença eles funcionam como partes dos verbos de movimento ou localização. Eles representam a forma e tamanho de um objeto, o modo como um objeto é manipulado ou como ele se comporta diante da ação verbal, ou a expressão corporal de um personagem. Muitas vezes nos casos de narrativas o classificador é usado referindo-se a um personagem ou objeto apresentado anteriormente por um sinal. (PIZZIO *et al.*, 2009; PEREIRA *et al.*, 2011)

#### 6.3.1.4 FLEXÃO VERBAL E NOMINAL NA LIBRAS

A **flexão verbal** de número em Libras é usada para o verbo indicar a concordância numeral a que se refere (um, dois, três ou mais), direcionando-se ao ponto estabelecido no espaço ou a uma referência generalizada de todos eles. (PEREIRA *et al.*, 2011)

Quando essa flexão é de aspecto ela se relaciona às formas e duração do movimento, podendo ser pontual, continuativo, durativo e interativo, obtido com a mudança do movimento e/ou da configuração de mão. Um exemplo disso é o caso do sinal de “falar” que se feito apenas uma vez indica que “ele falou” (de forma pontual), mas quando o sinal é repetido exaustivamente significa que “ele fala sem parar”. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

Outro exemplo de flexão verbal é o que ocorre com o sinal de “olhar”, quando feito uma única vez significa que “ele olhou” pontualmente e quando esse sinal é feito um pouco mais demorado (de forma durativa) significa que “ele ficou olhando/observando”. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

A força da flexão de aspecto faz com que a ordem comum da frase em Libras que geralmente segue a sequência Sujeito-Verbo-Objeto, sofra uma realocação, onde o verbo, que deveria estar entre o sujeito e o objeto, passe a ocupar a posição final da frase, estando essa sentença agora seguindo a sequência: Sujeito-Objeto-Verbo+aspecto. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA et al., 2011)

A **flexão do tempo** em Libras é diferente da flexão temporal da língua Portuguesa. Em Libras não se flexiona o verbo, mas acrescenta-se um advérbio de tempo indicando se a ação está no presente (nesse caso com o uso do advérbio “hoje” ou “agora”), no passado (com o acréscimo do advérbio “ontem”, “anteontem” etc.) ou no futuro (usando o advérbio “amanhã”, “próxima semana” etc.). Quando o tempo verbal é indefinido usa-se antes da sentença o sinal de “passado” ou “futuro”. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA et al., 2011)

Ao manifestar tempo as relações espaciais também são importantes, assim que, quando se trata de um futuro próximo, o movimento é direcionado para a frente é curto e quando é um futuro distante esse movimento é mais longo. O mesmo recurso pode ser usado ao se expressar o passado, contudo esse conta também com recurso da repetição do movimento. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA et al., 2011)

A **flexão nominal** em Libras se dá de forma diferente de como se dá na Língua Portuguesa. A flexão de gênero em Libras não é realizada modificando-se os nomes, como se dá no Português oral, não, em Libras essa mudança vem por se acrescentar o “homem” ou “mulher” antes do sinal, independentemente de serem pessoas ou animais, indicando assim o gênero masculino ou feminino, como pode ser visto na Figura 47 que mostra o exemplo da palavra “tio” ou “tia”, onde é preciso antepor ao sinal a marcação do gênero. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA et al., 2011)

**Figura 47: Exemplo de flexão nominal em Libras**



Fonte: Pereira et al. (2011, p. 87)

A **flexão numeral** dos substantivos se dá na maioria das vezes por repetir o sinal para indicar o plural, ou pela anteposição ou posposição da referência do número, ou por realizar um movimento semicircular abrangendo as pessoa ou objetos da ação. É possível marcar o plural também com o auxílio de um classificador representado repetidamente, significando que não se trata de apenas um sujeito ou objeto. (PEREIRA et al., 2011)

### 6.3.1.5 ASPECTOS SINTÁTICOS

Sintaxe é a área da gramática que se concentra na estrutura da sentença. A junção de morfemas (menor signo linguístico) dão origem a novas palavras, que, por sua vez, combinadas com outras palavras formam signos maiores, as chamadas sentenças. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010)

A sintaxe se ocupa nas combinações das unidades significativas das frases como parte do discurso verificando sua competência e desempenho linguístico. Assim, ao falante de uma língua elaborar uma frase, é possível ser julgado se essa sentença está gramaticalmente correta ou não. Os aspectos sintáticos das línguas sinais estão ligados ao campo visuo-espacial. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010)

No nível sintático, usa-se o espaço para estabelecer as relações gramaticais entre os referentes, assim, estabelece-se um local de referência no espaço, então, se direciona a cabeça e os olhos ao sinal produzido no espaço escolhido, também pode usar do recurso de apontação antes do sinal para fazer referência a um sujeito, objeto, lugar etc., usar um classificador, em uma localização particular representando um sinal ou referente e assim por diante. (PIZZIO *et al.*, 2009; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010)

Outro aspecto sintático importante da Libras é o uso do verbo direcional para incorporar o referente no espaço. Eles têm a função de concordar com o sujeito e/ou com o objeto da sentença produzida. Ao usá-lo, o sinalizador estabelece um ponto no espaço que será o referencial para indicar tal elemento todas as vezes que for mencioná-lo, então todas as vezes que o sinal se direcionar para esse ponto, estará se referindo a ele. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010)

Essa concordância pode ser feita tanto com a apontação quanto pelas marcações não-manuais, como: direção do olhar; a marcação negativa; a marcação interrogativa; o foco e; o tópico. Nas marcações não-manuais, a contração de olhos, boca, testa, sobrancelha têm função linguística e não se referem a expressões emocionais. (DI NONATO; OLIVEIRA, 2010)

Quanto a ordem básica das frases em Libras, a forma predominante é a da formulação da sentença seguindo a sequência SUJEITO-VERBO-OBJETO (SVO), esta determina o domínio do aspecto formal da língua pelo sinalizador e as demais ordens frasais gramaticalmente aceitas em Libras são derivadas dela. (PIZZIO *et al.*, 2008; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

É importante salientar que a ordem SVO na Libras prevalece quando o sujeito e o objeto estão explícitos na sentença, caso contrário outras formas de sentenças são aceitas, como a OSV, SOV e VOS em alguns casos específicos. (PIZZIO *et al.*, 2008; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

Uma outra ordem de formulação das frases em Libras, amplamente utilizada, principalmente por surdos não-oralizados, é a do tópico-comentário. Quando se trata de uma frase interrogativa, o princípio de tópico-comentário é feito usando a partícula interrogativa no final da frase e nas formulações gerais das frases, o objeto precede o verbo. Na Libras, parece que o marcador não-manual traz um tipo de traço adicional que permite legitimar mudanças na ordem das palavras. (PIZZIO *et al.*, 2008; DI NONATO; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2011)

### **6.3.2 LIBRAS: PARÂMETROS NO REGISTRO DE SINAIS**

Nas últimas décadas o progressivo aumento da comunidade surda na área de educação (tanto na básica quanto na superior) tem levado a um aumento expressivo da necessidade de docentes bilíngues e intérpretes de Libras nas instituições de ensino e sobretudo a necessidade da criação dos chamados sinais-termo (itens lexicais da Libras usados para nomear conceitos usados em áreas específicas) para identificar conceitos em áreas que antigamente não era comum a comunidade surda e, por tanto, não tem sinais para se referenciar a termos ou conceitos da área, tornando difícil a plena tradução e, por sua vez, compreensão dos assuntos específicos, crescendo também a necessidade de obras lexicográficas para registrar e divulgar esses novos itens lexicais (conjunto de palavras). (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

No Brasil destaca-se o *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue* de Capovilla e Raphael, ampliado e republicado em 2009, quando se trata de uma obra em formato impresso. Já em formato digital, destaca-se o *Dicionário Bilingue Português/Libras e Libras/Português* de Rocha, produzido e distribuído pelo INES, com edições datadas em 2003 e 2005, em que

pode ser feita pesquisa tanto em Português (em ordem alfabética), quanto em Libras, pela configuração de mãos. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Quando se trata de expressar palavras específicas referentes a determinadas áreas, há uma crescente produção de glossários Português-Libras a fim de registrar a criação desses novos sinais, bem como propostas e projetos de criação de dicionários com o mesmo intuito disponibilizados na internet, como é o caso do *Manuário Acadêmico e Escolar* do INES resultante de uma ação de pesquisa desde 2012, com um acervo aproximado de mil sinais da área de Pedagogia e afins. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

O *Manuário* do INES tem o objetivo de lidar com a linguagem acadêmica tanto em Português quanto em Libras, conferindo a esta última o status de língua de instrução tanto quanto a língua Portuguesa, dando igualdade de acesso ao conhecimento a alunos surdos assim como se dá a ouvintes, legitimando sinais-termos da Libras relacionados a área escolar e acadêmica. Levando em conta o caráter viso-espacial da Libras, o *Manuário* estruturou-se em apresentação visual de conteúdos, disponível em um *site*, distinguindo-se assim de um dicionário em forma impressa. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Ao tentar elaborar um acervo para registrar o conjunto de palavras existentes em um idioma ou determinada área desta língua, é feito um estudo lexical. Três disciplinas são essenciais nas chamadas Ciências do Léxico: a Lexicologia se preocupa com o léxico das línguas de forma geral; a Terminologia se concentra nos itens lexicais especializado de determinada área do conhecimento; e a Lexicografia se concentra na construção de instrumentos de registro desses termos, por meio de glossários, dicionários etc., em que se estuda o que já se tem e elabora-se um estudo detalhado das metodologias e teorias da elaboração do mesmo. Quando se tem interesse em elaborar terminologias referentes a uma área específica deve-se considerar também disciplinas referentes a Terminografia, Lexicografia Terminológica ou Lexicografia Especializada. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

A Terminologia como disciplina de estudo começou a se popularizar a partir da década de 69, na Áustria, através dos estudos do professor Eugen Wuster com o intuito de controlar e uniformizar mundialmente o uso de terminologias, criando assim a Teoria Geral da Terminologia, que a partir da década de 90 passa a sofrer uma revisão crítica culminando na Teoria Comunicativa da Terminologia que enfatiza agora a necessidade de descrever os termos, em vez de normatizá-los, mostrando seu contexto de uso e as variações linguísticas. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Com isso, os atuais estudos lexicais especializados focam-se nas dimensões linguísticas e pragmáticas, analisando as características gramaticais e constituintes dos termos, bem como também os entornos dos discursos que levaram a seu surgimento e onde é utilizado, podendo identificar suas variantes e diferentes contextos em que ele pode ser usado contendo distintos sentidos. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

A lexicografia bilíngue no Brasil é um campo de grande expansão sobretudo nas últimas décadas, contudo suas edições ainda se limitam a línguas estrangeiras como inglês, francês, espanhol, alemão etc. publicando uma ampla gama de dicionários, concentrando-se assim nos idiomas majoritários ocidentais, tendo ainda poucos e escassos materiais lexicográficos no que se refere a Libras, embora seu repertório lexical tenha tido um grande crescimento nos últimos anos. Em geral, esses registros em Libras se limitam a listas ou glossários temáticos referenciando ao dia a dia dos surdos. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Como os registros em vídeos só passaram a ser facilmente disponível recentemente, a maioria dos poucos registros até então existentes se limitam a ilustrações e/ou longas explicações sobre a realização dos sinais, não contemplando assim adequadamente a melhor forma de transmissão e conseqüentemente de compreensão de um sinal, uma vez que a melhor forma de registrar uma língua visual é dando-lhe movimento, ou seja, registrando em forma de vídeo. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Graças aos avanços tecnológicos permitindo produzir e compartilhar vídeos na internet já existem inúmeros glossários terminológicos em Libras, também chamados de sinalários, principalmente no *Youtube*. Contudo, essas produções são frutos de iniciativas individuais, de grupos ou instituições, não tendo, assim, uma padronização em sua apresentação visual e nem todos apresentam definição dos sinais-termo. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

É possível, também, encontrar em ambientes virtuais, em sua maioria em forma de *blogs*, materiais com o objetivo de divulgar termos em Libras para auxiliar no trabalho de tradutores-intérpretes dessa língua, apresentados em listas ou glossários bilíngues, muito embora muitos dos acervos em Libras sejam divulgados por determinados grupos, tendo acesso restrito unicamente para seus membros. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

### 6.3.2.1 ESCRITA DA LÍNGUA DE SINAIS

Por muito tempo se considerava a língua de sinais como não tendo escrita, ou seja, como sendo uma língua ágrafa. Esse conceito vem mudando no decorrer do tempo. Não importa qual seja a modalidade da língua (oral ou visual), para manifestá-la na forma escrita é preciso haver, de certa forma, uma convenção da realidade num conjunto de símbolos, constituindo, assim, um sistema de representação dela, por isso há diferentes formas de representá-la, como a escrita pictográfica, ideograma chinês etc. conforme pode ser visto na Figura 48 abaixo. (GESSER, 2012)

Figura 48: Diferentes representações de escrita



Fonte: Gesser (2012, p. 42)

A história do surgimento do sistema de escrita de sinais (também conhecido como *SignWriting*) remete-se ao ano de 1974 na Dinamarca, onde Valerie Sutton criou um sistema de escrita para registrar os movimentos das danças de seus alunos. Com isso, pesquisadores

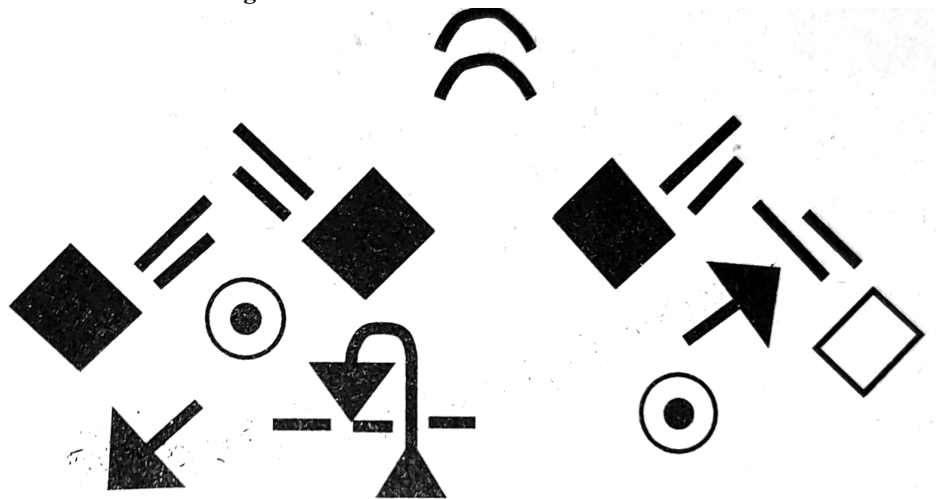
da língua de sinais dinamarquesa se inteiraram do assunto a fim de convertê-lo em seu tão desejado sistema de escrita de línguas de sinais. (GESSER, 2012)

Essa transição da escrita de sinais da dança para a escrita da língua de sinais se deu quando a Universidade de Copenhagen fez uma parceria com Sutton que lhes apresentou seus registros gravados em vídeo cassete. A partir de então, estudos foram sendo organizados e desenvolvidos, resultando num sistema de escrita que pode ser aprendido e ensinado. E passou de um sistema antes era escrito à mão livre para um sistema que pode ser escrito no computador. (GESSER, 2012)

Esse sistema de escrita pode ser aplicado na representação de qualquer língua de sinais do mundo sem precisar que traduzi-la para a língua falada e só então registrar na escrita, com ela a escrita é direta na sua própria língua, sendo necessário apenas que cada língua de sinais de cada país a adapte para sua própria ortografia. (GESSER, 2012)

Um grande desafio da escrita de sinais é torná-la concisa e clara, já que alguns sinais são muito complexos, dificultando seu registro em escrita, como pode ser visto na Figura 49 abaixo que representa a grafia da palavra chocolate em língua brasileira de sinais. contudo no decorrer dos anos, a escrita de sinais vai se desenvolvendo e melhorando. (GESSER, 2012)

**Figura 49: Chocolate em escrita de Libras**



Fonte: Gesser (2012, p. 43)

O sistema brasileiro de escrita de sinais ainda está, de certa maneira, em fase de experimentação, uma vez que ainda não é amplamente divulgado e ainda está em processo de padronização, por assim dizer, para que se possa converter-se em um sistema, no qual um determinado sinal sempre seria escrito com o mesmo “grafema”, diferente da forma atual que sofre variação de escrita a depender da pessoa que está usando. Sendo assim, se faz necessário

estudos para melhor compreender o uso dos símbolos, e também, maior divulgação do mesmo para se criar uma tradição de letramento na escrita da Libras na sociedade. (GESSER, 2012)

### **6.3.3 CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE AMBIENTES INFORMACIONAIS EM LIBRAS**

A construção de um dicionário bilíngue com termos multidisciplinar acadêmico precisa levar em conta fatores relacionados tanto às características gerais do repertório, como por exemplo de que forma os verbetes ficarão estruturados (vertical ou horizontal), se haverá anexos, índices remissivos, ilustrações, separação por temas etc.; bem como também sua estruturação interna relacionado a que informações comporão cada registro dos verbetes apresentados, como seu termo/entrada, categoria gramatical, definições, contextos em que é usado etc. Esses fatores a serem considerados dependerão de qual vem a ser o objetivo da obra e as necessidades daqueles que farão uso dela. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Um dicionário bilíngue Português-Libras faz-se necessário devido à necessidade de se organizar e divulgar sinais que emergem e circulam em contato com alunos surdos. A falta ou desconhecimento desses sinais resulta numa tradução não muito eficaz e perda na transmissão do conhecimento, proveniente de uma utilização excessiva da datilologia, um recurso demorado que sem a devida compreensão do significado do termo não ganha nem significado, nem sentido na mente do aluno surdo, perpetuando as barreiras linguísticas e atrasos na produtividade acadêmica, entre outras dificuldades resultantes disso. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Embora um dicionário impresso seja mais comum e popularmente disseminado, quando se trata de um dicionário cujo uma das línguas é a Libras, a melhor forma de apresentá-lo é em estrutura visual, por meio de vídeo, uma vez que esta língua é viso-espacial e suas palavras são projetadas com movimentos no espaço, contemplando adequadamente, assim, o entendimento daqueles que pretendem aprender ou compreender os sinais. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Os processos utilizados para a criação de um glossário de sinais-termos em Libras geralmente visam registrar sinais e termos já existentes em determinada área do conhecimento e em alguns casos visam também a criação e registro de novos sinais. Para isso é preciso investigar e avaliar os itens lexicais já existentes e diante de sua escassez, estimular a criação de novos sinais e validá-los com a comunidade surda. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Nesse processo é feito um levantamento com professores e/ou materiais acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento para obter os conceitos fundamentais abordados e discutidos em sala de aula. Depois disso é realizada uma consulta junto a intérpretes, professores e alunos surdos sobre a existência em Libras de sinais que remetam a esses nomes e conceitos, bem como qual é a melhor forma de apresentá-los. Então é feita uma filmagem e catalogação provisória deles. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

Em casos de termos ainda não existentes em Libras, geralmente é feita uma espécie de validação junto aos surdos, apresentando-lhes o termo e seu significado, bem como seu uso em contexto, imagens e ilustrações quando apropriado, para ajudá-los a entender sua aplicabilidade, até que o conceito seja compreendido por estes. Os sinais referentes aos termos são propostos e debatidos, levando em consideração sua adequação aos conceitos e aos parâmetros da Libras. Posteriormente é avaliado sua aceitação e uso pela comunidade surda, para então poder ser devidamente registrados e compor o acervo do glossário bilingue. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

O expansivo movimento em Libras de criar novos sinais comprova a identidade sociolinguística e cultural da comunidade surda. Os termos técnicos existentes na língua Portuguesa ainda estão em processo de absorção por esta comunidade e o fato de cada vez mais haver o interesse em progredir nesse sentido comprova o ganho de espaço que os surdos vêm adquirindo nos últimos anos, algo que já lhes deveria estar assegurado de direito há muito tempo. Contudo, iniciar tardiamente uma jornada é muito melhor do que nunca realizá-la. Ainda há um longo e rico caminho pela frente no campo das terminologias em língua de sinais. Mas essa jornada é sempre bem vinda para os usuários da Libras. (MANDELBLATT; FAVORITO, 2018)

## 7 DIRETRIZES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM LIBRAS NA UFRN

É importante evidenciar que houve um grande progresso, no tocante a acessibilidade, para a comunidade surda na UFRN nos últimos anos. Mesmo durante o período da pandemia, as atividades na instituição continuaram sendo norteadas pela acessibilidade informacional. O atendimento prestado pelo Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação à comunidade surda na instituição contemplou as atividades de tradução, interpretação e mediação linguística em Libras. Apresentou-se neste estudo diversos materiais que foram confeccionados no interior da UFRN, em que os intérpretes de Libras, os docentes e os discentes da instituição participaram na organização, tradução e interpretação de materiais acessíveis em Libras.

Muitos desses materiais estão disponíveis à comunidade surda, alguns em canais institucionais de veículos sociais, tais como *Youtube* e *Instagram*. Outros materiais foram disponibilizados nos próprios portais institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dentre o montante de materiais, houve alguns que não foram disponibilizados.

A presente seção procura fazer a interlocução de aspectos teóricos estudados nesta pesquisa, bem como sugerir diretrizes para a sistematização de conhecimento em Libras na UFRN. No Quadro 5, relaciona-se às ações<sup>6</sup> de competência do Comitê e as Diretrizes para sistematização do conhecimento em Libras:

**Quadro 5: Relação das Diretrizes para sistematização do conhecimento em Libras e as ações pertinentes ao Comitê**

Ações do Comitê	Diretrizes para sistematização do conhecimento em Libras
Promover a mediação linguística junto a comunidade surda	1) Atender às solicitações de acordo com as necessidades comunicacionais e informacionais da comunidade surda
Organizar a logística	2) Otimizar a organização da logística referentes aos processos de tradução e interpretação
Obedecer às normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação	3) Implementar ações de preservação e disseminação de conhecimento em Libras

Fonte: Elaboração do autor (2023)

<sup>6</sup> Ações previstas na Portaria de criação do Comitê de serviços de tradução e interpretação de Libras da UFRN, em seu artigo 2º na Portaria n.º 1.157/17-R, de 12 de junho de 2017 (Anexo 2).

Portanto, as diretrizes apresentadas no Quadro 5 são a contribuição social desta pesquisa, uma proposta de intervenção para a sistematização da produção do conhecimento em Libras. Por conseguinte, tem-se que as diretrizes delineadas nesta pesquisa integram um produto de comunicação científica, estas podem ser aplicadas de maneira transversal em outras instituições, auxiliando na promoção da acessibilidade informacional.

## **7.1 ATENDER ÀS SOLICITAÇÕES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES COMUNICACIONAIS E INFORMACIONAIS DA COMUNIDADE SURDA**

Dado todo o exposto, percebe-se a importância da acessibilidade comunicacional e informacional, uma vez que, se não levadas em consideração criam barreiras de acesso à comunidade surda para a sua vida cotidiana, impedindo o seu desenvolvimento e apreensão do conhecimento. De maneira direta podemos afirmar que acessibilidade se trata de acesso. Isto posto, refere-se à possibilidade de que o indivíduo de maneira autônoma acesse determinado local sem barreiras, o que inclui as pessoas com deficiência. A acessibilidade inclui o acesso físico ou digital, nesta pesquisa avaliamos a acessibilidade informacional digital. (HAZARD; GALVÃO FILHO; REZENDE, 2007)

Posto isto, ao Comitê compete promover a mediação linguística junto a comunidade surda, logo, a política linguística para a Libras têm o papel de desconstruir essas barreiras, dando acessibilidade comunicacional e informacional para o surdo. Desta maneira, o serviço de tradução e interpretação para Libras na UFRN nas salas de aula dos cursos técnicos, bem como os de graduação e pós-graduação, possibilitam aos usuários da Libras acessarem novas informações e interagirem com essas informações, transformando em conhecimento essas informações apreendidas.

A construção de conhecimento pelos sujeitos é uma ação individual, dessa forma, cada um constrói o seu conhecimento, contudo, essa construção se dá através da interação com a realidade ao seu redor. Portanto, para que o conhecimento possa ser criado, os sujeitos precisam se relacionar com o mundo, as relações entre as pessoas e o contexto que estão inseridas influenciam na sua perspectiva de mundo e em como recebem essas informações. (VALENTIM et al., 2010)

Essa afirmação, de fato, é verificada no contexto de produção de conhecimento em Libras na UFRN. Áreas do conhecimento foram acessadas pela comunidade surda a partir do ingresso na instituição. Dessa maneira, os sujeitos usuários da Libras passaram a interagir

com novas informações, inseridos em um contexto de ensino público de nível superior, as concepções existentes foram transformadas, com a apreensão de novos significados.

O conhecimento é coletivo e individual, a partir da experimentação de sua realidade, os sujeitos contribuem para que o conhecimento seja gerado. É uma relação de dependência entre os indivíduos e o mundo que experienciam. Posto isto, com a mediação da informação, o profissional da informação atua por meio da concepção de interferência, isto é, uma ação que procura transformar o sujeito em um protagonista na construção do próprio conhecimento, apresentando subsídios para que possa desenvolver de maneira consciente a criticidade. A mediação cria meios, permite a difusão e apropriação da informação. (GOMES, 2010; VALENTIM et al., 2010)

Ademais, o atendimento a projetos de ensino, extensão e pesquisa auxilia a comunidade surda na sua formação acadêmica, bem como ao contato com novas realidades. E ainda, os surdos que não estão vinculados à UFRN, podem ter acesso ao contexto de informações na academia, participando nas atividades voltadas para a comunidade externa da UFRN.

Portanto, no âmbito das mediações linguísticas dos usuários nos mais diversos departamentos da instituição, isto é, na intermediação entre as duas línguas, a saber, o Português e a Libras, os sujeitos buscam informações pontuais, dessa maneira, o atendimento é realizado sem a necessidade de agendamento, com os intérpretes que estiverem disponíveis. Contudo, nos demais serviços, por se tratar de um do serviço finito, há a necessidade de agendamento prévio.

O agendamento das atividades permite o atendimento de uma política linguística, isto é, prestar atendimento comunicacional e informacional de acordo com as necessidades da comunidade surda. Com isso, vê-se a necessidade de observância ao posto nas portarias<sup>7</sup> e na instrução normativa<sup>8</sup> pertinentes ao Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação da UFRN em que se apresentou na seção 6.1 (Análise dos documentos que regulamentam o serviço de tradução e interpretação de Libras na UFRN) desta dissertação, através de uma análise documental. Portanto, com os agendamentos prévios é possível escalonar as atividades de acordo com as circunstâncias que se encontram os sujeitos da comunidade surda, visto que eles podem estar inseridos em diferentes contextos acadêmicos, seja na graduação ou na pós-graduação, bem como nos cursos técnicos, projetos de ensino, pesquisa e extensão, e

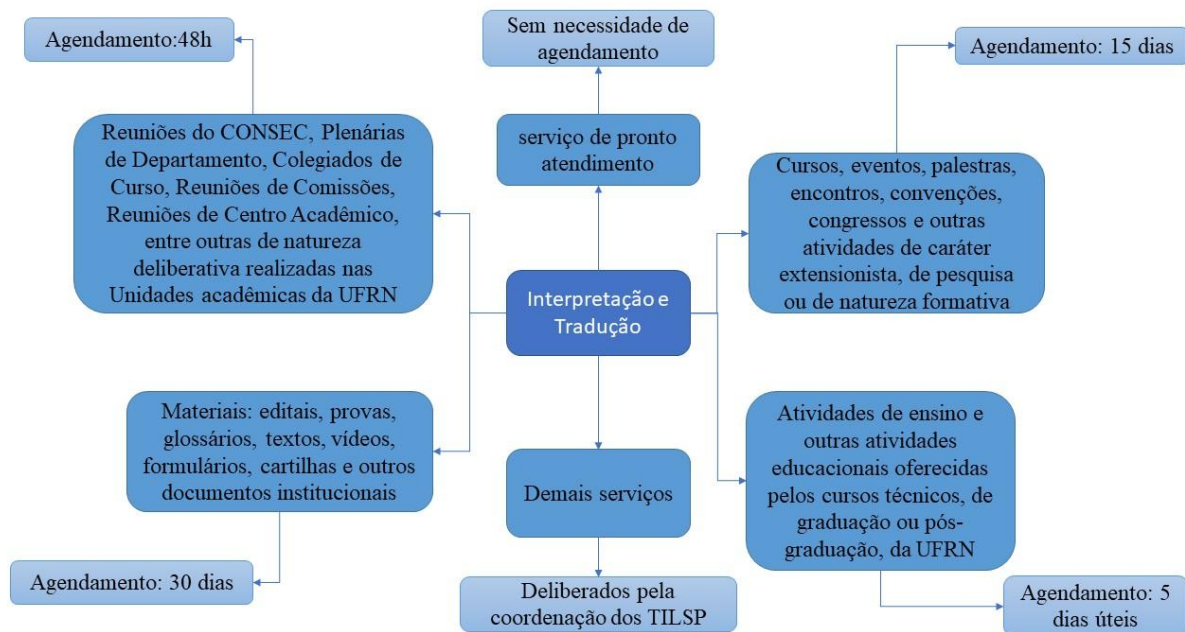
---

<sup>7</sup> PORTARIA N.º 1.157/17-R, DE 12 DE JUNHO DE 2017 e PORTARIA N.º 1.619/17-R, DE 04 DE AGOSTO DE 2017. (Disponível nos Anexos 2 e 3)

<sup>8</sup> Instrução Normativa N.º 01/2021-R, de 25 de junho de 2021 (Disponível no Anexo 4)

ainda, nos demais espaços da instituição, além do mais, tem-se as reuniões institucionais e eventos ao público. Desta forma, é importante que o Comitê se atenha aos prazos de agendamento dos atendimentos ao responder às solicitações. Esquematizando estas atividades, conforme Figura 50, têm-se:

**Figura 50: Esquema de atividades do Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação**



Fonte: Elaboração do autor (2023)

De acordo com a Figura 50 as atividades de interpretação e tradução são bem diversificadas, abrangendo as diferentes esferas da universidade. Após o agendamento pelos interessados na prestação do serviço, algumas considerações, avaliações, são feitas, tais como: Quem fez a solicitação, isto porque pode-se tratar de docentes e discentes surdos ou não, há uma lista de prioridades na prestação de serviço; Qual o horário e dia da solicitação, é importante verificar a disponibilidade de profissionais para atender a demanda respectiva; Como se dará a prestação de serviço, se for referente ao serviço de interpretação há orientações que os solicitantes devem levar em consideração para que o serviço possa ser atendido de maneira eficaz. Se a demanda for referente a tradução há algumas circunstâncias que devem ser esclarecidas, na subseção seguinte se comenta um pouco mais sobre o serviço de tradução; Onde será a prestação do serviço, por se tratar de uma grande diversidade de espaços na cidade do Natal, bem como em outros municípios, o deslocamento no atendimento a solicitação é um fator importante. Contudo, a localidade não é um dos critérios de prioridade, posto isto, o Comitê faz o possível para viabilizar o atendimento nos demais

Campis, inclusive enviando servidores para o atendimento de demandas, de maneira presencial e remota, no interior do estado do Rio Grande do Norte. Em parceria com outras instituições, também têm enviado servidores para atender remotamente determinadas demandas.

Resumidamente, o Comitê antes de sua deliberação, sobre se é possível o atendimento a uma solicitação de serviço, considera: quem?, quando?, como? e onde?. Todavia, outro fator que não é considerado, e é de suma importância para a consecução da política linguística, é o fator o que? Deve-se ter um olhar analítico na consideração das solicitações, de fato, o atendimento atende as necessidades informacionais da comunidade surda? Como se viu nas seções anteriores, a mediação é um processo que permite a criação, difusão e a apropriação da informação. Dessa maneira, o Comitê pode atuar como mediador de maneira implícita e explícita, conforme categorização de Almeida Júnior (2009). Durante o processo de deliberação, o Comitê pode mediar implicitamente a informação se, de fato, é uma necessidade informacional da comunidade surda da UFRN. Por exemplo, o evento possui surdos inscritos? A comunidade surda da UFRN tem interesse nessa área? Essas são apenas duas das perguntas que o Comitê pode verificar durante o processo de deliberação sobre determinado atendimento, aplicando-se as solicitações de tradução e interpretação, a fim de estimular a promoção de uma política linguística de maneira efetiva na UFRN. Portanto, o fator, o que?, é um ponto que se mostra muito relevante, isto porque, ainda que, os demais critérios sejam verificados e seja possível realizar determinada tradução ou interpretação, trata-se de um serviço finito, e desta forma, determinada tradução ou interpretação de grau mais pertinente será substituída no atendimento a essa solicitação, retardando ou inviabilizando o acesso, e o atendimento às necessidades informacionais, da comunidade surda. Consonante ao exposto foi delineado no Quadro 6 abaixo, uma síntese exemplificando perguntas que o Comitê precisa levar em consideração no atendimento às solicitações:

**Quadro 6: Fatores a considerar no atendimento de solicitações ao Comitê dos TILSP**

<b>Quem?</b>	Trata-se de discentes e docentes surdos da Universidade? ou dos demais docentes <sup>9</sup> e discentes da Universidade? Trata-se de um pronto atendimento? Trata-se de servidores técnicos?
<b>Quando?</b>	Qual o dia e o horário da solicitação? é um dia útil? é um horário em que se pode disponibilizar servidores para o atendimento? Possui servidores disponíveis para o

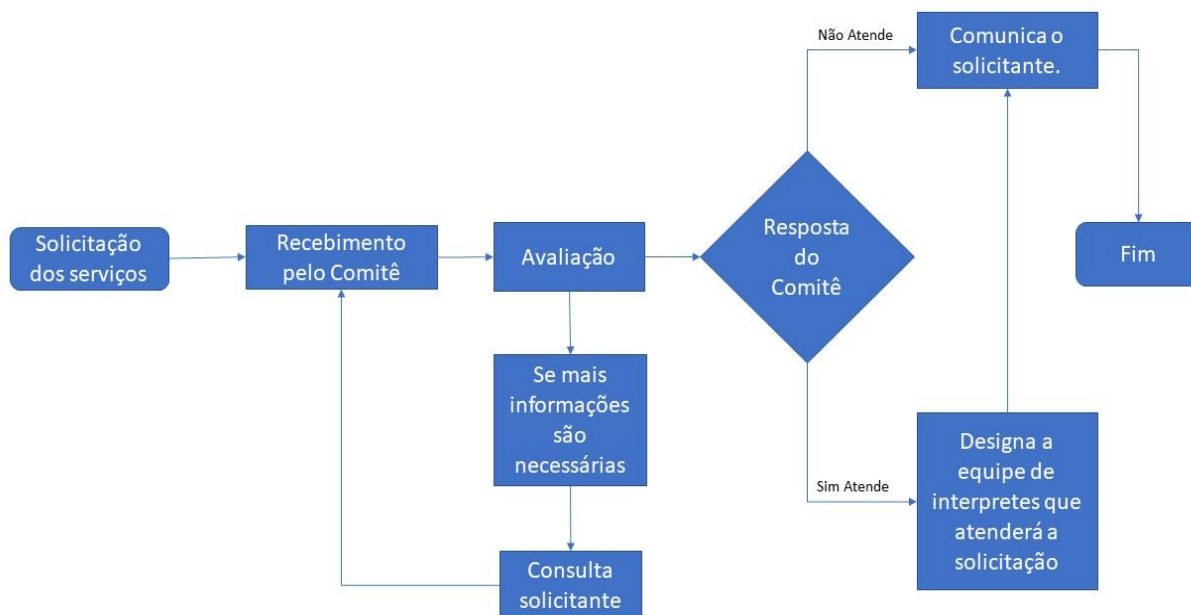
<sup>9</sup> A Instrução Normativa Nº 01/2021-R não insere os demais servidores da instituição no quadro de prioridades de atendimento, desta forma, os servidores que necessitarem dos serviços de tradução e interpretação, e não são docentes, ainda que surdos, serão inseridos no último critério de prioridade, e serão atendidos pela ordem de solicitação do serviço.

	atendimento?
<b>Como?</b>	Será uma tradução? enviaram o material? Como será feita a gravação e a edição? É uma interpretação? Trata-se de nível de graduação, pós-graduação ou técnico? Enviaram o material? É um evento? O local é adequado (iluminação, som, visibilidade etc)? O palestrante é surdo ou ouvinte? Qual a língua de uso no evento?
<b>Onde?</b>	É em qual parte do campus? Precisa de auxílio no deslocamento?
<b>O que?</b>	O evento possui surdos inscritos? Ou se sabe que surdos estarão presentes no evento? A comunidade surda da UFRN tem interesse nessa área? A tradução desse material é relevante para a comunidade surda da UFRN?

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Por conseguinte, de acordo com a Figura 51, tem-se o recebimento da demanda, a solicitação pode ser registrada pelo recebimento de e-mail, preenchimento do formulário no Portal da UFRN ou através dos canais de informação divulgados no *site* da SIA. Posteriormente, o Comitê delibera sobre o atendimento da solicitação, analisando alguns fatores conforme explanou-se nos parágrafos anteriores: Quem?; Quando?; Como?; Onde?; e como delineamos anteriormente, é importante abordar também, O que?; Se, todavia, na solicitação houver lacunas nas informações, o Comitê pode pedir esclarecimentos, a fim de que possa ter os subsídios necessários para responder a solicitação. Após a avaliação, o Comitê, se verificar a possibilidade de atendimento da solicitação, designa uma equipe de intérpretes para o atendimento, informando o local, horário e enviando o material caso já o possua. A equipe geralmente é uma dupla de intérpretes, entretanto, dependendo da complexidade do serviço, mais integrantes da SIA podem ser direcionados para o respectivo atendimento. No entanto, se os critérios avaliados inviabilizam o atendimento da solicitação, prontamente o Comitê comunica ao solicitante.

**Figura 51: Fluxograma de solicitações de tradução e interpretação**



Fonte: Elaboração do autor (2023)

## 7.2 OTIMIZAR A ORGANIZAÇÃO DA LOGÍSTICA REFERENTES AOS PROCESSOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Esta diretriz se atém a uma das ações de competências atribuídas ao Comitê de serviços de tradução e interpretação em Libras da UFRN, a organização da logística dos serviços, que incluem os serviços de tradução e interpretação.

Os serviços de interpretação efetuados pelo comitê atendem diversas esferas da instituição, como apresentado na seção 7.1 (Atender às solicitações de acordo com as necessidades comunicacionais e informacionais da comunidade surda). Contudo, parte da otimização dos serviços de interpretação estão ligados à primeira diretriz abordada, no tocante a ação de promoção da mediação linguística junto a comunidade surda, desta forma, não repetiremos o apresentado. Contudo, um aspecto que merece ser enfatizado é o cumprimento de prazos estabelecidos<sup>10</sup>, isto é, as demandas solicitadas precisam atender ao regulamentado, bem como, o Comitê precisa prezar pelo cumprimento da regulamentação, isto porque, demandas de última hora prejudicam a prestação do serviço de maneira efetiva, uma vez que os intérpretes não podem se preparar para atender a demanda. Outro aspecto importante é o

<sup>10</sup> Art. 5º da Instrução Normativa Nº 01/2021-R, de 25 de junho de 2021, estabelece prazos de agendamento e de envio de material informacional.

recebimento de material, o Comitê atua como interlocutor entre o solicitante e os intérpretes. Sem o material não há como prestar um serviço de qualidade para a comunidade surda, desta forma percebe-se que a mediação da informação nesse aspecto é de suma relevância, que neste caso pode se dar de maneira direta ou indireta, isto porque, auxilia na organização da prestação do serviço.

Deste modo, em sua atuação o Comitê deve possibilitar que, em eventos que serão traduzidos para a Libras, os conferencistas entendam como se dá o processo de interpretação simultânea, no caso de palestrantes de Língua Portuguesa, o material com instruções para conferencistas<sup>11</sup> deve ser encaminhado, como também orientar os solicitantes sobre alguns aspectos que precisam ser observados, tais como: local onde o intérprete estará é de fácil visualização? o fundo é neutro? Há ainda coisas simples tais como apagar a luz para exibição de *slides*, neste momento, por ser a Libras uma língua visual, o recebimento das informações pelos surdos fica prejudicada. Portanto, são aspectos que impactam na atividade de interpretação, e a logística do serviço deve se antecipar a estes tipos de problema.

Uma das possibilidades de otimização deste fator apresentado, é a publicização do regulamento para a comunidade usuária dos serviços de tradução e interpretação, com isto, minimizaria-se as solicitações tardias. Pode-se também, criar mecanismos para que os solicitantes atenham-se a esses prazos, que poderia ser uma conversa, uma notificação ou até mesmo a negação do serviço. Uma vez que já publicizado, sendo de conhecimento geral, as normas de agendamento poderiam ser respeitadas sem prejudicar a prestação do serviço.

Os serviços de tradução, prestados pelo Comitê, consistem na ideia de transferir e transpor sentidos, das informações veiculadas, de uma língua para outra, sendo uma tida como língua/contexto fonte e outra como língua/contexto alvo. Isso se dá, a partir de registros em Língua Portuguesa que serão traduzidos para a Libras, ou em registros comunicacionais em Libras que serão traduzidos para a Língua Portuguesa.

Os materiais a serem traduzidos seguem também uma lista de agendamentos, como demonstrado anteriormente. Segundo demonstrado no esquema da Figura 52, o processo de tradução segue algumas etapas: designação da equipe responsável; confecção da glosa; agendamento do estúdio; gravação do material; edição do material; validação do material e envio do material para o solicitante.

A quantidade de membros envolvidos em uma determinada tradução depende de alguns fatores: complexidade, tamanho do material e tempo. Na complexidade ainda está envolvido o tema e o nível (técnico, graduação e pós -graduação). Após designada a equipe,

---

<sup>11</sup> Previsto no anexo 2 da Portaria n.º 1.619/17-R, de 04 de agosto de 2017.

um material de apoio, a glosa, é confeccionado a fim de servir como meio de consulta durante a gravação, muitas vezes a construção desse material se dá de maneira colaborativa entre os envolvidos na tradução. O agendamento do estúdio é feito pelo Comitê ou pelo solicitante. Em seguida é realizada a gravação com os intérpretes e a edição pelos servidores dos estúdios. A validação ocorre quando o material, após ser verificado do ponto de vista linguístico e técnico, não necessita de correções, isto é, nenhuma das partes do material precisa ser regravada. Por conseguinte, o material é enviado para o solicitante da tradução.

**Figura 52: Esquema dos processos de tradução**



Fonte: Elaboração do autor (2023)

O agendamento do estúdio é um fator que pode causar atrasos no processo de tradução, uma vez que o Comitê ainda não possui um estúdio próprio, outros estúdios da UFRN são solicitados, os departamentos são muito solícitos em atender as demandas de acessibilidade informacional, contudo, os estúdios possuem as suas próprias demandas para cumprir, em determinados momentos não possuem horários e servidores disponíveis para a gravação e edição dos materiais. Essa é uma variável que pode ser remediada, mas não

completamente sanada, dado a necessidade de uma estrutura física. Com isso, nesse ponto, pode-se perder a janela de tradução, isto porque alguns materiais são informativos para ações específicas que possuem tempo determinado, daí é possível, que o material não seja mais gravado e o trabalho efetuado até o momento seja inviabilizado.

Ainda, referente a tradução, quando recebido o material e se dá o início da pesquisa para a transposição de sentidos, uma outra variável dificulta o processo de tradução, sinais-terms inexistentes, e alguns desses, palavras chaves no texto a ser traduzido. Estratégias de tradução são adotadas para remediar a falta de um sinal para determinado conceito, o que pode deixar o texto mais denso ou menos claro.

O processo de tradução finaliza com o envio do material para o solicitante, que o usa para determinado fim, por exemplo, um edital é postado em um *site* institucional, ou um material é veiculado em um canal no *Youtube*, entre outras possibilidades. A divulgação e veiculação do material fica a cargo do solicitante. Esse é um fator que pode prejudicar o processo de tradução, caso o solicitante não disponibilize o material. Essa é uma lacuna na sistemática adotada no processo de tradução. O comitê precisa ter uma cópia de todos os materiais traduzidos, como também, se possível disponibilizar o material em um ambiente informacional para que possa ser facilmente consultado.

O local de registro desses materiais é uma lacuna no processo de tradução, dessa maneira, após o envio do material ao solicitante, uma nova etapa deveria ser acrescentada, a confecção de uma cópia desse material poderia ser registrada em um ambiente informacional do Comitê. Essa etapa teria dois objetivos: os materiais serem facilmente encontrados para futuras traduções e como material de consulta para interpretações; e como uma etapa de segurança, isto é, garantir que os registros não sejam perdidos. Portanto, desta maneira efetuando a gestão da informação e do conhecimento, procurando preservar as informações e torná-las acessíveis.

Posto isto, percebe-se também, a necessidade de uma maior sistematização deste serviço, demandando uma maior avaliação das necessidades informacionais dos surdos em dado semestre. Isto pode se dar por uma maior integração entre os departamentos com maior fluxo de discentes e docentes surdos. Uma construção colaborativa de uma lista de materiais que necessitam de tradução, contudo, atendendo as reais prioridades da comunidade surda.

A Instrução Normativa<sup>12</sup> apresentada anteriormente na seção 6 desta dissertação explicita a instituição permanente de validação dos materiais traduzidos. A validação, de fato, é uma das etapas essenciais na tradução de materiais, uma vez que permite a redução de falhas

---

<sup>12</sup> Art. 18º, Instrução Normativa Nº 01/2021-R, de 25 de junho de 2021 (Anexo 4)

no processo de tradução, seja na gravação ou até mesmo nos aspectos linguísticos de compreensão da língua/contexto alvo. Contudo, a comissão de validação necessita de uma lista de critérios específicos a serem observados, a fim de que não se trate apenas de uma deliberação mas o faça a partir de parâmetros definidos, como se pode ver no Quadro 7 a seguir:

**Quadro 7: Aspectos linguísticos e técnicos**

<b>Aspectos Linguísticos</b>	
Aspectos fonológicos	Configuração de mãos; Localização; Movimentação; Orientação da mão; Traços não-manuais; Traços distintivos; Condição de Simetria; e condição de dominância.
Aspectos morfológicos	Derivação em Libras; Composição; Incorporação de argumento, numeral ou negação;
Categorias gramaticais	Verbos: simples, direcionais e espaciais; Adjetivos; Pronomes; e Classificadores;
Flexões em Libras	Flexão verbal; Flexão de tempo; Flexão nominal e flexão numeral;
Aspectos sintáticos	Formulação de sentenças em Libras.
<b>Aspectos Técnicos<sup>13</sup></b>	
Enquadramento	Deve ser capaz de captar toda a sinalização do intérprete de maneira clara, sem perda de informações.
Local	O intérprete não pode ficar colado com a parede de fundo durante a gravação
Cor de fundo	Deve contrastar com a vestimenta, tom de pele e cabelo do intérprete.
Iluminação	Deve ser suficiente para que com qualidade a câmera possa captar com qualidade o intérprete e o plano de fundo.
Contraste	Deve ser nítido, quer em cores ou em preto e branco. Dessa maneira, havendo contraste entre o intérprete e o plano de fundo.

Fonte: Elaboração do autor (2023)

### **7.3 IMPLEMENTAR AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO EM LIBRAS**

Portanto, dado o exposto e a luz da gestão da informação e do conhecimento, é possível gerir os conhecimentos em Libras da UFRN, por meio dela as informações são

<sup>13</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15290: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005.

preservadas e podem ser internalizadas pelos sujeitos. A partir desta gestão é possível apreender e inter-relacionar conhecimentos.

A Libras trata-se de uma Língua dinâmica e em contínua construção. À medida que a comunidade surda tem acesso a diferentes áreas do conhecimento, e também materiais acessíveis em Libras são produzidos, há a necessidade de criar novos sinais-termos. Isto se dá, porque muitos conceitos que já existem na Língua Portuguesa ainda não foram criados na Libras. Na maioria das vezes, o processo de criação de sinais atende as necessidades imediatas de tradução ou interpretação. Um sinal-termo, pode ser criado provisoriamente em um determinado contexto para atender pontualmente uma demanda.

Muitos destes sinais-termo não estão registrados, isto é, não foram organizados e nem armazenados, o que prejudica a preservação destas informações. São conhecimento tácito, ou seja, advém das concepções, influências e estudos pessoais de um indivíduo, que, no entanto, pode ser externalizado na comunicação entre os indivíduos e assim apreendidos por outros sujeitos que adquirem essas informações, e, que por ventura podem se esvaír se não forem preservadas, dessa maneira, “um determinado sinal deveria ser enviado por um emissor a um receptor qualquer de forma que pudesse ser univocamente reconhecido e interpretado” (SILVA; NUNES, 2017, p. 242), muito embora nessa citação o autor se refira ao paradigma físico no qual se baseava a Ciência da Informação, a saber, os sinais de rádio que trafegam difundindo a informação, ela nos remete a ideia de que a informação precisa ser reconhecida e interpretada. Para que haja comunicação, as palavras e os seus significados precisam ser definidos e registrados, assim, todos têm acesso à informação, livre dos ruídos por assim dizer, sem quebra na comunicação ou perda da informação.

Partindo desse princípio, percebe-se como é primordial que esses sinais-termos sejam criados e registrados. Isso porque, sem a criação do sinal-termo, alguns conceitos podem ficar vagos e dificultar o processo linguístico de tradução e interpretação de determinado conteúdo. O registro também é essencial para que a palavra, o sinal, possa ser conhecido, ser difundido para a comunidade surda de maneira geral, ainda que não participem do contexto ao qual o sinal pertence, dessa maneira, esses sinais-termo passam a ser conhecimento explícito. Desse modo, se verifica que há uma necessidade crescente de criação de sinais termos, além disso, muitos não estão registrados ou não são de fácil acesso.

Esta é uma característica muito perceptível para os profissionais da área de Libras, o que nos remete a necessidade imediata de fazer a gestão do conhecimento e a gestão da informação destes sinais-termo da Libras, para que essa produção intelectual possa estar acessível, registrada e preservada (CAMARGO; VIDOTTI, 2008). No modelo da espiral do

conhecimento, há uma conexão entre dados, informações, isto é, o conhecimento explícito, sinais ou conceitos em língua de sinais registrados, e o conhecimento tácito, sinais não registrados. Dessa maneira, é possível que o conhecimento tácito possa ser convertido em informação quando externalizado, e transformado em conhecimento quando internalizado por uma pessoa (BARBOSA, 2008).

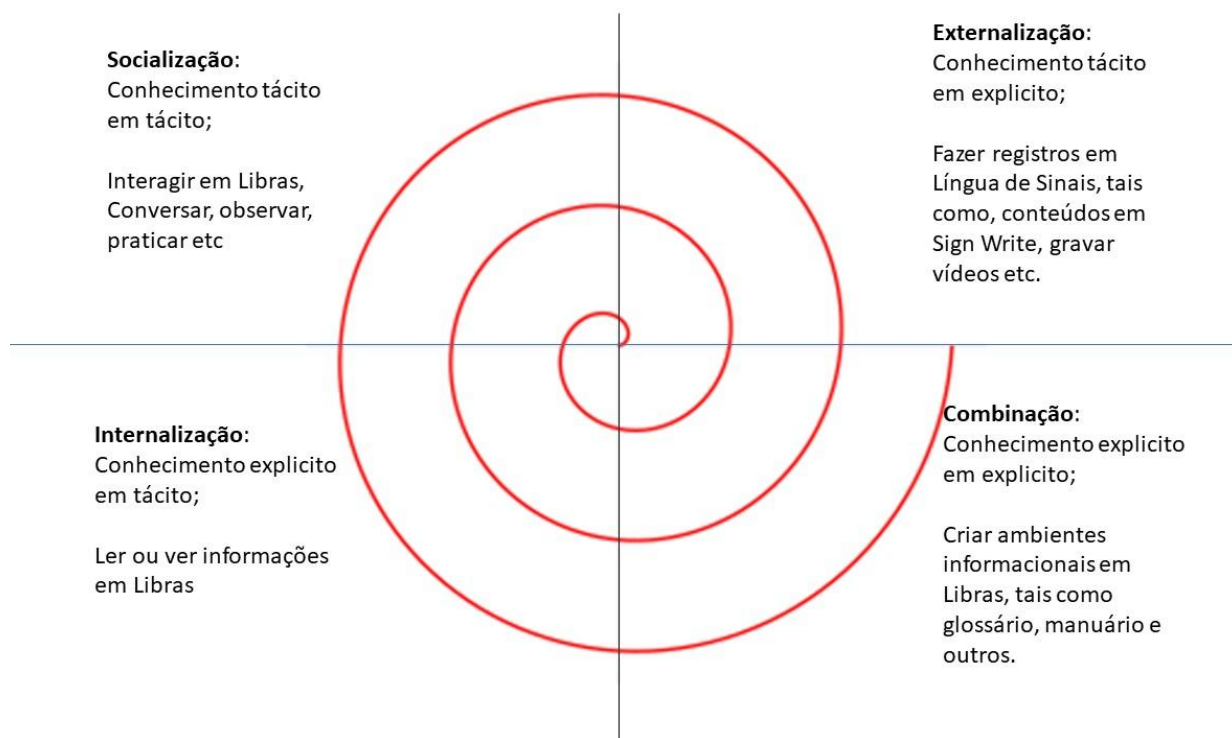
Então, o modelo de Nonaka e Takeuchi (1997) anteriormente explicitado, reuni as seguintes etapas: a socialização, a externalização, a combinação e a internalização. Desse modo, aplicando esse modelo ao contexto desta pesquisa, tem-se que a socialização se trata da conversão do conhecimento tácito em tácito, ela se dá através da troca de experiências entre os sujeitos da comunidade surda, como também por meio da observação, imitação ou prática, a partir da sinalização o conhecimento é compartilhado na interação entre os indivíduos. Dessa maneira, quando o usuário de língua de sinais se apercebe de um novo conceito de maneira indireta, ou na maneira que é abordada determinada dinâmica em Língua de Sinais, através da interação entre os usuários de Libras, adquire um novo entendimento ainda que não exista sinal-termo para defini-lo.

A externalização se trata da conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito, logo, se dá através da linguagem escrita ou não, dessa maneira, o conhecimento se torna explícito na escrita de sinais ou na gravação em vídeo da sinalização, registrando o conhecimento em Libras, dessa forma, também contribui para a criação de conceitos através da reflexão sobre o tema. Esse processo é muito importante na criação de sinais-termo, uma vez que pode ajudar os indivíduos dessa comunidade através do diálogo a definir novos sinais-terminos, divulgando-se esse conhecimento explícito para toda a comunidade. O uso de métodos não analíticos também é muito utilizado através de analogias, com sinais iconográficos como também através de classificadores, permitindo ao usuário dessa língua ter uma imagem do que está sendo dito.

Na combinação o conhecimento explícito é convertido em conhecimento explícito, isto é, se faz a sistematização, categorização, classificação de tais conhecimentos. Portanto, se trata de um conhecimento sistêmico. Por exemplo, pode-se observar em um banco de dados de Língua de Sinais, tais como: um manúário, um glossário, entre outros ambientes informacionais. Posto isso, essa sistematização pode se dar também na conjunção de conhecimentos de diversas áreas, exemplificado nesta pesquisa, conhecimentos da área de Libras e conhecimentos da área da Ciência da Informação, organizados entre si para a confecção de algo com perspectivas semelhantes e funções específicas.

A internalização parte da ideia de conversão do conhecimento explícito em conhecimento tácito, se dá quando o indivíduo incorpora esse conhecimento, se apropria do conhecimento que estava registrado, se trata de um conhecimento operacional, dessa forma o sujeito adquire a habilidade ou o conhecimento de algo. Portanto, transforma o conhecimento explícito em conhecimento tácito, internalizando-o, pode-se citar o exemplo do uso de um material traduzido e disponível em um ambiente informacional, o sujeito pode se apropriar desse conhecimento explícito, informação em Libras, e convertê-lo em conhecimento tácito.

**Figura 53: Modelo da Espiral do Conhecimento de Nonaka e Takeuchi aplicado para conhecimentos em Libras**



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Portanto, a partir do Modelo da Espiral do Conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997) na Figura 53, é possível fazer a gestão da informação e do conhecimento em Libras. Sinais-termo e conceitos existentes podem ser socializados através da interação em Libras. Posteriormente, esses sinais-terminos, na etapa de externalização, podem ser registrados, a fim de preservá-los. Uma vez registrados, podem ser combinados, sistematizados em ambientes informacionais, tornando-os acessíveis a todos. Existindo um ambiente informacional onde se sistematizam conhecimentos em Libras, esse conhecimento explícito pode ser internalizado pelos usuários, que se apropriaram das informações disponíveis. Com isso, o ciclo é

retomado, e os usuários que internalizaram as informações, socializam com outros sujeitos. Por conseguinte, tem-se a preservação e difusão dos conhecimentos em Libras.

A fim de que as atividades de interpretação e tradução, de que se tratou nos parágrafos anteriores desta seção, se deem de maneira efetiva e atendam as necessidades comunicacionais e informacionais dos surdos, vê-se a necessidade de criação de sinais, como explicou-se na seção 6.3.1 (Aspectos linguísticos da Libras: parâmetros na criação de sinais). Desta maneira, é importante que todos esses aspectos sejam observados na confecção de novos sinais-termos, um projeto ou uma sistematização de criação e registro dessas informações. Portanto, obedecendo às normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação, a saber, manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais<sup>14</sup>.

A contar da experimentação dessa realidade sobre o prisma da Libras, a comunidade surda da instituição pode apreender novos conceitos. Entretanto, alguns conceitos não possuíam sinais-termo que o definissem. Somente a partir dessas relações, que se pode ver a necessidade de criação de sinais-termo específicos para determinados conceitos, ou do registro e difusão de sinais-termo já existentes, mas conhecidos apenas por grupos restritos.

A partir da concepção de interferência intrínseco ao processo de mediação, criaram-se sinais-termos, bem como se pode difundir novos conceitos, que antes estavam alheios aos sujeitos da comunidade surda. Projetos de extensão e pesquisa propiciaram estudos sobre alguns temas na área da linguística da Libras, literatura surda e outros campos vinculados a Libras. Com isso, deu-se possibilidade de compreensão das temáticas estudadas pelos sujeitos da comunidade surda, assimilando conteúdos na sua língua materna, a sua língua de instrução ou sua primeira língua (L1), o Português como segunda língua (L2) passa a ser ferramenta auxiliar nesse processo, e não ferramenta principal.

Assim sendo, a criação de sinais-termo inicia-se a partir da relação do sujeito com a realidade ao seu redor, a partir de uma problemática, uma lacuna encontrada na comunicação. Destarte, ao que explicou-se nos parágrafos anteriores de gestão da informação e do conhecimento, essa etapa se configura como a fase de socialização encontrada no modelo da espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1997).

Conforme Valentim *et al.* (2010), o conhecimento pode ser transformado, modificado, alterado a partir das informações. A concepção de apropriação está desvinculada da ideia de uso, uma vez que não usamos a informação, todavia, ela é um agente responsável por transformar a nossa compreensão do mundo. Por meio dessas transformações é que se tem o conhecimento, e é por intermédio dele que se interage com o mundo. Por conseguinte, a

---

<sup>14</sup> Art. 8º, VI da Portaria n.º 1.619/17-R, de 04 de agosto de 2017

apropriação pode se dar de maneira voluntária e involuntária, consciente e inconsciente. O conhecimento é construído e reconstruído a partir da apropriação das informações, das relações sociais advindas dela. De modo que, estas estão imersas em um contexto social, no qual o sujeito também está inserido. A seguir, conforme Alves, Correia e Salcedo (2017), a leitura é parte essencial nesse processo, se não, veja:

a leitura é peça fundamental para a existência da informação. Pois é a partir da leitura que ocorre a apropriação informacional, ou seja, é no ato da leitura que a informação se concretiza. Sem uso da leitura, é impossível prover sentido às ações desenvolvidas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois ambas possuem a leitura como base de sustentação. (ALVES;CORREIA;SALCEDO, 2017, p.3)

De acordo com os autores, o processo de leitura é uma etapa importante na construção do conhecimento, somente a partir da leitura que a informação se torna de certa forma tangível para o sujeito na produção do conhecimento. Por conseguinte, no caso dos surdos, a sua primeira língua é a Língua de Sinais, quando este faz a leitura de um texto em Português, se o surdo não conhecer bem a sua segunda língua, a língua Portuguesa, a apropriação da informação é prejudicada, uma vez que ocorrem lacunas na sua compreensão. Posto isso, quando as informações são disponibilizadas na sua língua nativa, a apropriação da informação se torna mais efetiva.

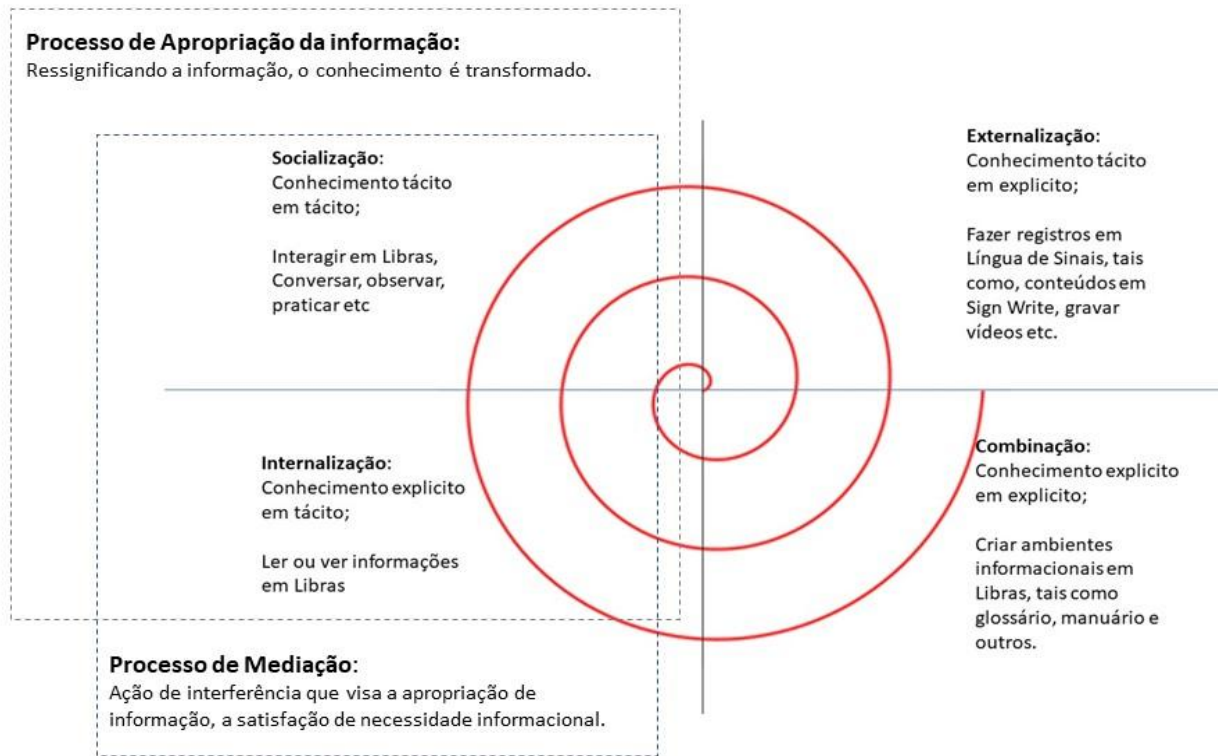
Em vista disso, a criação de sinais-termo é uma etapa importante na construção e reconstrução do conhecimento. Os sinais-terminos são uma ferramenta que permite ao sujeito comunicar-se livremente, entender as informações, e dessa forma apreender o conhecimento. Por conseguinte, o registro desses sinais-terminos em ambientes informacionais permite o acesso a essas informações, uma vez que o sujeito pode consultar o significado, bem como aprender novos sinais-terminos que estejam presentes nestes ambientes informacionais.

Dessa maneira, Ribeiro e Almeida Júnior (2022) explicam que a informação é social, e o contexto social, experiência de vida, valores e crenças do indivíduo influenciam a apropriação da informação. Na mediação é preciso levar em consideração os elementos culturais, o tempo e o espaço das interações. Desse modo, o sujeito é o centro das reflexões através da mediação, no processo de apropriação da informação. Por conseguinte, nesse processo existe a possibilidade de disseminação da informação nas interações entre os indivíduos.

O sujeito surdo nas suas interações com a realidade ao seu redor, possui um conhecimento prévio que é transformado a partir das suas relações com o mundo, e também, com as reflexões obtidas através do acesso a informações. O contexto em que está inserido e

as informações apreendidas impactam na produção de conhecimentos em Libras e na criação de sinais-termos.

**Figura 54: Modelo da Espiral do Conhecimento de Nonaka e Takeuchi aplicado ao processo de mediação e apropriação da informação para conhecimentos em Libras**



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Assim sendo, conforme a Figura 54, a mediação é uma ação de interferência originada por um terceiro elemento, que pode ser ou não uma pessoa. Em que, comparando-se com o modelo da espiral do conhecimento, esse processo teria início com a fase de socialização, no qual o profissional da informação, ou outro meio possibilitaria o acesso à informação, o conhecimento explícito. Desta forma, ocorre o processo de resignificação, isto é, modificação do conhecimento prévio ou criação de um novo conhecimento. Com isso temos, a fase de internalização, a conversão do conhecimento explícito em tácito, a partir do contexto social e cultural em que o indivíduo se encontra.

Ainda, em relação a Figura 54, o processo de apropriação da informação, poderia se dar de maneira inversa, iniciando com a internalização, isto é, a partir das informações que obteve acesso, das reflexões e interações com a realidade ao seu redor, transformando o conhecimento. Desta forma, uma vez internalizado o conhecimento, o indivíduo na sua

interação com os demais sujeitos pode socializar as informações, disseminando o conhecimento.

Por conseguinte, para a criação de um glossário em Libras na UFRN que atenda as necessidades informacionais da comunidade surda da instituição, o Comitê pode atuar como mediador da informação, estimulando a pesquisa em determinada área e a construção de um projeto conjunto com os professores e departamentos, efetivando a gestão do conhecimento e da informação em Libras na UFRN.

A partir do processo de mediação informacional o Comitê pode direcionar os esforços para criação de materiais traduzidos que contemplem as necessidades informacionais de conhecimentos em Libras. Incentivando neste processo, a criação de sinais inexistentes e registrando-os, bem como registrando os sinais já existentes nas áreas de atuação em que os profissionais interpretam e traduzem para a comunidade surda.

Dessa maneira, pode-se criar equipes destinadas com esse objetivo, durante um semestre, uma articulação entre os professores das disciplinas e a equipe de intérpretes verifica sinais inexistentes para se referir a determinados conceitos, contudo, alguns sinais existem mas não são conhecidos por todos. Dado esse contexto, para a criação de um glossário, dois pilares precisam ser definidos: o ambiente informacional e o levantamento de sinais que serão usados.

O ambiente informacional precisa ser acessível e intuitivo, pode-se criar um site específico para esse fim, utilizando o conceito de desenho universal, portanto, acessível desde a sua concepção.

A inclusão digital dos surdos e sua efetiva participação requer a análise da aplicabilidade de acessibilidade nos ambientes digitais, uma vez que por estarem em meio a um mundo do ouvir, em que as línguas orais auditivas são mais disseminadas e usadas nos ambientes digitais, os surdos estão restritos na sua busca por informações, dependentes das relações interpessoais e de poucos veículos acessíveis que usam a língua de sinais, uma vez que a maioria das informações nos sites estão registrados em língua escrita, áudio ou vídeos não acessíveis. Com isso em mente, a autonomia digital informacional desses indivíduos na sociedade somente é garantida por meio da acessibilidade digital. (CORRADI, 2007).

No caso do surdo que não domine a leitura e a escrita, a língua oral escrita pode ser uma barreira comunicacional e informacional, e ainda o domínio parcial também caracteriza uma barreira, uma vez que não terá total compreensão da informação disponível, dessa maneira, a língua de sinais pode ser entendida como um meio facilitador para promoção da acessibilidade informacional para a comunidade surda, desse modo o uso de língua de sinais

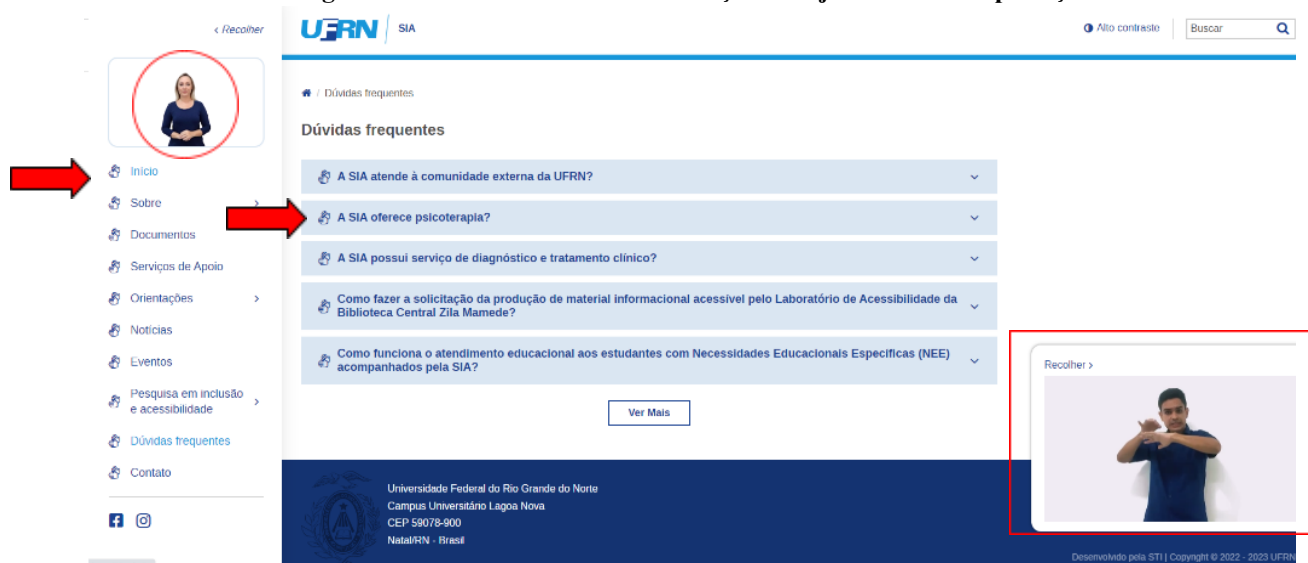
em ambientes informacionais digitais permite ao surdo ter autonomia no acesso e compreensão das informações, de fato, a concepção de um ambiente informacional que leva em consideração as barreiras comunicacionais necessita incluir informações acessíveis em língua de sinais, adotando elementos de uma perspectiva bilíngue, democratizando o conhecimento e garantindo a inclusão dos surdos na atual cultura digital. Os ambientes informacionais digitais na perspectiva da Ciência da Informação devem levar em consideração as necessidades dos usuários, inclusive dos usuários que são surdos, para que qualquer usuário possa compreender plenamente as informações apresentadas. (CORRADI, 2007).

A ideia de desenho universal tem como premissa, desde a sua concepção, ser acessível para todas as pessoas, isso inclui pessoas com ou sem deficiência. Durante a elaboração do design são adotadas medidas que auxiliem o acesso autônomo. Desta forma, os ambientes informacionais acessíveis para os surdos precisam ser acessíveis em Libras, uma vez que se trata de sua primeira língua, e é o meio pelo qual interagem e entendem a realidade ao seu redor. (HAZARD; GALVÃO FILHO; REZENDE, 2007)

As produções em Língua Brasileira de Sinais possuem uma peculiaridade, pois a Libras é uma língua visual-espacial, isto é, uma língua que utiliza diversos outros aspectos para transmitir informações, tais como configurações de mão e expressões faciais e corporais, o que limita ou dificulta o registro destas informações em estruturas informacionais físicas, requerendo o uso de recursos digitais, através do uso de vídeos. (PAIVA; BENCHIMOL; CHALHUB; FURTADO, 2019).

Projetos de ambientes informacionais inclusivos em Libras, são traduzidos em Libras, vídeos são incluídos para que o surdo possa ter acesso às informações de maneira autônoma. Por exemplo, esses vídeos sinalizam determinados textos, podem aparecer quando o usuário com a seta do mouse, clica ou apenas o deixa sobre determinado botão de acesso na página Web. Há ainda a possibilidade de deixar um botão de referência indicando que o conteúdo está acessível em Libras. Essas são algumas das ferramentas utilizadas para a confecção de designs acessíveis em Libras. Como se pode observar em alguns portais institucionais, a título de exemplificação, veja como o portal da SIA apresenta alguns desses elementos para a acessibilidade em Libras, conforme se verifica na Figura 55.

**Figura 55 - Portal da SIA com marcações das janelas de interpretação**



Fonte: <https://sia.ufrn.br/duvidas-frequentes>;

Na Figura 55 apresentada, vê-se duas janelas de interpretação, a janela menor à esquerda é uma janela fixa, o vídeo é alterado quando se clica na imagem com desenhos de mãos ao lado da palavra. Trata-se de um vídeo curto e que não se repete em *looping*. A segunda janela na parte inferior do *Site* é uma janela móvel, que pode ser minimizada ou ampliada, e atualizada quando clicamos no ícone de mãos ao lado do texto, é um vídeo mais longo e está hospedado no *Youtube*, também não se repete em *looping*, apenas com o comando do usuário ao clicar nos ícones indicativos de acessibilidade em Libras.

Desta forma, percebe-se que é possível que sejam desenvolvidos *sites* acessíveis em Libras na UFRN, esse é um exemplo pontual com conteúdos pontuais que foram traduzidos, e necessita ser ampliado para os demais veículos comunicacionais da instituição. Portanto, o acesso às informações, a acessibilidade informacional e comunicacional livre de barreiras e autônomo é um direito pertencente a todos.

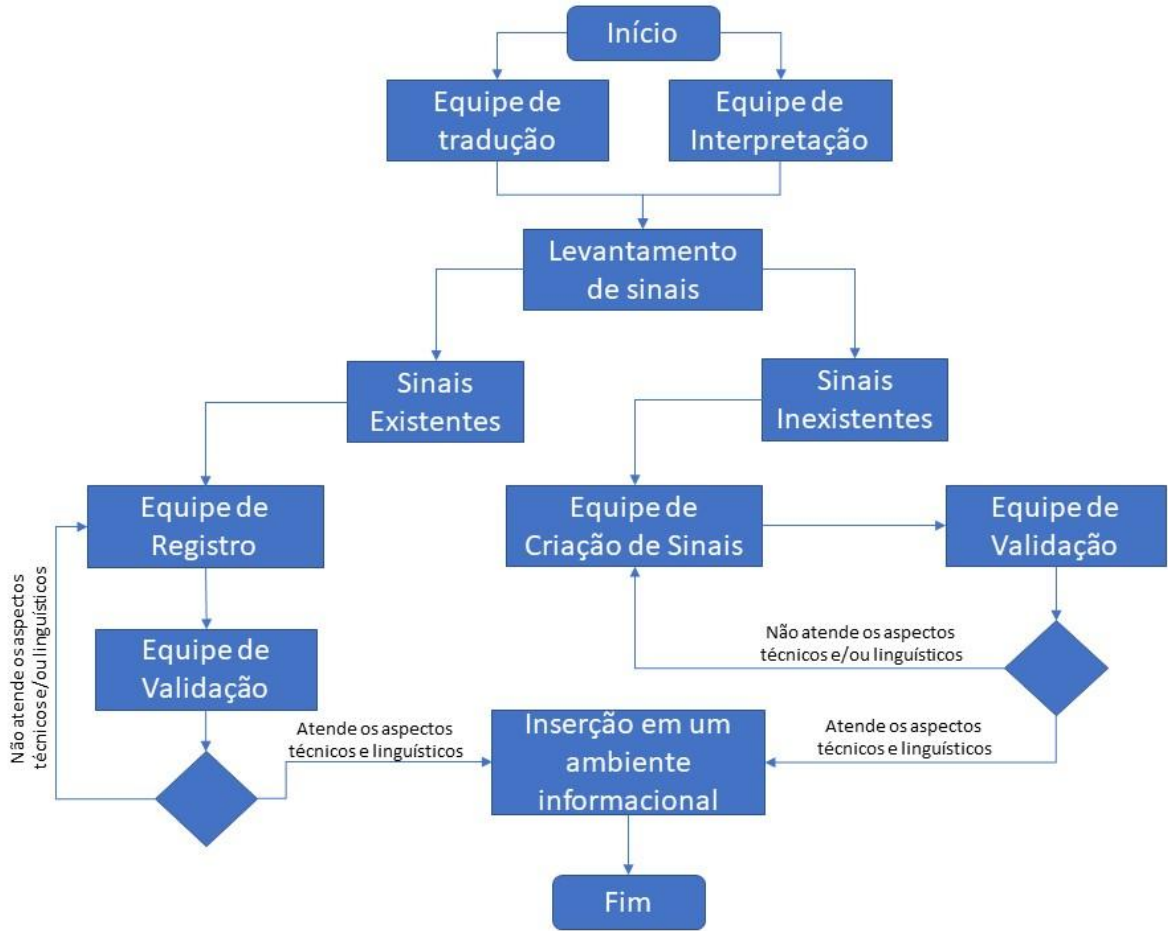
Um ambiente informacional muito utilizado na UFRN, como se viu na seção 6.2 (Mapeamento dos diversos ambientes informacionais que contemplam conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN) desta dissertação, é o *Youtube*, este permite que os vídeos possam ser legendados e divididos em capítulos, desta maneira pode-se numerar parágrafos e dividir a explicação de um determinado sinal e a sua sinalização. Entretanto, a melhor alternativa a ser adotada seria a criação de um portal destinado para esse fim, visto que poderia ser implementada uma busca a partir das configurações de mão e não somente de palavras na Língua Portuguesa. Contudo, o *Youtube* pode suprir as demandas informacionais

se bem utilizadas as ferramentas existentes na plataforma. No entanto, o uso de um ambiente não exclui o outro.

O levantamento de sinais é uma atividade que pode ser feita durante o semestre, nas atividades de tradução e interpretação, assim, sinais existentes são levantados e organizados para que possam ser registrados, validados e disseminados. Sinais termos inexistentes necessitam de um estudo prévio para serem criados junto a comunidade surda, que também deve validar o registro desse novo sinal.

Desta forma, a partir do levantamento de sinais inexistentes, duas equipes seriam formadas, uma equipe de criação de sinais e outra equipe de validação. A equipe de criação de sinais estudaria os conceitos envolvidos na área junto aos docentes e discentes, definiria o sinal e a definição em Libras desse conceito, logo depois faria um registro temporário. Em seguida, a equipe de validação avalia os aspectos linguísticos, bem como, consultaria a comunidade surda: docentes, discentes e intérpretes. Se estiverem todos de acordo, encaminha-se novamente para a equipe de criação que realizaria o registro do sinal, neste momento a equipe de validação receberia novamente para avaliar se o registro atende os aspectos técnicos. Se houver alguma inconsistência técnica, o registro deve ser regravado. Contudo, atendendo todos os aspectos técnicos o registro é enviado para um ambiente informacional para o acesso da comunidade. Conforme se apresenta na Figura 56 abaixo:

**Figura 56: Processo de registro de sinais**



Fonte: Elaboração do autor (2023)

Deste modo, após o levantamento de sinais, o processo de registro de sinais se dividiria em duas etapas independentes: o de sinais existentes e o de sinais inexistentes. Na primeira etapa, a equipe de registro grava os sinais e a definição, logo após envia para equipe de validação que avalia se os critérios linguísticos e técnicos foram atendidos, os critérios linguísticos aqui nesta fase, atém-se somente a gravação da definição, uma vez que o sinal já existe e é utilizado pela comunidade surda. Na segunda etapa, os sinais inexistentes são estudados pela equipe de criação de sinais, cria-se o termo e o significado em Libras, apresenta-se a comunidade surda, o contexto de uso, figuras do objeto, exemplos e ilustrações do seu uso para que os surdos compreendam a sua aplicabilidade, e o conceito possa ser entendido. Delibera-se a proposta dos sinais criados, se estão de acordo com os aspectos linguísticos da Libras. Em seguida, envia-se para a equipe de validação, o registro provisório do sinal-termo, que se atém em verificar se atendem os critérios linguísticos, e avalia a aceitação do sinal junto a comunidade usuária da Libras. Entretanto, se não for aceito pela comunidade, retorna para as adequações necessárias. Atendendo aos critérios linguísticos, o

novo sinal e o conceito retornam para um novo registro, em um estúdio, nesse momento a equipe de avaliação considera se o vídeo está de acordo com os critérios técnicos. Após as considerações e possíveis correções, o vídeo pode ser inserido em um ambiente informacional e ser disseminado na comunidade surda da UFRN. Desta maneira, no Quadro 8 apresenta-se uma síntese dos aspectos envolvidos para a criação de um glossário em Libras:

**Quadro 8: Síntese dos aspectos envolvidos na criação de um glossário**

<b>Ambiente informacional</b>	
<i>Site</i>	Ser acessível; Ser intuitivo; Levar em consideração o conceito de design universal; Inserir busca por configuração de mãos; No vídeo do sinal se possível inserir fotos e exemplos de uso do sinal;
<i>Youtube</i>	Utilizar as ferramentas da plataforma: legendas; divisão de capítulos entre o sinal-termo e a sua definição; inserir fotos e exemplos de uso do sinal no vídeo; usar o campo descrição do vídeo de maneira efetiva; <i>Thumbnail</i> deve ser clara e dirigir a atenção para o conteúdo acessível.
<b>Processo de registro de Sinais</b>	
Equipe de tradução	Durante o processo de produção da glosa, verificar os sinais existentes e inexistentes para inserção em um ambiente informacional.
Equipe de interpretação	Durante o processo de interpretação em eventos, disciplinas e em outras modalidades, verificar os sinais existentes e inexistentes para inserção em um ambiente informacional.
Equipe de registro	Registra os sinais existentes sinalizados pelas equipes de tradução e interpretação
Equipe de criação de sinais	Faz um estudo junto a comunidade surda para a criação de um sinal inexistente, faz o registro temporário do sinal e envia para a equipe de avaliação, posteriormente faz o registro em estúdio e envia novamente para a equipe de avaliação.
Equipe de validação	Avalia se a gravação dos sinais existentes pela equipe de registro atendem os aspectos técnicos, bem como se a definição está de acordo com aspectos linguísticos e técnicos. Avalia também se os sinais criados pela equipe de criação de sinais, se atendem aspectos linguísticos, técnicos e sua aceitação junto a comunidade surda.

Fonte: Elaboração do autor (2023)

#### **7.4 SÍNTESE DAS DIRETRIZES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EM LIBRAS NA UFRN**

Portanto, nesta subseção abordou-se diretrizes para a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN. Apresentou-se três diretrizes que envolvem as competências do Comitê, as ações desenvolvidas para atender as necessidades informacionais da comunidade surda na

instituição, e envolvem as atividades de tradução e interpretação. Assim, dentre as competências temos: promover a mediação linguística junto a comunidade surda, organizar a logística e obedecer às normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação. Dessa maneira, elaborou-se no Quadro 9 a síntese do abordado nesta seção:

**Quadro 9: Síntese das diretrizes para a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN**

Diretrizes	Ações
<p>1) Atender às solicitações de acordo com as necessidades comunicacionais e informacionais da comunidade surda</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Receber as solicitações de serviço nos canais apropriados, de acordo com o regulamentado;</li> <li>● Verificar se as solicitações atendem ao prazo requisitado pelo tipo de demanda;</li> <li>● Avaliar as solicitações recebidas e verificar se atendem aos critérios: Quem? Quando? Como? Onde? e O que?;</li> <li>● Atuar como mediador informacional contribuindo para a apropriação da informação;</li> <li>● Solicitar mais informações caso necessário;</li> <li>● Comunicar a resposta das solicitações de serviço para os solicitantes em caso de negativa no atendimento;</li> <li>● Se for possível atender a solicitação, designar uma equipe de atendimento e comunicar o solicitante a equipe que será responsável.</li> </ul>
<p>2) Otimizar a organização da logística referentes aos processos de tradução e interpretação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Prezar pelo cumprimento dos prazos de agendamento para as solicitações;</li> <li>● Estimular a observação do critério de envio de material para a prestação de determinado serviço;</li> <li>● Publicizar as normas e regulamentos dos serviços de tradução e interpretação;</li> <li>● Tornar conhecido as orientações para os conferencistas em eventos com interpretação;</li> <li>● Orientar os solicitantes de eventos sobre aspectos que precisam ser levados em consideração para a atividade de interpretação;</li> <li>● Criar mecanismos para que os solicitantes se atenha aos prazos de agendamentos de serviço de tradução e interpretação;</li> <li>● Definir a equipe e o período destinado para a produção de materiais traduzidos para a Libras;</li> <li>● Agendar o estúdio para a gravação de materiais traduzidos;</li> <li>● Definir equipe de validação para os materiais traduzidos, que observará uma lista de critérios específicos: linguísticos e técnicos;</li> <li>● Enviar material traduzido para o solicitante;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Definir local para guardar uma cópia dos materiais traduzidos, fazendo a gestão das informações, preservando-as e tornando-as acessíveis;</li> <li>● Atuar como mediador informacional avaliando se os materiais solicitados para a tradução atendem as necessidades informacionais, contribuindo para a apropriação da informação.</li> </ul>
<p>3) Implementar ações de preservação e disseminação de conhecimento em Libras</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atuar como mediador da informação, estimulando a pesquisa em determinada área e a construção de um projeto conjunto com os professores e departamentos, efetivando a gestão do conhecimento e da informação em Libras na UFRN;</li> <li>● A partir do processo de mediação informacional o Comitê pode direcionar os esforços para criação de materiais traduzidos que contemplem as necessidades informacionais de conhecimentos em Libras;</li> <li>● Criar equipes destinadas para o levantamento de sinais existentes e inexistentes;</li> <li>● Criar um ambiente informacional acessível, que seja projetado a partir do design universal, ou utilizar ambientes informacionais e suas ferramentas para promover a preservação e disseminação do conhecimento em Libras;</li> <li>● A partir do levantamento de sinais existentes, destinar uma equipe para o registro destes sinais;</li> <li>● A partir do levantamento de sinais inexistentes, destinar uma equipe para criação de sinais e outra equipe destinada para validação dos sinais;</li> <li>● Inserção dos sinais existentes que foram registrados em um ambiente informacional;</li> <li>● Inserção dos sinais inexistentes que foram validados e registrados em um ambiente informacional;</li> <li>● Disseminar o conhecimento produzido em Libras na UFRN;</li> <li>● Tornar acessível as informações em Libras na UFRN.</li> </ul>

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Por conseguinte, dessa maneira, apresentou-se ponderações sobre os conhecimentos produzidos em Libras na UFRN e a sua sistematização. Envolvendo a gestão da informação e do conhecimento, a mediação e apropriação da informação e ainda, a acessibilidade informacional na consecução desta seção. Abordou-se o contexto de atividades nos serviços de interpretação e tradução organizados pelo Comitê dos TILSP. Viu-se aspectos linguísticos e

técnicos envolvidos no processo de tradução e interpretação, bem como diretrizes na confecção de um glossário em Libras. Na seção a seguir será apresentado as considerações finais desta pesquisa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, apresentou-se uma reflexão da literatura sobre a gestão da informação e do conhecimento. Viu-se que o conhecimento explícito se trata de informações registradas e que o conhecimento tácito está ligado ao capital intelectual dos indivíduos de uma organização. Enunciou-se o modelo de Nonaka e Takeuchi (1997), a espiral do conhecimento, que está organizada em quatro processos: socialização, externalização, combinação e internalização. Esse modelo explica como o conhecimento tácito pode ser convertido em conhecimento explícito. Foi visto também o conceito de cultura organizacional que estimula os detentores do conhecimento a partilharem suas experiências, criando um conhecimento organizacional.

Outro aspecto teórico da Ciência da Informação abordado nesta pesquisa foi o conceito de mediação e apropriação da informação, aspectos relevantes para que o indivíduo possa ter as suas necessidades informacionais supridas. Nesta seção apresentou-se algumas categorizações da mediação e apropriação da informação, como também, a importância da intersubjetividade na transformação do conhecimento e disseminação de informações. Desta maneira, a comunicação, o contexto social e cultural são aspectos relevantes no processo de mediação e apropriação da informação.

Nesta pesquisa, foi desenvolvida uma consideração teórica sobre o sujeito surdo, bem como dos aspectos referentes a Libras. Discorreu-se sobre as identidades surdas, a cultura surda, o respeito pelo surdo e a sua língua. A Língua de Sinais possui particularidades, se trata de uma língua visual-espacial, que não é universal, cada país adota o seu próprio idioma, é uma língua natural com gramática própria. Além disso, não são expressões mímicas ou exclusivamente icônicas ou simplificadas apenas ao uso do alfabeto manual. Não se configuram como uma versão sinalizada das línguas orais, possuem estrutura próprias independentes das línguas orais. A origem da Libras é influenciada por outra língua de sinais e não por uma língua oral, a saber, a Língua de Sinais Francesa. E assim como os outros idiomas a Língua de Sinais possui variações linguísticas, no caso da Libras, de acordo com a região do Brasil, alguns sinais podem ser diferentes.

Expôs-se na metodologia a estrutura dessa pesquisa: quanto à perspectiva, é uma pesquisa social; quanto à abordagem, usou-se o método indutivo; quanto à natureza, é qualitativa; quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e exploratória; quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a revisão bibliográfica e a pesquisa documental; quanto

aos métodos de procedimentos, têm-se o método monográfico, o método funcionalista e o método estruturalista, e quanto às técnicas de pesquisa, a pesquisa documental.

Atendeu-se o primeiro objetivo específico da pesquisa, contextualizando as atividades do Tradutor Intérprete de Libras no Comitê de serviços de tradução e interpretação de Libras na UFRN, que faz a transposição das informações de uma língua fonte para a língua alvo, no caso em questão, da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais, de maneira simultânea ou consecutiva, podendo ocorrer nas modalidades oral ou escrita. Analisou-se a documentação que regula a prestação deste serviço na UFRN, bem como a política de atendimento dos serviços de tradução e interpretação na Universidade, desta forma obtivemos subsídios para elaboração de diretrizes para as ações que competem ao Comitê, foram investigadas 3 portarias e 1 instrução normativa que regulam as atividades de interpretação e tradução na instituição. Ao final apresentou-se um quadro com uma síntese das principais contribuições destes regulamentos na promoção de uma política linguística na UFRN.

Por conseguinte, concluiu-se o segundo objetivo específico, em que se apontou os ambientes informacionais que contemplam os conhecimentos produzidos acerca da Libras na UFRN, os mapeando em diversas plataformas, a saber: *Youtube*, *sites* institucionais, *drives* no Google e outros. Para a consecução deste objetivo, consultou-se docentes da área de Libras e os representantes do Comitê, bem como, os companheiros intérpretes da instituição que indicaram os registros de tradução que efetuaram e onde poderiam estar disponíveis. Em posse dos endereços dos possíveis ambientes, buscou-se mais ambientes por meio de pesquisa nos *sites* institucionais e canais institucionais de ambientes informacionais. Logo após, se efetuou uma análise desses ambientes e os conhecimentos produzidos em Libras na UFRN.

Posteriormente, demonstrou-se a conclusão do terceiro objetivo específico, analisou-se os parâmetros no processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário. Desta forma, a pesquisa abordou aspectos linguísticos necessários para a sua consecução, apresentando aspectos fonológicos, aspectos morfológicos, categorias gramaticais, flexões em Libras e aspectos sintáticos. Logo após a demonstração dos aspectos linguísticos necessários para a criação de sinais-termos, demonstrou-se parâmetros para registro desses materiais, e a necessidade de serem efetuados em vídeo. Em seguida, pontuou-se a construção e validação de ambientes informacionais em Libras. Para a consecução desse objetivo efetuou-se uma pesquisa bibliográfica.

A continuação, com os subsídios adquiridos com a conclusão dos objetivos específicos, apresentou-se na última sessão a conclusão do objetivo geral. Diretrizes para a

sistematização do conhecimento em Libras na UFRN. As diretrizes apresentadas foram: Atender às solicitações de acordo com as necessidades comunicacionais e informacionais da comunidade surda; Otimizar a organização da logística referentes aos processos de tradução e interpretação; e Implementar ações de preservação e disseminação de conhecimento em Libras. Desta maneira, ponderou-se sobre a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN, no processo de tradução e interpretação, bem como critérios linguísticos e técnicos para validação dos materiais. Abordou-se diretrizes para sistematizar a criação de um glossário, com sinais existentes e a criação de sinais inexistentes.

Portanto, a pesquisa analisou os parâmetros do processo de criação de sinais, para validação e registro de sinais-termos na criação de diretrizes de elaboração de um glossário. E propôs soluções para a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN, através da gestão da informação e do conhecimento, como também, da mediação e apropriação da informação, desta forma, possibilitando a acessibilidade informacional dos documentos institucionais e a sua disponibilização para toda a comunidade da instituição. E ainda, propôs soluções para a sistematização do conhecimento em Libras na UFRN, auxiliando de maneira efetiva o processo de tradução e interpretação, com diretrizes para o registro de sinais existentes e criação de novos sinais, disseminando o conhecimento em Libras para a comunidade surda.

Assim sendo, como contribuição social desta pesquisa foram apresentadas as seguintes diretrizes: o atendimento às solicitações de acordo com as necessidades comunicacionais e informacionais da comunidade surda; A otimização da organização da logística referentes aos processos de tradução e interpretação; E a implementação de ações para preservação e disseminação de conhecimento em Libras. Portanto, estas visam nortear a produção de conhecimento em Libras na instituição, trata-se de uma proposta de intervenção com o intuito de sistematizar o conhecimento confeccionado em Libras. Desse modo, nesta pesquisa, as diretrizes desenvolvidas integram um produto de comunicação científica, que de maneira transversal podem ser aplicadas em outras instituições, promovendo o direito à informação, a acessibilidade e inclusão dos surdos na instituição, estimulando o aprendizado e geração de novos conhecimentos em Libras.

Isto posto, foram definidos diretrizes com base na análise documental dos regulamentos dos serviços de tradução e interpretação em Libras na UFRN, no mapeamento de ambientes informacionais de conhecimentos produzidos em Libras na UFRN, como também, nos aspectos linguísticos e parâmetros de registro e validação na construção de ambientes informacionais. Contudo, ainda se faz necessário verificar na prática a execução

destas diretrizes, desta forma, este é um ponto que fica em aberto para uma pesquisa posterior. Além do mais, apresentou-se aspectos para elaboração de um glossário, para a produção de um ambiente informacional acessível, este tema pode-se dar seguimento em uma pesquisa futura, analisando aspectos da arquitetura da informação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. 2007. *In* II Seminário em Ciência da Informação - UEL, Londrina, 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação**, v. 2, n. 1, p. 89- 103, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119300>. Acesso em: 21 jan 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Competência em Informação: algumas considerações críticas. 2016. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=966](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=966). Acesso em: 15 jan. 2023.

ALVES, Mariana De Souza; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; SALCEDO, Diego Andres. Práticas leitoras e informacionais: mediação e apropriação. *In*: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB). 2017.

ARAUJO, Carlos Roberto Ávila. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ARAUJO, Eliece Helena Santos. Acessibilidade e Inclusão de pessoas com deficiência na Faculdade de Direito da UFBA. - Salvador. 2015. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15290: Acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARBOSA, Ricardo. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. *Informação e Informação*, Londrina, v. 13, n. esp., p.1-25, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BARRETO, Aldo. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. *Ciência da Informação*. [S. l.], v. 25, n. 3, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf.v25i3.640. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/640>. Acesso em: 3 dez. 2022.

BIBLIOUFRN. Inclusão e Acessibilidade. YouTube, 19 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zITbWZ9yzzU&t=87s>. Acesso em: 04 de junho de 2022.

BOTELHO, Maria de Fatima Cleomenis; CARVALHO, Kátia de. Bibliotecas universitárias e pessoas com deficiência: leitura, mediação e apropriação dos sentidos. **Ponto de Acesso**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 24–42, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/11953>. Acesso em: 4 dez. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm). Acesso em 01 de Julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm) – Acesso em 01 de Julho de 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). – Acesso em 01 de Julho de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). – Acesso em 01 de Julho de 2021.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm) – Acesso em 01 de Julho de 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm); acesso em: 05 de Julho de 2021.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) ; acesso em: 05 de Julho de 2021.

CAMARGO, Liriane SA; VIDOTTI, S. B. G. Uma estratégia de avaliação em repositórios digitais. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS–SNBU, v. 15, 2008. Disponível em: < <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4158>> Acesso em: 10 jul. 2021.

CELESTE, Priscilla Martins. Tradução de: The knowledge-creating company. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997- 17ª Reimpressão, 1997

CORRADI, Juliane Adne Mesa. Ambientes informacionais digitais e usuários surdos: questões de acessibilidade. – Marília, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007.

COSTA, S.M. de S.; LEITE, F. C. L. Imbricações teóricas entre comunicação e gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação. In: COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L.; TAVARES, R. B. (Orgs.). Comunicação da informação, gestão da informação e gestão do conhecimento. Brasília: Ibict, 2018. p. 17-41. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-358X2018000100225](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2018000100225) Acesso em: 22 abr. 2021.

CRUZ, Luciane; XIMENES, Nívea. LIBRAS I e II UN5: Cultura surda. Artefatos da cultura surda. Identidade surda. Curso Online de Pedagogia. Rio de Janeiro: INES, 2018.

CUSIN, César Augusto. Acessibilidade em ambientes informacionais digitais. 2010. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103359>.

DAVENPORT, T. H. Processos de gerenciamento da informação. In: \_\_\_\_\_ Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 5. Ed. São Paulo: Futura, 2002.

DENTLOR, Detlor. Information management. International Journal of Information Management, v. 30, n. 2, p. 103-108, 2010. Editorial. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2009.12.001> Acessado em: 10 jul. 2021.

DE PAIVA, Rodrigo Oliveira et al. Breves apontamentos sobre um repositório digital bilíngue (Português-Libras): o caso do repositório digital Huet. Informação & Sociedade, v. 29, n. 1, p. 101-116, jan./mar. 2019. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Cassia\\_Furtado/publication/332829914\\_Breves\\_apontamentos\\_sobre\\_um\\_repositorio\\_digital\\_biligue\\_PortuguesLibras\\_o\\_caso\\_do\\_repositorio\\_digital\\_al\\_Huet/links/5dc1dbb2a6fdcc212808788c/Breves-apontamentos-sobre-um-repositorio-digital-biligue-Portugues-Libras-o-caso-do-repositorio-digital-Huet.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Cassia_Furtado/publication/332829914_Breves_apontamentos_sobre_um_repositorio_digital_biligue_PortuguesLibras_o_caso_do_repositorio_digital_al_Huet/links/5dc1dbb2a6fdcc212808788c/Breves-apontamentos-sobre-um-repositorio-digital-biligue-Portugues-Libras-o-caso-do-repositorio-digital-Huet.pdf)> Acesso em: 22 abr. 2021.

DI DONATO, Adriana; OLIVEIRA, S. M. D. Libras I. Língua Portuguesa e Libras: teorias e práticas, v. 1, p. 155-97, João Pessoa, Brasil: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

DORZIAT, Ana. Estudos surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

DUARTE, Emeide Nóbrega et al. Práxis de gestão do conhecimento no ambiente das organizações no escopo da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <https://ppgic.files.wordpress.com/2018/07/duarte-e-n-2015.pdf> Acesso em: 15 abr. 2021.

FERREIRA, Adir Luís, et al. O que é Libras? Fundamentos para educação inclusiva de surdos: módulo 1. Natal: Edufrn, 2011.

GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 3, n. 1, 2010.

HAZARD, Damian; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; REZENDE, André Luiz Andrade. Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros. 2007.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo : Atlas, 2017.

LICHESKI, Lais C., and Luciane Maria Fadel. "Digital (in)accessibility/ (In)acessibilidade digital." Brazilian Journal of Information Design, v. 10, n. 2, pp. 104, May 2013. Gale Academic OneFile, Disponível em: [link.gale.com/apps/doc/A465696111/AONE?u=capes & sid=bookmark-AONE & xid=e8dd01bc](http://link.gale.com/apps/doc/A465696111/AONE?u=capes&sid=bookmark-AONE&xid=e8dd01bc). Acessado em: 1 Junho 2022.

MARCHIORI, Patricia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. Ciência da Informação [online]. 2002, v. 31, n. 2, pp. 72-79. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200008>. Acessado em: 1 Junho 2022.

MANDELBLATT, Janete; FAVORITO, Wilma. A expansão e o registro do léxico terminológico em Libras: a contribuição do manúário acadêmico do ines. In: Periódico Acadêmico do Instituto Nacional de Surdos: Revista Espaço, nº49, jan./jun. 2018. pp.153-172, Rio de Janeiro.

MELHORAMENTOS: Minidicionário da língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1992.

MELO, Mery Cristina Pascoal de. Ambiente informacional digital do Centro de Humanidades/UFCG: uma análise com base nos princípios da arquitetura da informação e da usabilidade. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MOREIRA, Luciana de Albuquerque; SILVA, Armando Manuel Barreiros Malheiro da. Desafios e perspectivas em gestão da informação e do conhecimento [recurso eletrônico] / organizador por Andréa Vasconcelos Carvalho e Pedro Alves Barbosa Neto – Natal: EDUFRN, 2020. 437 p.: il. 1 PDF

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Criação de Conhecimento da Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, NOVAES, Edmarcius Carvalho. Surdos: Educação, Direito e Cidadania. Rio de Janeiro : Wak, 2014.

OROZCO GÓMEZ, G. La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa. México: Universidade Nacional de la Plata, 1996.

PASSERINO, L. M., & MONTARDO, S. P. (2007). Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais. E-Compós, 8. <https://doi.org/10.30962/ec.144>

PAIVA, R. O. de, BENCHIMOL, A., CHALHUB, T., & FURTADO, C. C. (2019). Breves apontamentos sobre um repositório digital bilíngue (Português-Libras): o caso do repositório digital Huet. Informação & Amp; Sociedade: Estudos, 29(1). Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/43999>

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo, 2011.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). A surdez – um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PERROTTI, Edmir e PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. Tradução . Recife: Néctar, 2007. . Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001826107.pdf>. Acesso em: 02 Jan. 2023.

PIZZIO, Aline Lemos; CAMPELLO, Ana Regina e Souza; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira; QUADROS, Ronice Müller. Língua Brasileira de Sinais III. Florianópolis, Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

RIBEIRO, M. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. (2022). Da mediação a apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação, 18(2), 1–17. Recuperado de <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1825>.

SARECEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. Perspec. Ci. Inf., Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Editorial. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>. Acessado em: 10 jul. 2021.

SILVA, Antonio Wagner Chacon; NUNES, Jefferson Veras. Práticas informacionais como paradigma: por uma teoria social da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília; UNESP, 2017.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. Acessibilidade e cidadania: teorias e práticas em contextos informacionais. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2014.

SONZA, Andréa Poletto. Ambientes Virtuais Acessíveis sob a Perspectiva de Usuários com Limitação. – Porto Alegre, 2008. 298 f. + Anexos. Tese (Doutorado em Informática na

Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Porto Alegre, 2008.

SONZA, Andréa Poletto et al. Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais. Bento Gonçalves: IFRS, 2013.

SOUZA, E. D.; DIAS, E. J. W.; BORGES, M. E. N. A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92901>. Acesso em: 1 Jul. 2022.

STROBEL, Karin Lilian. Surdos: vestígios culturais não registrados na história Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91978>. Acesso em: 1 Jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Gabinete do Reitor. Portaria nº 969/17-R, de 19 de maio de 2017. Natal, 2017. Disponível em: [https://ufrn.br/resources/documentos/portarias/portaria\\_969.pdf](https://ufrn.br/resources/documentos/portarias/portaria_969.pdf) Acesso em: 07 de agosto de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Gabinete do Reitor. Portaria nº 1.157/17-R, de 12 de Junho de 2017. Natal, 2017. Disponível em: <<https://sipac.ufrn.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=2304>> Acesso em: 07 de agosto de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Gabinete do Reitor. Portaria nº 1.619/17-R de 04 de Agosto de 2017. Disponível em: <<https://sipac.ufrn.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=2342>> Acesso em: 07 de agosto de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Gabinete do Reitor. Instrução Normativa Nº 01/2021-R, de 25 de junho de 2021. Natal, 2017. Disponível em: <<https://sipac.ufrn.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=3298>> Acesso em: 07 de agosto de 2022.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim et al. Gestão, mediação e uso da informação. Cultura Acadêmica, 2010.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação em múltiplas abordagens. *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 2, p.138-170, mai./ ago. 2014.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## ANEXOS

### Anexo 1

#### PORTARIA N.º 969/17-R, DE 19 DE MAIO DE 2017.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, resolve:

Art. 1º Regulamentar as normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), exercida por servidores técnico-administrativos em educação, conforme os termos a seguir.

Art. 2º Para os fins deste regulamento considera-se:

I – Língua Brasileira de Sinais como a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico constituído de natureza visual motora, e que possui estrutura gramatical própria, estabelece o meio de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil;

II – tradução como as ações de transferência e transposição de sentidos de uma língua/contexto fonte para uma língua/contexto alvo, a partir de um registro de um ato comunicativo. Nesse sentido, a atividade de tradução não se dá no momento do evento comunicativo, sendo, portanto, ligada a uma atividade de pesquisa e reflexão envolvendo as línguas relacionadas;

III – interpretação como um desempenho imediato de transferência, explicação e transposição de sentidos de uma língua/contexto fonte para uma língua/contexto alvo durante um evento comunicativo. Nesse sentido, a interpretação ocorre durante o momento comunicativo.

Art. 3º Entende-se por Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa (TILSP), o profissional que desempenha o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, bem como, o cargo de Tradutor Intérprete com par linguístico em Libras – Língua Portuguesa. (para abranger os dois cargos, nível D e E).

Parágrafo único. O tradutor e intérprete da LIBRAS/Português é o profissional que traduz e interpreta a Língua de Sinais para a língua falada (Português) e vice-versa em quaisquer modalidades em que se apresentarem (oral e escrita).

Art. 4º Serão considerados usuários dos serviços de interpretação os docentes, discentes, servidores, prestadores de serviços da UFRN e público externo.

Art. 5º Serão prestados serviços de tradução e interpretação da LIBRAS para a Língua Portuguesa e vice-versa para os usuários referidos no Art. 4º, desde que esses serviços estejam relacionados as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, promovidos pela UFRN.

Art. 6º A regulamentação dos serviços dos TILSP tem como objetivos:

I – orientar a conduta ética e profissional, em conformidade com as diretrizes em vigor publicadas pelo MEC;

II – instituir normas que devem direcionar o exercício das atividades dos TILSP.

Art. 7º Compete aos Tradutores e Intérpretes de Libras/Português:

I – prestar serviço de tradução e interpretação na UFRN, sempre considerando a cultura surda e o respeito à pessoa humana;

II – atuar de forma colaborativa com os membros da equipe, auxiliando-os sempre que necessário a fim de garantir a qualidade dos serviços;

III – estabelecer previamente, com o intérprete parceiro a melhor forma de auxiliá-lo na função de apoio à atividade de tradução e interpretação;

IV- manter-se atualizado quanto as suas atribuições no âmbito referencial, metodológico e tradutório;

V – apresentar domínio da Língua Portuguesa escrita e oral;

VI– dominar os requisitos básicos de informática necessários ao exercício de sua profissão, desenvolvendo competências sobre ferramentas de busca em sites especializados e levantamentos de terminologia da área a ser traduzida e/ou interpretada.

VII – seguir as orientações da sua coordenação institucional.

Art. 8º São atribuições dos TILSP:

I - traduzir e interpretar de um idioma para outro (Língua Portuguesa para LIBRAS e da LIBRAS para Língua Portuguesa), seja na forma escrita, oral ou em Libras;

II – atuar junto à Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) em eventos por ela promovidos e/ou por outros setores da instituição;

III – traduzir e interpretar materiais informativos, palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas, reproduzindo na LIBRAS ou na modalidade oral da Língua Portuguesa o pensamento e a intenção comunicativa do emissor;

IV – mediar, comunicacionalmente, a capacitação de técnicos e docentes da UFRN;

V – mediar a comunicação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição;

VI – manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para utilização em atividades pertinentes à Inclusão no Ensino Superior.

Art. 9º São deveres fundamentais dos TILSP:

I – observar os princípios e as técnicas reconhecidas pela área e pelo Código de Ética dos Servidores Públicos Civil da União;

II – respeitar os horários estabelecidos na escala de trabalho semanal ou mensal, bem como cumprir a carga horária contratada, obedecendo aos horários estabelecidos e, em caso de ausência, devidamente justificada, informar, antecipadamente, à coordenação institucional.

IV– manter sigilo das informações confidenciais disponibilizadas durante a prática da tradução interpretação e/ou institucionais, sendo assim vedada a sua utilização em benefício próprio ou de outrem;

V – respeitar as variáveis culturais envolvidas no processo de interpretação, observando as informações e a intenção do emissor.

Parágrafo Único. Quando necessário ausentar-se por motivo justificável, o TILSP deverá informar ao responsável pela organização da escala e repassar o trabalho para outro profissional.

Art. 10. São direitos fundamentais dos TILSP:

I – acesso à qualificação e à atualização profissional fomentada pela UFRN;

II – garantia de acesso às ações preventivas de Lesões por Esforço Repetitivo - LER e Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT;

III – é permitido aos TILSP; receberem pagamentos pelos trabalhos extras desde que não prejudiquem as suas atividades institucionais de tradução e interpretação e não comprometam sua carga horária de trabalho contratado;

IV – local e recursos apropriados para o bom desenvolvimento das atividades de trabalho, conforme previsto na Política de Atendimento (Anexo I);

V – garantia de traslado nas atividades de interpretação quando realizadas fora do campus de trabalho;

VI – garantia do recebimento de diárias e passagens e/ou traslado quando o trabalho for realizado fora da região de lotação do TILSP.

Art. 11. Todas as solicitações deverão ser obrigatoriamente, efetuadas por meio de formulário eletrônico constante no SIGAA.

§ 1º Não serão atendidas as solicitações dos serviços de tradução e/ou interpretação institucionais via contatos particulares dos TILSP.

§ 2º Em caso de desistência do serviço de tradução e/ou interpretação de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa, o solicitante deverá comunicar com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência o servidor responsável pela realização do serviço.

§ 3º O solicitante deve ter ciência da sua responsabilidade em providenciar o material com antecedência aos TILSP, bem como de promover encontros com os autores para explicação do conteúdo/tema/assunto a ser abordado no evento, respeitando os prazos estipulados conforme a Política de Atendimento (Anexo I).

Art. 12. Considerando a necessidade e as particularidades do serviço, a fim de garantir a inclusão e a acessibilidade no atendimento ao público, o regime de trabalho dos TILSP consistirá em turnos ininterruptos com carga horária de 30 horas semanais.

§ 1º Os TILSP deverão ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da sua carga horária de atividade de interpretação e/ou tradução, destinados para estudo do material que será utilizado como suporte para sua atuação.

§ 2º Os servidores responsáveis na coordenação das atividades de interpretação terá ainda 15% (quinze por cento) da sua carga horária de trabalho destinada à confecção de agenda e distribuição da demanda de trabalho.

Art. 13. O atendimento de TILSP se dará dentro do par linguístico exigido em concurso público, ou seja, Libras e Língua Portuguesa.

§1º As traduções e/ou interpretações que envolvam outros pares linguísticos (a exemplo: Língua Americana de Sinais/Língua Brasileira de Sinais) deverão ser realizadas por profissionais ocupantes dos cargos de Tradutores Intérpretes, sendo estes proficientes e especializados nos devidos pares linguísticos.

Art. 14. O atendimento ocorrerá em duplas, respeitando o tempo de revezamento de 20 minutos para cada intérprete, intercalando a posição de intérprete de Língua de Sinais e intérprete de apoio, observando o disposto no Art. 7, III deste regulamento.

§1º O atendimento com a presença de apenas um profissional TILSP acontecerá em situações, previamente, avaliadas pela coordenação, levando em consideração o contexto e a duração do serviço.

Art. 15. O uso da imagem do TILSP é restrito às finalidades institucionais sendo vedado qualquer registro, utilização e veiculação da imagem com fins particulares e/ou comerciais sem a prévia autorização, devendo a mesma ser emitida por Termo de Consentimento.

Parágrafo único. O uso indevido dos materiais em que a imagem do TILSP é utilizada sem qualquer consentimento ou ainda ultrapasse os limites da autorização poderá incidir sanções legais.

Art. 16. Para fins de esclarecimento, a coordenação de serviços de tradução e interpretação de Libras deverá ser composta por servidores especialistas na área de Libras/ tradução e interpretação.

Art. 17. Os casos omissos serão analisados pela Coordenação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 18. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Publicar esta Portaria em Boletim de Serviço.

Ângela Maria Paiva Cruz  
Reitora

## ANEXO I

### DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AS SOLICITAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTÉRPRETAÇÃO INSTITUCIONAL/UFRN

#### 1. INTRODUÇÃO

Com a contratação dos tradutores/intérpretes da Libras/Português (TILSP), que atuam na mediação da comunicação entre não-usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras e os utentes desta língua, surgiu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte a necessidade de se produzir e divulgar uma política de atendimento, a fim de padronizar e orientar a solicitação dos serviços destes profissionais. Esta ação tem como objetivo atender à demanda de forma organizada e eficaz, garantindo acessibilidade de comunicação junto à comunidade acadêmica da UFRN.

## 2. OBJETO

Tradução e interpretação da Libras para a Língua Portuguesa e da Língua Portuguesa para a Libras nas diferentes modalidades.

## 3. VALORES:

- 3.1 Transparência
- 3.2 Impessoalidade
- 3.3 Agilidade
- 3.4 Respeito às solicitações

## 4. ESCOPO DA ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO DO TRADUTOR/ INTÉRPRETE DE LIBRAS NA UFRN

- 4.1 Traduzir e interpretar de um idioma para outro (Língua Portuguesa para LIBRAS e da LIBRAS para Língua Portuguesa), seja na forma escrita, oral ou em Libras.
- 4.2 Atuar junto à Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) em eventos por ela promovidos ou outros setores da instituição.
- 4.3 Traduzir e interpretar materiais informativos, palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas, reproduzindo na LIBRAS ou na modalidade oral da Língua Portuguesa o pensamento e a intenção comunicativa do emissor.
- 4.4 Atuar na capacitação de técnicos e docentes da UFRN.
- 4.5 Mediar a comunicação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 4.6 Manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para a utilização em atividades pertinentes à Inclusão no Ensino Superior.

## 5. SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO

Todas as solicitações deverão ser efetuadas por meio de formulário eletrônico e encaminhadas à coordenação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS de serviços de interpretação.

## 6. TIPOS DE ATENDIMENTO E PRAZOS DE SOLICITAÇÃO

- 6.1 Mediação linguística nos atendimentos disponibilizados nos departamentos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas), salvo exceções.  
Obs.: o atendimento será realizado mediante a disponibilidade da equipe de intérpretes.
- 6.2 Interpretação de aulas e outras atividades educacionais oferecidas por diferentes cursos da UFRN.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.3 Interpretação em eventos, palestras, encontros, convenções, congressos e outros. **Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.  
Obs.: enviar o conteúdo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do evento. Observar também as orientações para conferencistas.
- 6.4 Atuação em diferentes atividades de ensino realizadas extraclasse.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.5 Mediação comunicacional em atividades de extensão e pesquisa.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 6.6 Produção de Material: glossário, interpretação/tradução de textos.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.  
**Obs.:** Esse trabalho será realizado com a supervisão/colaboração do solicitante.
- 6.7 Mediar, comunicacionalmente, o treinamento de servidores/funcionários para atendimento.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 6.8 Interpretação de reuniões/plenárias.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. Obs.: indicar data, hora, local, pauta e duração do evento.
- 6.9 Interpretação de reuniões de entidades representativas dos alunos, tais como: Centro Acadêmico – C.A., colegiado e outros.

**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Obs.: indicar data, hora, local, pauta e duração do evento.

6.10 Tradução de Editais, Provas.

**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.11 Serviço de pronto atendimento.

**A ser realizado pelo intérprete designado para o setor com a finalidade de prestar informações pontuais.**

6.12 Demais serviços serão deliberados pela coordenação dos TILSP da UFRN.

## 7. PRIORIDADES

7.1 Discentes e docentes surdos desta universidade;

7.2 Discentes e docentes dos demais cursos;

7.3 Eventos abertos ao público promovidos pela UFRN;

7.4 Ordem de agendamento.

## 8. ORIENTAÇÕES PARA A ATUAÇÃO DOS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LIBRAS EM EVENTOS

**8.1** Assentos exclusivos e devidamente sinalizados para todos os TILSP atuantes;

**8.2** Água mineral para todos os TILSP;

**8.3** Espaço, visualmente, adequado com fundo neutro e iluminação permanente;

**8.4** Retorno de áudio e vídeo;

**8.5** Microfones;

**8.6** Fones com canal de interpretação, caso o evento conte com palestras em outros idiomas;

**8.7** Envio prévio de material para estudo, conforme rege a Política de Atendimento referente à solicitação;

**8.8** Translado (ida e volta) para eventos ocorridos fora do campus de lotação; **8.9** Ponto de energia e acesso à internet próximo ao local de atuação no evento.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**9.1** A Política de Atendimento deverá ser revisada e atualizada, no máximo, a cada dois anos.

**9.2** As dúvidas e casos omissos serão dirimidos pela coordenação da área de tradução e interpretação.

## ANEXO II

### ORIENTAÇÕES PARA CONFERENCISTAS QUE ATUARÃO COM O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Caro conferencista,

Sua palestra terá interpretação simultânea para maior proveito dos participantes que são usuários da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O trabalho dos intérpretes será decisivo no êxito de sua apresentação e a qualidade da interpretação será, grandemente, aumentada se V.S.<sup>a</sup> se dispuser a seguir as orientações abaixo.

Antes da apresentação

- Informe-se sobre quem estará encarregado da interpretação de suas palestras. Envie à equipe designada cópias de arquivos ou informações relevantes (*slides*, transparências, textos, citações, etc.);
- Divulgue seus dados de contato e coloque-se à disposição para consultas;
- Evite o uso excessivo de siglas e abreviaturas;
- Identifique termos que devem ser mantidos na língua original; Traga consigo cópias de sua apresentação.

#### No dia da apresentação

- Encontre-se com os intérpretes em horário de sua conveniência e deixem que acompanhem a preparação final de seus *slides*;
- Procure resumir em poucas palavras o objetivo geral de sua palestra e as conclusões que pretende chegar;
- Deixe com os intérpretes qualquer material impresso que pretenda ler durante a palestra. Isso é, particularmente, importante no caso de citações literárias;
- Repasse com eles, rapidamente, qualquer vídeo que pretenda usar;
- Fale sobre piadas que pretenda usar. Algumas podem ser intraduzíveis. Os intérpretes o ajudarão a adaptar o que for necessário e o orientarão sobre o que deve ser evitado.
- Para conferencistas ouvintes: fale de modo audível e claro. Para conferencistas surdos: sinalize de forma moderada e clara.
- Deixe cada *slide* na tela por um segundo a mais. Isso dará tempo aos intérpretes de concluir a leitura.
- Acostume-se há esperar um pouco mais, além do normal pelas respostas da plateia. Algumas pessoas reagirão primeiro que outras por não estarem usando a tradução.

**Anexo 2****PORTARIA N.º 1.157/17-R, DE 12 DE JUNHO DE 2017.**

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, resolve:

Art. 1º Criar o Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, vinculado à Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – CAENE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e composto pelos membros abaixo nominados.

JÉSSICA DO CARMO ALVES DE ANDRADE, matrícula nº 1025963, Professora Auxiliar (Coordenadora);  
GISELE OLIVEIRA DA SILVA PAIVA, matrícula nº 1997204, Professora Auxiliar (Vice-Coordenadora);  
RAFAEL EMIL KOROSSY MARQUES, matrícula nº 2316670, Professor Auxiliar;  
SARAH LEE REDMER, matrícula nº 2072882, Tradutora e Intérprete de Linguagem de Sinais.

Art. 2º Ao Comitê de Serviços de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais compete organizar a logística necessária para promover a mediação linguística junto à comunidade acadêmica, obedecendo-se às normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa na UFRN, regulamentadas pela Portaria nº 969/17-R, de 19.05.2017.

Art. 3º Fazer publicar esta Portaria em Boletim de Serviço.

Ângela Maria Paiva Cruz  
Reitora

### Anexo 3

#### PORTARIA N.º 1.619/17-R, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 23 do Estatuto da UFRN e o artigo 39 do Regimento Geral, resolve:

Art. 1º Regulamentar as normas referentes à prestação do serviço de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), exercida por servidores técnico-administrativos em educação, conforme os termos a seguir.

Art. 2º Para os fins deste regulamento considera-se:

I – Língua Brasileira de Sinais como a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico constituído de natureza visual motora, e que possui estrutura gramatical própria, estabelece o meio de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil;

II – tradução como as ações de transferência e transposição de sentidos de uma língua/contexto fonte para uma língua/contexto alvo, a partir de um registro de um ato comunicativo. Nesse sentido, a atividade de tradução não se dá no momento do evento comunicativo, sendo, portanto, ligada a uma atividade de pesquisa e reflexão envolvendo as línguas relacionadas;

III – interpretação como um desempenho imediato de transferência, explicação e transposição de sentidos de uma língua/contexto fonte para uma língua/contexto alvo durante um evento comunicativo. Nesse sentido, a interpretação ocorre durante o momento comunicativo.

Art. 3º Entende-se por Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa (TILSP), o profissional que desempenha o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, bem como, o cargo de Tradutor Intérprete com par linguístico em Libras – Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tradutor e intérprete da LIBRAS/Português é o profissional que traduz e interpreta a Língua de Sinais para a língua falada (Português) e vice-versa em quaisquer modalidades em que se apresentarem (oral e escrita).

Art. 4º Serão considerados usuários dos serviços de interpretação os docentes, discentes, servidores, prestadores de serviços da UFRN e público externo.

Art. 5º Serão prestados serviços de tradução e interpretação da LIBRAS para a Língua Portuguesa e vice-versa para os usuários referidos no Art. 4º, desde que esses serviços estejam relacionados as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, promovidos pela UFRN.

Art. 6º A regulamentação dos serviços dos TILSP tem como objetivos:

I – orientar a conduta ética e profissional, em conformidade com as diretrizes em vigor publicadas pelo MEC;

II – instituir normas que devem direcionar o exercício das atividades dos TILSP.

Art. 7º Compete aos Tradutores e Intérpretes de Libras/Português:

I – prestar serviço de tradução e interpretação na UFRN, sempre considerando a cultura surda e o respeito à pessoa humana;

II – atuar de forma colaborativa com os membros da equipe, auxiliando-os sempre que necessário a fim de garantir a qualidade dos serviços;

III – estabelecer previamente, com o intérprete parceiro a melhor forma de auxiliá-lo na função de apoio à atividade de tradução e interpretação;

IV- manter-se atualizado quanto as suas atribuições no âmbito referencial, metodológico e tradutório;

V – apresentar domínio da Língua Portuguesa escrita e oral;

VI- dominar os requisitos básicos de informática necessários ao exercício de sua profissão, desenvolvendo competências sobre ferramentas de busca em sites especializados e levantamentos de terminologia da área a ser traduzida e/ou interpretada.

VII – seguir as orientações da sua coordenação institucional.

Art. 8º São atribuições dos TILSP:

- I - traduzir e interpretar de um idioma para outro (Língua Portuguesa para LIBRAS e da LIBRAS para Língua Portuguesa), seja na forma escrita, oral ou em Libras;
- II – atuar junto à Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) em eventos por ela promovidos e/ou por outros setores da instituição;
- III – traduzir e interpretar materiais informativos, palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas, reproduzindo na LIBRAS ou na modalidade oral da Língua Portuguesa o pensamento e a intenção comunicativa do emissor;
- IV – mediar, comunicacionalmente, a capacitação de técnicos e docentes da UFRN;
- V – mediar à comunicação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição;
- VI – manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para utilização em atividades pertinentes à Inclusão no Ensino Superior.

Art. 9º São deveres fundamentais dos TILSP:

- I – observar os princípios e as técnicas reconhecidas pela área e pelo Código de Ética dos Servidores Públicos Civil da União;
  - II – respeitar os horários estabelecidos na escala de trabalho semanal ou mensal, bem como cumprir a carga horária contratada, obedecendo aos horários estabelecidos e, em caso de ausência, devidamente justificada, informar, antecipadamente, à coordenação institucional.
  - III– manter sigilo das informações confidenciais disponibilizadas durante a prática da tradução interpretação e/ou institucionais, sendo assim vedada a sua utilização em benefício próprio ou de outrem;
  - IV – respeitar as variáveis culturais envolvidas no processo de interpretação, observando as informações e a intenção do emissor.
- Parágrafo Único. Quando necessário ausentar-se por motivo justificável, o TILSP deverá informar ao responsável pela organização da escala e repassar o trabalho para outro profissional.

Art. 10. São direitos fundamentais dos TILSP:

- I – acesso à qualificação e à atualização profissional fomentada pela UFRN;
- II – garantia de acesso às ações preventivas de Lesões por Esforço Repetitivo - LER e Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho – DORT;
- III – é permitido aos TILSP; receberem pagamentos pelos trabalhos extras desde que não prejudiquem as suas atividades institucionais de tradução e interpretação e não comprometam sua carga horária de trabalho contratado;
- IV – local e recursos apropriados para o bom desenvolvimento das atividades de trabalho, conforme previsto na Política de Atendimento (Anexo I);
- V – garantia de traslado nas atividades de interpretação quando realizadas fora do campus de trabalho;
- VI – garantia do recebimento de diárias e passagens e/ou traslado quando o trabalho for realizado fora da região de lotação do TILSP.

Art. 11. Todas as solicitações deverão ser obrigatoriamente, efetuadas por meio de formulário eletrônico constante no SIGAA.

§ 1º Não serão atendidas as solicitações dos serviços de tradução e/ou interpretação institucionais via contatos particulares dos TILSP.

§ 2º Em caso de desistência do serviço de tradução e/ou interpretação de Língua de Sinais/ Língua Portuguesa, o solicitante deverá comunicar com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência o servidor responsável pela realização do serviço.

§ 3º O solicitante deve ter ciência da sua responsabilidade em providenciar o material com antecedência aos TILSP, bem como de promover encontros com os autores para explicação do conteúdo/tema/assunto a ser abordado no evento, respeitando os prazos estipulados conforme a Política de Atendimento (Anexo I).

Art. 12. Considerando a necessidade e as particularidades do serviço, a fim de garantir a inclusão e a acessibilidade no atendimento ao público, os TILSP deverão ter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da

sua carga horária de atividade de interpretação e/ou tradução, destinados para estudo do material que será utilizado como suporte para sua atuação.

§ 1º Os servidores responsáveis na coordenação das atividades de interpretação terá ainda 15% (quinze por cento) da sua carga horária de trabalho destinada à confecção de agenda e distribuição da demanda de trabalho..

Art. 13. O atendimento de TILSP se dará dentro do par linguístico exigido em concurso público, ou seja, Libras e Língua Portuguesa.

§1º As traduções e/ou interpretações que envolvam outros pares linguísticos (a exemplo: Língua Americana de Sinais/Língua Brasileira de Sinais) deverão ser realizadas por profissionais ocupantes dos cargos de Tradutores Intérpretes, sendo estes proficientes e especializados nos devidos pares linguísticos.

Art. 14. O atendimento ocorrerá em duplas, respeitando o tempo de revezamento de 20 minutos para cada intérprete, intercalando a posição de intérprete de Língua de Sinais e intérprete de apoio, observando o disposto no Art. 7, III deste regulamento.

§1º O atendimento com a presença de apenas um profissional TILSP acontecerá em situações, previamente, avaliadas pela coordenação, levando em consideração o contexto e a duração do serviço.

Art. 15. O uso da imagem do TILSP é restrito às finalidades institucionais sendo vedado qualquer registro, utilização e veiculação da imagem com fins particulares e/ou comerciais sem a prévia autorização, devendo a mesma ser emitida por Termo de Consentimento.

Parágrafo único. O uso indevido dos materiais em que a imagem do TILSP é utilizada sem qualquer consentimento ou ainda ultrapasse os limites da autorização poderá incidir sanções legais.

Art. 16. Para fins de esclarecimento, a coordenação de serviços de tradução e interpretação de Libras deverá ser composta por servidores especialistas na área de Libras/ tradução e interpretação.

Art. 17. Os casos omissos serão analisados pelo comitê de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 18. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogar a Portaria n.º 969/17-R, de 19/05/2017, publicada no Boletim de Serviço n.º 110/17, de 14.06.2017..

Art. 20. Publicar esta Portaria em Boletim de Serviço.

Ângela Maria Paiva Cruz  
Reitora

## ANEXO I

### DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AS SOLICITAÇÕES DOS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTÉRPRETAÇÃO INSTITUCIONAL/UFRN

#### 1. INTRODUÇÃO

Com a contratação dos tradutores/intérpretes da Libras/Português (TILSP), que atuam na mediação da comunicação entre não-usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras e os utentes desta língua, surgiu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte a necessidade de se produzir e divulgar uma política de atendimento, a fim de padronizar e orientar a solicitação dos serviços destes profissionais. Esta ação tem como objetivo atender à demanda de forma organizada e eficaz, garantindo acessibilidade de comunicação junto à comunidade acadêmica da UFRN.

## 2. OBJETO

Tradução e interpretação da Libras para a Língua Portuguesa e da Língua Portuguesa para a Libras nas diferentes modalidades.

## 3. VALORES:

- 3.1 Transparência
- 3.2 Impessoalidade
- 3.3 Agilidade
- 3.4 Respeito às solicitações

## 4. ESCOPO DA ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO DO TRADUTOR/ INTÉRPRETE DE LIBRAS NA UFRN

- 4.1 Traduzir e interpretar de um idioma para outro (Língua Portuguesa para LIBRAS e da LIBRAS para Língua Portuguesa), seja na forma escrita, oral ou em Libras.
- 4.2 Atuar junto à Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) em eventos por ela promovidos ou outros setores da instituição.
- 4.3 Traduzir e interpretar materiais informativos, palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas, reproduzindo na LIBRAS ou na modalidade oral da Língua Portuguesa o pensamento e a intenção comunicativa do emissor.
- 4.4 Atuar na capacitação de técnicos e docentes da UFRN.
- 4.5 Mediar a comunicação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 4.6 Manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para a utilização em atividades pertinentes à Inclusão no Ensino Superior.

## 5. SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO

Todas as solicitações deverão ser efetuadas por meio de formulário eletrônico e encaminhadas à coordenação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS de serviços de interpretação.

## 6. TIPOS DE ATENDIMENTO E PRAZOS DE SOLICITAÇÃO

- 6.1 Mediação linguística nos atendimentos disponibilizados nos departamentos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas), salvo exceções.  
Obs.: o atendimento será realizado mediante a disponibilidade da equipe de intérpretes.
- 6.2 Interpretação de aulas e outras atividades educacionais oferecidas por diferentes cursos da UFRN.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.3 Interpretação em eventos, palestras, encontros, convenções, congressos e outros. **Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.  
Obs.: enviar o conteúdo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do evento. Observar também as orientações para conferencistas.
- 6.4 Atuação em diferentes atividades de ensino realizadas extraclasse.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- 6.5 Mediação comunicacional em atividades de extensão e pesquisa.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 6.6 Produção de Material: glossário, interpretação/tradução de textos.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.  
**Obs.:** Esse trabalho será realizado com a supervisão/colaboração do solicitante.
- 6.7 Mediar, comunicacionalmente, o treinamento de servidores/funcionários para atendimento.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 6.8 Interpretação de reuniões/plenárias.  
**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. Obs.: indicar data, hora, local, pauta e duração do evento.
- 6.9 Interpretação de reuniões de entidades representativas dos alunos, tais como: Centro Acadêmico – C.A., colegiado e outros.

**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

Obs.: indicar data, hora, local, pauta e duração do evento.

6.10 Tradução de Editais, Provas.

**Prazo para agendamento:** antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.11 Serviço de pronto atendimento.

**A ser realizado pelo intérprete designado para o setor com a finalidade de prestar informações pontuais.**

6.12 Demais serviços serão deliberados pela coordenação dos TILSP da UFRN.

## 7. PRIORIDADES

7.1 Discentes e docentes surdos desta universidade;

7.2 Discentes e docentes dos demais cursos;

7.3 Eventos abertos ao público promovidos pela UFRN;

7.4 Ordem de agendamento.

## 8. ORIENTAÇÕES PARA A ATUAÇÃO DOS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LIBRAS EM EVENTOS

**8.1** Assentos exclusivos e devidamente sinalizados para todos os TILSP atuantes;

**8.2** Água mineral para todos os TILSP;

**8.3** Espaço, visualmente, adequado com fundo neutro e iluminação permanente;

**8.4** Retorno de áudio e vídeo;

**8.5** Microfones;

**8.6** Fones com canal de interpretação, caso o evento conte com palestras em outros idiomas;

**8.7** Envio prévio de material para estudo, conforme rege a Política de Atendimento referente à solicitação;

**8.8** Translado (ida e volta) para eventos ocorridos fora do campus de lotação; **8.9** Ponto de energia e acesso à internet próximo ao local de atuação no evento.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**9.1** A Política de Atendimento deverá ser revisada e atualizada, no máximo, a cada dois anos.

**9.2** As dúvidas e casos omissos serão dirimidos pela coordenação da área de tradução e interpretação.

## ANEXO II

### ORIENTAÇÕES PARA CONFERENCISTAS QUE ATUARÃO COM O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Caro conferencista,

Sua palestra terá interpretação simultânea para maior proveito dos participantes que são usuários da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. O trabalho dos intérpretes será decisivo no êxito de sua apresentação e a qualidade da interpretação será, grandemente, aumentada se V.S.<sup>a</sup> se dispuser a seguir as orientações abaixo.

Antes da apresentação

- Informe-se sobre quem estará encarregado da interpretação de suas palestras. Envie à equipe designada cópias de arquivos ou informações relevantes (*slides*, transparências, textos, citações, etc.);
- Divulgue seus dados de contato e coloque-se à disposição para consultas;
- Evite o uso excessivo de siglas e abreviaturas;
- Identifique termos que devem ser mantidos na língua original; Traga consigo cópias de sua apresentação.

#### No dia da apresentação

- Encontre-se com os intérpretes em horário de sua conveniência e deixem que acompanhem a preparação final de seus *slides*;
- Procure resumir em poucas palavras o objetivo geral de sua palestra e as conclusões que pretende chegar;
- Deixe com os intérpretes qualquer material impresso que pretenda ler durante a palestra. Isso é, particularmente, importante no caso de citações literárias;
- Repasse com eles, rapidamente, qualquer vídeo que pretenda usar;
- Fale sobre piadas que pretenda usar. Algumas podem ser intraduzíveis. Os intérpretes o ajudarão a adaptar o que for necessário e o orientarão sobre o que deve ser evitado.
- Para conferencistas ouvintes: fale de modo audível e claro. Para conferencistas surdos: sinalize de forma moderada e clara.
- Deixe cada *slide* na tela por um segundo a mais. Isso dará tempo aos intérpretes de concluir a leitura.
- Acostume-se há esperar um pouco mais, além do normal pelas respostas da plateia. Algumas pessoas reagirão primeiro que outras por não estarem usando a tradução.

## Anexo 4

### Atos Administrativos da Universidade – UFRN Gabinete do Reitor – GR Instrução Normativa Nº 01/2021-R, de 25 de junho de 2021.

Aprova procedimentos para a prestação de serviços de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar o inciso VIII, do art. 13, da Resolução 065/2018 – CONSAD, de 6 de dezembro de 2018, para estabelecer procedimentos sobre prestação de serviços de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa por Servidores Técnicos Administrativos em Educação que constituem o Comitê de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, lotados na Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA, da UFRN.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar procedimentos para prestação de serviços de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Fica autorizada a prestação de serviços de tradução e interpretação da LIBRAS para a Língua Portuguesa e vice-versa, por intermédio dos seus Tradutores e Intérpretes de LIBRAS/Português – TILSP, desde que estejam relacionados às atividades institucionais promovidas pela UFRN.

§ 1º São considerados usuários dos serviços a que se refere o caput, os docentes, discentes, servidores, prestadores de serviços da UFRN e público externo.

§ 2º Os Tradutores e Intérpretes da LIBRAS/Português - TILSP são profissionais que traduzem e interpretam a Língua de Sinais para a língua falada (Português) e vice-versa em quaisquer modalidades em que se apresentarem (oral e escrita).

Art. 3º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Língua Brasileira de Sinais: forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico constituído de natureza visual motora, e que possui estrutura gramatical própria, estabelece o meio de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil;

II - tradução: ação de transferência e transposição de sentidos de uma língua/contexto fonte para uma língua/contexto alvo, a partir de um registro de um ato comunicativo. A atividade de tradução não se dá no momento do evento comunicativo, consiste em atividade de pesquisa e reflexão envolvendo as línguas relacionadas; e

III - interpretação: desempenho imediato de transferência, explicação e transposição de sentidos de uma língua/contexto fonte para uma língua/contexto alvo durante um evento comunicativo. A interpretação ocorre durante o momento comunicativo.

#### CAPÍTULO II DAS SOLICITAÇÕES DOS SERVIÇOS

Art. 4º Todas as solicitações de serviços de tradução e/ou interpretação de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa deverão ser realizadas diretamente no site institucional da página da UFRN ([www.ufrn.br](http://www.ufrn.br)) ou da página da SIA ([www.sia.ufrn.br](http://www.sia.ufrn.br)), acessando a aba Serviços > Intérpretes de Libras.

§ 1º Não serão atendidas as solicitações de serviços de tradução e/ou interpretação institucionais por outros canais.

§ 2º Em caso de desistência do serviço, o solicitante deverá comunicar com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência ao Comitê de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais.

§ 3º O solicitante deve ter ciência da sua responsabilidade em disponibilizar o material com antecedência aos Tradutores e Intérpretes da LIBRAS/Português TILSP, bem como

promover encontros com os autores para explicação do conteúdo/tema/assunto a ser abordado no evento.

### **CAPÍTULO III DOS PRAZOS PARA SOLICITAÇÕES**

Art. 5º As solicitações dos serviços de tradução e/ou interpretação devem obedecer aos seguintes prazos segundo as finalidades dos serviços:

I - tradução/interpretação de Reuniões do CONSEC, Plenárias de Departamento, Colegiados de Curso, Reuniões de Comissões, Reuniões de Centro Acadêmico, entre outras de natureza deliberativa realizadas nas Unidades acadêmicas da UFRN:

Prazo para agendamento: antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), salvo exceções.

O atendimento será realizado mediante a disponibilidade da equipe de TILSP.

II - tradução/interpretação em diferentes atividades de ensino e outras atividades educacionais oferecidas pelos cursos técnicos, de graduação ou pós-graduação, da UFRN:

Prazo para agendamento: antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

III - tradução/interpretação em cursos, eventos, palestras, encontros, convenções, congressos e outras atividades de caráter extensionista, de pesquisa ou de natureza formativa:

Prazo para agendamento: antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Enviar o conteúdo com antecedência mínima de 10 (dez) dias do evento.

IV - tradução/interpretação de material: editais, provas, glossários, textos, vídeos, formulários, cartilhas e outros documentos institucionais:

Prazo para agendamento: antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo exceções.

Processo realizado com a supervisão/colaboração do solicitante.

V - serviço de pronto atendimento:

Sem necessidade de agendamento.

Serviço realizado pelo intérprete designado para o setor com a finalidade de prestar informações pontuais.

VI - demais serviços:

Deliberados pela coordenação dos TILSP ou da gestão da SIA/UFRN.

### **CAPÍTULO IV DAS PRIORIDADES NO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES**

Art. 6º Os serviços de tradução e interpretação seguirão as seguintes prioridades no atendimento das solicitações:

I - discentes e docentes surdos da Universidade;

II - discentes e docentes ouvintes;

III - eventos abertos ao público, com surdos inscritos, promovidos pela UFRN;

IV - eventos abertos ao público promovidos pela UFRN, que não tenham a confirmação de inscrição de surdos; e

V - ordem de solicitação do serviço.

### **CAPÍTULO V DO COMITÊ DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS**

#### Seção I

#### Da composição

Art. 7º O Comitê de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais é constituído pelos Tradutores e Intérpretes da LIBRAS/Português, coordenado por profissional especialista na área de LIBRAS/ tradução e interpretação, sob a gestão da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - SIA.

Art. 8º O Comitê de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais é composto pelos seguintes membros:

I - Secretário de Inclusão e Acessibilidade – SIA;

II - 2 (dois) profissionais especialistas da área de LIBRAS/ tradução e interpretação, na função

de coordenação e vice-coordenação; e

III - Todos tradutores e intérpretes lotados na SIA.

Parágrafo único. O coordenador e vice-coordenador serão indicados pelo Secretário da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade – SIA.

## Seção II Dos objetivos

Art. 9º São objetivos do Comitê de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais:

I - orientar a conduta ética e profissional, em conformidade com as diretrizes em vigor publicadas pelo MEC;

II - administrar, organizar e deliberar sobre os serviços de tradução e interpretação na Universidade; e

III - instituir normas que devem direcionar o exercício das atividades dos TILSP.

## **CAPÍTULO VI DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES**

### Seção I Das competências

Art. 10. Compete aos tradutores e intérpretes de LIBRAS/Português:

I - prestar serviço de tradução e interpretação na UFRN, sempre considerando a cultura surda e o respeito à pessoa humana;

II - atuar de forma colaborativa com os membros da equipe, auxiliando-os sempre que necessário a fim de garantir a qualidade dos serviços;

III - estabelecer previamente com o intérprete parceiro a melhor forma de auxiliá-lo na função de apoio à atividade de tradução e interpretação; Boletim de Serviço

IV - manter-se atualizado quanto às suas atribuições no âmbito referencial, metodológico e tradutório;

V - apresentar conhecimento no par linguístico, LIBRAS - Português, compatível com as exigências das atividades de tradução e interpretação da Universidade.

VI - apresentar domínio da escrita da Língua Portuguesa;

VII - dominar os requisitos básicos de informática necessários ao exercício de sua profissão, desenvolvendo competências sobre ferramentas de busca em sites especializados e levantamentos de terminologia da área a ser traduzida e/ou interpretada; e

VIII - seguir as orientações da sua coordenação institucional.

### Seção II Das atribuições

Art. 11. São atribuições dos tradutores e intérpretes de LIBRAS/Português:

I - traduzir e interpretar a Língua Portuguesa para LIBRAS e da LIBRAS para Língua Portuguesa em todas as suas formas e modalidades;

II - traduzir e interpretar materiais informativos, palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas, reproduzindo para LIBRAS e da LIBRAS para Língua Portuguesa, em todas as suas formas e modalidades, o pensamento e a intenção comunicativa do emissor;

III - mediar a comunicação nas atividades institucionais promovidas pela UFRN; e

VI - manter atualizado um banco de dados de Língua de Sinais para a utilização em atividades pertinentes à inclusão na Educação Superior.

### Seção III Dos deveres

Art. 12. São deveres fundamentais dos tradutores e intérpretes de LIBRAS/Português:

I - observar os princípios e as técnicas reconhecidas pela área e pelo Código de Ética dos Servidores Públicos Civil da União;

- II - respeitar os horários estabelecidos na escala de trabalho, bem como cumprir a carga horária contratada, obedecendo aos horários estabelecidos e, em caso de ausência, devidamente justificada, informar, antecipadamente, à coordenação institucional; e
- III - manter sigilo das informações confidenciais disponibilizadas durante a prática da tradução interpretação e/ou institucionais, vedada a sua utilização em benefício próprio ou de outrem.

### Seção III Dos direitos

- Art. 13. São direitos fundamentais dos tradutores e intérpretes de LIBRAS/Português:
- I - ter acesso à qualificação e à atualização profissional fomentada pela UFRN;
  - II - ter garantia de acesso às ações preventivas de Lesões por Esforço Repetitivo - LER e Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho - DORT
  - III - ter disponibilidade de local e recursos apropriados para o bom desenvolvimento das atividades de trabalho, conforme informações previstas no manual de orientações de serviços de tradução e interpretação de LIBRAS/ Língua Portuguesa, encaminhado ao solicitante.

### Seção IV Da carga horária de trabalho

Art. 14. Considerando a necessidade e as particularidades do serviço, a fim de garantir a inclusão e a acessibilidade no atendimento ao público, o regime de trabalho dos TILSP consistirá em turnos de trabalho, totalizando carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º Os TILSP deverão ter 1 hora diária, de sua carga horária semanal de trabalho, destinados para estudo do material que será utilizado como suporte para sua atuação.

§ 2º A carga horária de estudo de que trata o §1º será regulada pela coordenação do comitê, uma vez que o coordenador tiver acesso às demandas de trabalho da semana, fazendo assim sua distribuição em escala.

§ 3º O servidor responsável pelo gerenciamento da escala de atividades de interpretação terá 2h de trabalho diária destinada à organização de agenda e distribuição da demanda de trabalho, não podendo ultrapassar 10h semanais.

### Seção V Do atendimento

Art. 15. O atendimento de TILSP se dará dentro do par linguístico exigido em concurso público, ou seja, LIBRAS e Língua Portuguesa.

Parágrafo único. As traduções e/ou interpretações que envolvam outros pares linguísticos, por exemplo, Língua Americana de Sinais/Língua Brasileira de Sinais, deverão ser realizadas por profissionais ocupantes dos cargos de Tradutores Intérpretes, sendo estes proficientes e especializados nos devidos pares linguísticos.

Art. 16. O atendimento ocorrerá em duplas, respeitando o tempo de revezamento de 20 minutos para cada intérprete, intercalando a posição de intérprete de Língua de Sinais e intérprete de apoio, observando o disposto no art. 9º, III deste regulamento.

Parágrafo único. O atendimento com a presença de apenas um profissional TILSP só poderá ocorrer em casos excepcionais, e sendo previamente avaliado e validado pela coordenação do Comitê, considerando o contexto e a duração do serviço.

### Seção VI Do registro e uso de imagem

Art. 17. O uso da imagem do TILSP é restrito às finalidades institucionais, sendo vedado qualquer registro, utilização e veiculação da imagem com fins particulares e/ou comerciais sem a prévia autorização, devendo a imagem ser emitida por Termo de Consentimento.

Parágrafo único. O uso indevido dos materiais em que a imagem do TILSP é utilizada sem qualquer consentimento ou ainda ultrapasse os limites da autorização poderá incidir sanções legais.

Seção VII  
Da validação das produções visuais em LIBRAS

Art. 18. As produções visuais concebidas em LIBRAS poderão ser validadas por uma Comissão Permanente de Validação instituída através de portaria, composta por representação docente da área de LIBRAS, tradutor-intérprete, e discentes surdos e ouvintes do curso de Letras LIBRAS da UFRN.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 19. Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão submetidos à apreciação do Comitê de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1 de julho de 2021.

(a) Henio Ferreira De Miranda - Reitor Em Exercício